



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0861/15	DATA: 16/06/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h03min	TÉRMINO: 15h12min	PÁGINAS: 146

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Ex-Presidente da Sete Brasil Participações S/A.
NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Presidente do Conselho Administrativo da empresa Sete Brasil.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS entre os anos 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento de gestão temerária na construção de refinarias no Brasil, a constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos, ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda, a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias da ata da 29ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Solicito ao Deputado Félix Mendonça Júnior que proceda à leitura da ata da última reunião.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Afonso Florence pediu a leitura da ata. É regimental e iremos cumprir.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Ata da 29ª reunião ordinária realizada em 11 de junho de 2015:

“Às dez horas e seis minutos do dia onze de junho de 2015, no Plenário número dois, do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; a constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; a superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-



plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI PETROBRAS), criada pelo Ato da Presidência de 5 de fevereiro de 2015 (Requerimento de Instituição de CPI nº 3, de 2015, do Deputado Carlos Sampaio e outros). Compareceram os Deputados Hugo Motta — Presidente; Antonio Imbassahy, Félix Mendonça Júnior e Kaio Maniçoba — Vice-Presidentes; Altineu Côrtes, Andre Moura, Arnaldo Faria de Sá, Bruno Covas e Valmir Prascidelli — Sub-Relatores; Afonso Florence, Aluisio Mendes, Celso Pansera, Edio Lopes, Eliziane Gama, Ezequiel Fonseca, Fernando Monteiro, Ivan Valente, Izalci, João Carlos Bacelar, Júlio Delgado, Onyx Lorenzoni, Paulo Magalhães e Silas Câmara - Titulares; Adilton Sachetti, Aelton Freitas, Beto Rosado, Carlos Andrade, Carlos Marun, Carlos Sampaio, Darcísio Perondi, Delegado Waldir, Edmilson Rodrigues, Efraim Filho, João Gualberto, Jorge Solla, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Moses Rodrigues e Pr. Marco Feliciano - Suplentes. Compareceram também os Deputados Alexandre Baldy, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, Delegado Edson Moreira, Evair de Melo, Geovania de Sá, Hildo Rocha, José Nunes, Laudívio Carvalho, Luiz Lauro Filho, Marcos Reategui, Mariana Carvalho, Odelmo Leão, Pompeo de Mattos, Ricardo Tripoli e Vanderlei Macris, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Augusto Coutinho, Leônidas Cristino e Rodrigo Martins. Compareceu, mas não fez o registro biométrico, o Deputado Luiz Sérgio. Abertura: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e informou aos Srs. Parlamentares que fora distribuída cópia da ata da 28ª reunião, realizada no dia 10 de junho



de 2015 e, sendo assim, indagou se havia necessidade de sua leitura. O Deputado Luiz Sérgio solicitou a leitura da ata. O Deputado Antonio Imbassahy procedeu à leitura da ata. Lida a ata, o Presidente a colocou em discussão. O Deputado Afonso Florence discutiu a ata. Colocada em votação, a ata foi aprovada, com 19 votos favoráveis e 2 votos contrários, após a verificação de votação solicitada pelo Deputado Afonso Florence. Aprovada a Ata. O Deputado Ivan Valente manifestou seu descontentamento com o adiamento da Reunião com a empresa Kroll e declarou que somente naquele momento fora comunicado de tal adiamento. Achava que, na qualidade de proponente da Reunião, deveria ter sido informado com maior antecedência. O Presidente respondeu que encaminhara, às vinte e uma horas e quarenta e sete minutos, do dia 10 de maio, a informação do adiamento da Reunião para todos os Deputados membros e todas as Lideranças partidárias, conforme recibo de mensagens enviadas. Expediente: O Presidente reiterou a necessidade do comparecimento das Deputadas e dos Deputados membros à Secretaria da Comissão, para a disponibilização das senhas de acesso a todos os documentos sigilosos recebidos pela CPI. Ordem do Dia: Reunião Deliberativa para apreciação de requerimentos. O Presidente informou que foram considerados aprovados pela Presidência, e necessitavam ser referendados pelo Colegiado, por guardarem inteira correlação com outros Requerimentos anteriormente aprovados, os Requerimentos nºs 338/2015, de autoria do Deputado Júlio Delgado, que “requer o deslocamento da CPI da PETROBRAS para Curitiba/PR para a realização de oitivas”; “378/2015, de autoria do Deputado Altineu



Côrtes, que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o senhor. Glauco Colepicolo Legatti, ex-Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima (RNEST)”; 623/2015, de autoria do Deputado Aluísio Mendes, que “requer a oitiva do senhor. Eduardo Hermelino Leite, Vice-Presidente da Camargo Corrêa Engenharia”; 651/2015, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação de Dalton Avancini, para prestar depoimento”; 653/2015, de autoria dos Deputados Celso Pansera e Darcísio Perondi, que “solicita seja convocado o Sr. Jonathan David Taylor, ex-Diretor da SBN Offshore, para prestar esclarecimentos a esta Comissão”; e 736/2015, de autoria do Deputado Aluísio Mendes, que “requer a oitiva do senhor José Aldemário Pinheiro Filho, Presidente da OAS”. O Plenário referendou a decisão da Presidência. Aprovados os requerimentos. O Presidente informou que, considerando o provimento, na reunião do dia 05 de março, que definiu que não seriam conhecidos Requerimentos que desbordassem do objeto e do prazo de investigação estabelecidos no ato de criação da Comissão, declarou prejudicados os Requerimentos nºs 705/2015, 706/2015, e 707/2015, de autoria do Deputado Jorge Solla. Os Requerimentos apresentavam pretensões que refogem ao objeto de investigação da CPI. Por isso a incidência de prejudicialidade. Prejudicados os requerimentos. O Deputado Afonso Florence, em Questão de Ordem, baseada no art. 47 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, questionou a divulgação da pauta da Reunião



com intervalo inferior ao que determina o Regimento. Em contradição, O Deputado Onyx Lorenzoni invocou a Questão de Ordem nº 218/2012, esclarecendo que a Ordem do Dia poderá ser modificada até o final do expediente da Câmara dos Deputados do dia anterior. Os Deputados Silas Câmara, Onyx Lorenzoni, Pr. Marco Feliciano, Izalci e João Gualberto, Carlos Marun e Aluisio Mendes se declararam subscritores de todos os requerimentos constantes da pauta. O Presidente acatou as solicitações. O Deputado Ivan Valente declarou estranhamento por não ter visto constarem da pauta os requerimentos de convocação dos Srs. Júlio Camargo e Jaime de Oliveira. Respondendo à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Afonso Florence, o Presidente reportou-se às Questões de Ordem nº 379/2004 e 218/2012 que dirimem todas as dúvidas quanto à divulgação de Ordem do Dia e considerou respondida a questão levantada. O Presidente anunciou a existência de mais de 50 Requerimentos de Preferência e, seguindo o preconizado no art. 160, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, prejudicou todos os Requerimentos apresentados à mesa. O Deputado Luiz Sérgio registrou que ao prejudicar todos os requerimentos de preferência apresentados o Presidente prejudica, também, os Requerimentos apresentados pelo Relator que foram escolhidos entre os itens constantes da pauta. Declarou, ainda, que o Relator estava sendo excluído do processo de escolha dos itens por ele considerados essenciais. O Presidente registrou o apreço e o respeito pelo Deputado Luiz Sérgio, mas garantiu que não iria frustrar as expectativas do povo brasileiro e que não se permitiria ser mal julgado por defender uma pauta que a



Comissão precisa cumprir. O Presidente anunciou a existência de vários Requerimentos de retirada de proposição da pauta, inclusive os de autoria do Deputado Valmir Prascidelli, que solicitava a retirada dos Requerimentos nºs 09/2015, 97/2015, 102/2015, 122/2015, 329/2015, 430/2015, 431/2015, 627/2015, 795/2015 e 796/2015. O Deputado Valmir Prascidelli encaminhou a votação favorável à retirada da pauta. O Deputado Silas Câmara encaminhou a votação contrária à retirada. O Presidente anunciou o início da votação dos Requerimentos de retirada de pauta. Para esclarecimento, o Deputado Valmir Prascidelli perguntou qual dos Requerimentos estaria em votação.”

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço um esclarecimento. Nos pontos de ata onde porventura pretendermos sugerir adendos e tal, qual o procedimento: a gente registra já agora um destaque ou na discussão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na discussão.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado. Desculpe.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sigo com a leitura da ata, Sr. Presidente:

“Em resposta, o Presidente informou que todos os Requerimentos de retirada de pauta estavam em votação. O Deputado Valmir Prascidelli argumentou que encaminhara a votação de apenas um dos Requerimentos e que o Presidente estava anunciando a votação de todos os Requerimentos. O Deputado Leo de Brito solicitou a votação de cada um dos itens. O Deputado Afonso Florence, em Questão de Ordem, indagou qual artigo do Regimento Interno dava suporte à decisão do Presidente de votação em bloco dos Requerimentos. O Presidente informou que responderia a Questão de Ordem após a votação. O Deputado Afonso Florence encaminhou a



votação favorável à retirada da pauta. Colocados em votação, os Requerimentos de retirada de Pauta foram rejeitados com votos contrários dos Deputados Afonso Florence, Leo de Brito e Valmir Prascidelli. O Deputado Valmir Prascidelli, em Questão de Ordem, indagou em que artigo do Regimento Interno estava baseada a decisão de votação em globo dos Requerimentos. Em resposta, o Presidente disse que informaria oportunamente. O Deputado Onyx Lorenzoni disse que o Presidente poderia acolher as Questões de Ordem e respondê-las na próxima Reunião. O Deputado Valmir Prascidelli, em relação à votação anterior, argumentou que encaminhara apenas um dos requerimentos e que a Presidência deveria ter anunciado quais os Requerimentos estariam em votação. O Presidente respondeu que o Deputado Valmir Prascidelli não dissera, nem mesmo, qual era o item que estava sendo encaminhado e, por isso considerara o encaminhamento de forma geral. O Presidente anunciou a existência, sobre a Mesa, de Requerimento de votação em globo, com base no Caput do Art. 117 do Regimento Interno, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, de todos os Requerimentos de retirada de pauta. O Presidente colocou em votação o requerimento de votação em globo de todos os pedidos de retirada de pauta. O Requerimento foi aprovado. Em seguida foram votados em globo todos os requerimentos de retirada de pauta. Os requerimentos foram rejeitados. A Deputada Eliziane Gama, em Questão de Ordem, lembrou ao Colegiado que o Art. 117, § 1º do Regimento Interno não permite a discussão dos Requerimentos anteriormente votados. O Presidente anunciou a apreciação dos requerimentos constantes da pauta. O



Deputado Onyx Lorenzoni sugeriu a votação em bloco dos requerimentos constantes da pauta. O Relator, Deputado Luiz Sérgio, disse que em todas as Reuniões Deliberativas participara da elaboração da pauta, com exceção da Reunião que estava em curso e que suspeitava que esta exclusão se motivou dada a coincidência com a data de abertura do Congresso do Partido dos Trabalhadores. O Presidente anunciou a apresentação de Requerimento para votação em bloco de todos os Requerimentos constantes da pauta, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. Colocado em votação, o Requerimento foi aprovado com os votos contrários dos Deputados Leo de Brito e Afonso Florence. O Deputado Afonso Florence solicitou que constasse em Ata que em todas as votações realizadas até aquele momento ele votara diferente da maioria dos Deputados presentes. O Deputado Afonso Florence pediu a palavra como Líder do Partido dos Trabalhadores e em seguida encaminhou a votação dos Requerimentos constantes da pauta. A Deputada Eliziane Gama questionou a concessão da palavra ao Deputado Afonso Florence alegando que, para usar a palavra como Líder, ele precisaria de autorização por escrito do Líder do Partido. O Deputado Rubens Bueno falou na qualidade de Líder do Partido Popular Socialista. Em seguida, O Presidente anunciou o início do processo de Votação. Em votação, foram aprovados os Requerimentos Constantes da Pauta, com dezessete votos favoráveis. O Deputado Afonso Florence solicitou a verificação da votação. Votados nominalmente, foram aprovados, com a declaração de voto contrário dos Deputados Afonso Florence, Leo de Brito e Valmir Prascidelli, os seguintes Requerimentos: 1 -



Requerimento n° 9/15 - do Sr. Carlos Sampaio e outros - que “requer sejam transferidos os sigilos bancário, telefônico e fiscal do Sr. José Dirceu, CPF n° 033.620.088-95, no período compreendido entre 01/01/2005 e 01/01/2015”. Aprovado. 2 - Requerimento n° 76/15 — dos Srs. Onyx Lorenzoni e Efraim Filho — que “solicita que seja realizada uma acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho, CPF 987.145.708-15, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da PETROBRAS, e o Sr. Renato de Souza Duque, CPF 510.515.167-49, ex-Diretor de Serviços da PETROBRAS”. Aprovado. 3 - Requerimento n° 77/15 — dos Srs. Onyx Lorenzoni e Efraim Filho — que “solicita a convocação do Sr. Waldomiro de Oliveira, CPF 253.798.098-04, para prestar depoimento nesta CPI”. Aprovado. 4 - Requerimento n° 79/15 — dos Srs. Onyx Lorenzoni e Efraim Filho — que ‘solicita que seja realizada uma acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho, CPF 987.145.708-15, ex-Gerente-Executivo da...’.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor. Parece-me apenas protelatória a leitura. Cada Parlamentar recebeu... Será que os Parlamentares não sabem ler? Não estamos perdendo tempo aqui? Será que fugiram da escola?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, não é protelatória.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Porque cada Parlamentar recebeu. Nós podemos estar trabalhando. O Brasil está nos assistindo neste momento. Nós vamos ficar nessa enrolação? O nobre Parlamentar...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não há o que obstruir hoje. Não há o que obstruir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O nobre Parlamentar, fazendo a leitura, eu acho fantástico isso, mas eu acho que é até uma falta de respeito com o nobre Deputado, considerando que todo Deputado sabe ler aqui e recebeu uma ata.



É vergonhoso. Será que o puxão de orelha lá na Bahia serviu para essas ações protelatórias aqui e estão fazendo uma eficiência dos Deputados?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não tem o que obstruir, Deputado, não tem o que obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos aguardar a leitura da ata, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Que pena, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É o exercício de um direito parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É regimental.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me interromper assim, mas é o que o Brasil está assistindo, e os eleitores desses Deputados que pediram a leitura também vão sentir que isso aqui é vergonhoso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Dando seguimento:

“(...) ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da PETROBRAS, e o Sr. João Vaccari Neto, CPF A007.005.398-75, Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores”. Aprovado. 5 - Requerimento nº 97/15 — dos Srs. Onyx Lorenzoni e Efraim Filho — que “solicita a convocação da Sra. Marici da Silva Azevedo Costa, CPF 098.666.447-23, esposa do ex-Diretor de Abastecimento da Petróleo Brasileiro S.A — PETROBRAS Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento do Petróleo Brasileiro S.A — Petrobras, para prestar depoimento nesta CPI”. Aprovado. 6 - Requerimento nº 102/15 — do Sr. Efraim Filho — que “solicita que seja realizada uma acareação entre o Sr. Paulo Roberto Costa, CPF nº 302.612.879-15, ex-Diretor de Abastecimento do Petróleo Brasileiro S.A — PETROBRAS, e o Sr. João Vaccari Neto, CPF nº



007.005.398-75". Aprovado. 7 - Requerimento n° 122/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula”. Aprovado. 8 - Requerimento n° 153/15 — dos Srs. Ivan Valente e Edmilson Rodrigues — que “solicita a oitiva da Sra. Sandra Raphael Guimarães, funcionária da UTC para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias relacionados à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A”. Aprovado. 9 - Requerimento n° 223/15 — do Sr. Júlio Delgado — que “requer que esta CPI requisite a transferência da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Nestor Cerveró realizada no processo que tramita na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR e que apura os fatos investigados na Operação Lava Jato da Polícia Federal”. Aprovado. 10 - Requerimento n° 328/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor João Vaccari Neto”. aprovado. 11 - Requerimento N° 329/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor José Dirceu de Oliveira e Silva”. Aprovado. 12 - Requerimento n° 332/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor Milton Pascowitch”. Aprovado. 13 - Requerimento n° 341/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que “requer a transferência do sigilo telefônico do Sr. Alberto Youssef ou qualquer empresa da qual conste como sócio administrador no período de janeiro/2013 a março/2014”.



Aprovado. 14 - Requerimento n° 345/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que “requer o inteiro teor de todas as delações premiadas da Operação Lava Jato”. Aprovado. 15 - Requerimento n° 347/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que “requer a relação de todos os Delegados Federais que atuaram na Operação Lava Jato”. Aprovado. 16 - Requerimento n° 330/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Francisco Paes, ex-assistente do Senhor Renato Duque”. Aprovado. 17 - Requerimento n° 406/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer sejam tomadas as providências necessárias à acareação dos Senhores João Vaccari Neto, Pedro Barusco e Renato Duque”. Aprovado. 18 - Requerimento n° 416/15 — dos Srs. Júlio Delgado e Rodrigo Martins — que “solicita a esta CPI a acareação dos senhores Renato Duque, Pedro Barusco e João Vaccari Neto”. Aprovado. 19 - Requerimento n° 429/15 — do Sr. Ivan Valente — que “solicita a realização de acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho e o Sr. Renato de Souza Duque”. Aprovado. 20 - Requerimento n° 430/15 — do Sr. Ivan Valente — que “solicita a realização de acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho e o Sr. João Vaccari Neto”. Aprovado. 21 - Requerimento n° 431/15 — do Sr. Ivan Valente — que “solicita a realização de acareação entre o Sr. João Vaccari Neto e o Sr. Renato de Souza Duque”. Aprovado. 22 - Requerimento n° 432/15 — do Sr. Ivan Valente — que “solicita a realização de acareação dos Senhores João Vaccari Neto, Renato de Souza Duque e Pedro José Barusco Filho”. Aprovado. 23 - Requerimento n° 444/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer sejam tomadas as providências



necessárias à acareação dos Senhores Pedro Barusco e Renato Duque”. Aprovado. 24 - Requerimento n° 494/15 — do Sr. Valmir Prascidelli — que “requer a convocação do Sr. Marcos Rola, acionista da EIT — Empresa Industrial Técnica S/A, para prestar esclarecimentos a esta CPI”. Aprovado. 25 - Requerimento n° 495/15 — do Sr. Valmir Prascidelli — que “requer a convocação do Sr. Paulo Cabral, diretor da EIT — Empresa Industrial Técnica S/A, para prestar esclarecimentos a esta CPI”. Aprovado. 26 - Requerimento n° 527/15 — do Sr. Ivan Valente — que “solicita-se a oitiva do Sr. Milton Pascowitch, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias relacionadas à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)”. Aprovado. 27 - Requerimento n° 535/15 — dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues — que “requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa JD Assessoria e Consultoria LTDA”. Aprovado. 28 - Requerimento n° 580/15 — do Sr. Andre Moura — que “requisita servidor da carreira técnica do COAF para colaboração com a CPI da PETROBRAS, com exclusividade”. Aprovado. 29 - Requerimento n° 588/15 - do Sr. JHC - que “requer a apresentação, pela CPI PETROBRAS, do pedido de informações por escrito em anexo”. Aprovado. 30 - Requerimento n° 602/15 — do Sr. Carlos Marun — que “requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja realizada acareação entre os Srs. Pedro Barusco, ex-Gerente de Serviços da Petrobras, e João Vaccari Neto, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores”. Aprovado. 31 - Requerimento n° 613/15 — do Sr. Carlos Sampaio — que



“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à Petrobras, de cópia em inteiro teor, inclusive em meio magnético e arquivo pesquisável, do contrato celebrado entre a companhia Rio Bravo Investimentos S/A DTVM e o Estaleiro Rio Grande S/A, para implementação e fornecimento de infraestrutura destinada à construção, montagem e reparo de Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), datado de 17 de agosto de 2006, no qual a Petrobras figura como interveniente”. Aprovado. 32. Requerimento nº 615/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “solicita que esta CPI requirite à PETROBRAS cópia integral e em meio magnético de todos os processos, contratos e respectivos aditivos — encerrados ou em andamento —, em que figure como um dos polos a Rio Bravo Investimentos DTVM, e que versem sobre o Estaleiro Rio Grande”. Aprovado. 33. Requerimento nº 616/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “solicita a esta CPI requirite à Petrobras cópia integral e em meio magnético de todos os processos, contratos e respectivos aditivos — encerrados ou em andamento —, em que figure como um dos polos a Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A., e que versem sobre o Estaleiro Rio Grande”. Aprovado. 34. Requerimento nº 617/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “Solicita a esta CPI requirite à Petrobras cópia integral e em meio magnético de todos os processos, contratos e respectivos aditivos — encerrados ou em andamento — em que figure como um dos polos WTORRE Engenharia e Construção S/A, e que versem sobre o Estaleiro Rio Grande”. Aprovado. 35 - Requerimento nº 618/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “solicita a convocação do Sr.



Milton Pascowitch, CPF nº 085.355.828-00, para prestar depoimento nesta CPI". Aprovado. 36 - Requerimento nº 620/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que "solicita que esta CPI requisite à Petrobras cópia integral e em meio magnético de todos os processos, contratos e respectivos aditivos — encerrados ou em andamento — que tenha celebrado com o Estaleiro Rio Grande". Aprovado. 37 - Requerimento nº 625/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que "requer a realização de acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho e o Sr. João Vaccari Neto". Aprovado. 38 - Requerimento nº 626/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que "requer a realização de acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho e o Sr. Renato de Souza Duque". Aprovado. 39 - Requerimento nº 629/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que "requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite à Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, os relatórios de análise das operações financeiras dos núcleos investigados na Operação Lava Jato, em que se identifique a rota de pagamentos ilícitos às pessoas físicas e jurídicas investigadas na operação". Aprovado. 40 - Requerimento nº 630/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que "requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite ao Ministério da Fazenda — Receita Federal — cópia do inteiro teor das declarações de Imposto de Renda, dos exercícios de 2005 a 2015, do Senhor Renato de Souza Duque". Aprovado. 41 - Requerimento nº 631/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que "requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite à Petrobras informações sobre a concessão de incentivo fiscal ou econômico, pelo Estado ou Município, aos contratados pela PETROBRAS nas obras de construção das refinarias daquela estatal". Aprovado. 42 -



Requerimento nº 632/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite à Petrobras cópia integral de todos os relatórios de fiscalização e acompanhamento das etapas das obras de construção das refinarias daquela estatal”. Aprovado. 43 - Requerimento nº 633/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito oficie consulta a todos os Cartórios do Brasil, por meio da ANOREG — Associação dos Notários e Registradores do Brasil, solicitando cópia de inteiro teor de todos os atos públicos que constem o nome do Senhor Renato de Souza Duque e/ou seus familiares”. Aprovado. 44 - Requerimento nº 650/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito proceda à diligência, por meio uma Comissão de Parlamentares enviada à Petrobras para averiguar “in loco” as condições de contratação e execução dos contratos de serviços terceirizados”. Aprovado. 45 - Requerimento nº 652/15 — do Sr. Antonio Imbassahy — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à PETROBRAS, de cópia em inteiro teor, inclusive em meio magnético e arquivo pesquisável, do Plano Básico de Organização da companhia”. Aprovado. 46 - Requerimento nº 655/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que “solicita a realização de acareação entre o Sr. Pedro José Barusco (CPF/MF n.º 987.145.708-15), ex-gerente de serviços da Petrobras, Sr. João Vaccari Neto (CPF/MF n.º 007.005.398-75) tesoureiro do Partido dos Trabalhadores - PT e o Sr. Alberto Youssef (CPF/MF n.º 532.050.659-72), para prestarem esclarecimentos nesta CPI”. Aprovado. 47 -



Requerimento nº 663/15 — do Sr. João Carlos Bacelar — que “requer do Senhor Ministro de Minas e Energia informações sobre contrato de locação de imóvel assinado pela Petrobras, no Rio de Janeiro, sem que tenha havido qualquer tipo de procedimento licitatório antecedente à transação”. Aprovado. 48 - Requerimento nº 666/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que “requer à Petrobras relação e cópia dos contratos em fase de elaboração ou os que já tenham sido firmados, com valores acima de 100 (cem) milhões de reais, utilizando como base o Decreto nº 2.745/1998, a partir do início desta CPI”. Aprovado. 49 - Requerimento nº 667/15 — do Sr. Antonio Imbassahy — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do ex-Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, do Diretor de Acordos e Cooperação Internacional do órgão, Hamilton Cruz, bem como de Ricardo Wagner de Araújo, Corregedor Setorial da Área de Minas e Energia da CGU, para prestarem depoimento. Aprovado. 50 - Requerimento nº 676/15 — do Sr. Júlio Delgado — que “requer a convocação do Sr. Jorge Hage, ex-chefe da Controladoria-Geral da União para prestar depoimento a esta CPI”. Aprovado. 51 - Requerimento nº 690/15 — da Sra. Eliziane Gama — que “requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do senhor José Dirceu de Oliveira e Silva”. Aprovado. 52 - Requerimento nº 693/15 — da Sra. Eliziane Gama — que “requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa JD Assessoria e Consultoria LTDA.”. Aprovado. 53 - Requerimento nº 698/15 — do Sr. Otavio Leite — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta



Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisitar ao Tribunal de Contas da União - TCU cópia do estudo técnico que mostra disparidade de U\$ 8,1 bilhões nas despesas das obras do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro)". Aprovado. 54 - Requerimento nº 701/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que "requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Raul Andrés Ortuzar Ramirez". Aprovado. 55 - Requerimento nº 708/15 — do Sr. Bruno Covas — que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. José de Filippi Júnior, CPF nº 012.604.588-73, para prestar esclarecimentos". Aprovado. 56 - Requerimento nº 713/15 — do Sr. Otavio Leite — que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisitar ao Tribunal de Contas da União — TCU seja realizada auditoria em face do Balanço Financeiro 2014 da Petrobras". Aprovado. 57 - Requerimento nº 715/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que "solicita que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira à Petrobrás S.A., cópia do inteiro teor das Atas nº 72 e 73 do Comitê de Auditoria daquela empresa". Aprovado. 58 - Requerimento nº 727/15 — do Sr. Arnaldo Faria de Sá — que "requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite informações da Petrobrás a respeito do prejuízo de R\$ 872.000.000,00 (oitocentos e setenta e dois milhões de reais) do acordo realizado com a Bolívia". Aprovado. 59 - Requerimento nº 728/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que "requer a realização de Audiência Pública para discussão a respeito das regras para a celebração dos acordos de leniência e



das informações sobre os acordos dessa modalidade celebrados com as empresas sob investigação de atos lícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)". Aprovado, 60 - Requerimento n° 729/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que "requer a realização de Audiência Pública para discussão a respeito das regras para a celebração dos acordos de leniência e das informações sobre os acordos dessa modalidade celebrados com as empresas sob investigação de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)". Aprovado. 61 - Requerimento n° 730/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que "requer a realização de Audiência Pública para discussão a respeito das regras para a celebração dos acordos de leniência e das informações sobre os acordos dessa modalidade celebrados com as empresas sob investigação de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)". Aprovado. 62 - Requerimento n° 739/15 — do Sr. Bruno Covas — que "requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao titular da Delegacia da Polícia Civil de Bastos no estado de São Paulo do inteiro teor do Termo de Depoimento do Senhor Antônio Carlos Vaccari, dos autos do Inquérito Policial que investiga conduta do mesmo, bem como de todo e qualquer documento ou depoimento produzido pertinente ao caso". Aprovado. 63 - Requerimento n° 743/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que "solicita que seja realizada uma acareação entre o Sr. Pedro José Barusco Filho, CPF 987.145.708-15, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobrás,



o Sr. Renato de Souza Duque, CPF 510.515.167-49, ex-Diretor de Serviços da Petrobrás, e o Sr. João Vaccari Neto, CPF 007.005.398-75, ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores”. Aprovado. 64 - Requerimento nº 744/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque a Senhora Stael Fernanda Janene”. Aprovado. 65 - Requerimento nº 745/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Rinaldo Gonçalves de Carvalho”. Aprovado. 66 - Requerimento nº 746/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Raul Henrique Sour”. Aprovado. 67 - Requerimento nº 747/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Lucas Pacce Júnior”. Aprovado. 68 - Requerimento nº 748/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Carlos Augusto Dias”. Aprovado. 69 - Requerimento nº 749/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque a Senhora Maria Lúcia Ramirez”. Aprovado. 70 - Requerimento nº 750/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque a Senhora Vanessa Silva Santos”. Aprovado. 71 - Requerimento nº 751/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor José Aparecido Augusto Eiras”. Aprovado. 72 - Requerimento nº 752/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Rodrigo Henrique Sour”. Aprovado. 73 - Requerimento nº 753/15 — do Sr. Altineu



Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Rafael Sour”. Aprovado. 74 - Requerimento n° 755/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Fernando Francisco Brochado Helier”, Aprovado. 75 - Requerimento n° 756/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Marco Antonio Rodota Stefano”. Aprovado. 76 - Requerimento n° 760/15 — do Sr. Antonio Imbassahy — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de realização de visita técnica aos Estaleiros Atlântico Sul, Enseada, Jurong Aracruz, BrasFels e REG2, para que seja esclarecido aos membros desta CPI sobre cada uma das fases envolvidas na construção de sondas para o pré-sal, contratadas pela Sete Brasil”. Aprovado. 77 - Requerimento n° 765/15 — do Sr. Moses Rodrigues — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de realização de visita técnica por membros desta CPI à Refinaria Premium II, no Estado do Ceará”. Aprovado. 78 - Requerimento n° 767/15 — do Sr. Antonio Imbassahy — que “requer em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convocado o Sr. Antonio Gustavo Rodrigues, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, para prestar depoimento”. Aprovado. 79 - Requerimento n° 772/15 — do Sr. Valmir Prascidelli e outros — que “requer a convocação do Sr. Lucas Pace Júnior, doleiro, delator e sócio da Senhora Nelma Kodama e da Senhora Iara Galdino da Silva, envolvidos na “Operação Lava Jato”.



Aprovado. 80 - Requerimento n° 776/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que “requer a convocação para oitiva do Sr. José Alberto de Freitas legas, Delegado de Polícia Federal”. Aprovado. 81 - Requerimento n° 777/15 — do Sr. Aluisio Mendes — que “requer a convocação para oitiva do Sr. Dalmey Fernando Werlang, agente de Polícia Federal”. Aprovado. 82 - Requerimento n° 781/15 — do Sr. Carlos Sampaio — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, à Petrobras, de cópia em inteiro teor, inclusive em meio magnético e arquivo pesquisável, do relatório elaborado pelo Comitê de Auditoria da PETROBRAS, com base nas conclusões alcançadas pela Comissão Interna de Apuração criada pela companhia para investigar irregularidades relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América”. Aprovado. 83 - Requerimento n° 782/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Frank Geyer Abubakir”. Aprovado. 84 - Requerimento n° 783/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Richard Andrew van Otterioo”. Aprovado. 85 - Requerimento n° 784/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Paulo Pires de Almeida”. Aprovado. 86 - Requerimento n° 785/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Marco Ernest Matalon”. Aprovado. 87 - Requerimento n° 787/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “requer cópia do Resumo Executivo apresentado ao Conselho de Administração da



PETROBRAS S/A, conforme constante na Ata da Reunião nº 1.268, realizada em 03/02/2006 na sede da empresa, referente à “Aquisição de refinaria de petróleo EM Pasadena, Estado do Texas (EUA) e participação da PRSI Trading Company, LP, empresa a ser constituída”. Aprovado. 88 - Requerimento nº 788/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “requer cópia do conteúdo da revisão aprovada ao Plano Estratégico Petrobras 2020 e Plano de Negócios 2009/2013, aprovado pelo Conselho de Administração da PETROBRAS, de acordo com Ata da Reunião nº 1.313, realizada em 23/01/2009”. Aprovado. 89 - Requerimento nº 789/15 — do Sr. Onyx Lorenzoni — que “requer cópia integral do Plano Estratégico Petrobras 2020 e Plano de Negócios 2009/2013, aprovado pela Diretoria Executiva da Companhia, conforme Ata de nº 4.738, item 25, de 22.01.2009”. Aprovado. 90 - Requerimento nº 795/15 — do Sr. Júlio Delgado — que “requer a convocação do Sr. Milton Pascowitch para prestar depoimento a CPI da Petrobras”. Aprovado. 91 - Requerimento nº 796/15 — do Sr. Júlio Delgado — que “requer a convocação dos Srs. Milton Pascowitch e Pedro Barusco, para acareação a fim de esclarecer fatos referentes a desvio de dinheiro da Petrobras a esta CPI”. Aprovado. 92 - Requerimento nº 798/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a realização de diligência externa ao Estaleiro Atlântico Sul (EAS), localizado no Município de Ipojuca/PE, com o objetivo de averiguar os efeitos negativos da rescisão contratual com a empresa Sete Brasil”. Aprovado. 93 - Requerimento nº 801/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a



transferência dos sigilos bancários e fiscais do Sr. Alexandre Pinto Rola”. Aprovado. 94 - Requerimento n° 802/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que ‘requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a convocação do Sr. Alexandre Pinto Rola, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção que envolve a estatal”. Aprovado. 95 - Requerimento n° 803/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a transferência dos sigilos bancários e fiscais do Sr. Marcos Pinto Rola”. Aprovado. 96 - Requerimento n° 804/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a convocação do Sr. Marcos Pinto Rola, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção que envolve a estatal”. Aprovado. 97 - Requerimento n° 805/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a transferência dos sigilos bancários e fiscais do Sr. Marcos Pinto Rola Filho”. Aprovado. 98 - Requerimento n° 806/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a convocação do Sr. Marcos Pinto Rola Filho, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção que envolve a estatal”. Aprovado. 99 - Requerimento n° 807/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a transferência dos sigilos bancários e fiscais do Sr. Geraldo Cabral Rola Filho”. Aprovado. 100 - Requerimento n° 808/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a convocação do Sr. Geraldo Cabral Rola Filho, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção que envolve a estatal”. Aprovado.



101 - *Requerimento n° 809/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a transferência dos sigilos bancários e fiscais do Sr. Geraldo Cabral Rola Neto”. Aprovado.*

102 - *Requerimento n° 810/15 — do Sr. Fernando Monteiro — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito determine a convocação do Sr. Geraldo Cabral Rola Neto, a fim de esclarecer as denúncias de corrupção que envolve a estatal”. Aprovado.*

103 - *Requerimento n° 811/15 - do Sr. Celso Pansera - que “requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Taminy Youssef, filha do Sr. Alberto Youssef”. Aprovado.*

104 - *Requerimento n° 812/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer que seja convocada a Sra. Taminy Youssef, filha do Sr. Alberto Youssef, para prestar depoimento”. Aprovado.*

105 - *Requerimento n° 813/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Olga Youssef, também conhecida como “Flora”, irmã do Sr. Alberto Youssef”. Aprovado.*

106 - *Requerimento n° 814/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer que seja convocada a Sra. Olga Youssef, também conhecida como “Flora”, irmã do Sr. Alberto Youssef, para prestar depoimento”. Aprovado.*

107 - *Requerimento n° 815/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Kemelly Caroline Fujiwara Youssef, filha do Sr. Alberto Youssef”. Aprovado.*

108 - *Requerimento n° 816/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer que seja convocada a Sra. Kemelly Caroline Fujiwara Youssef, filha do Sr. Alberto Youssef, para prestar depoimento”. Aprovado.*

109 - *Requerimento n° 817/ 15 — do Sr. Celso Pansera — que*



“requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Joana Darc Fernandes Youssef, esposa do Sr. Alberto Youssef”. Aprovado. 110 - Requerimento nº 818/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer que seja convocada a Sra. Joana Darc Fernandes Youssef, esposa do Sr. Alberto Youssef, para prestar depoimento”. Aprovado. 111 - Requerimento nº 819/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer que seja convocado o Sr. Dalmey Fernando Werlang, agente da Polícia Federal, para prestar depoimento”. Aprovado. 112 - Requerimento nº 820/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Oswaldo A. Fabris”. Aprovado. 113 - Requerimento nº 821/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque a Senhora Antonella Cordio”. Aprovado. 114 - Requerimento nº 822/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Michele Cordio”. Aprovado. 115 - Requerimento nº 824/15 — do Sr. Antonio Imbassahy — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de realização de visita técnica aos Estaleiros Atlântico Sul, Enseada, Jurong Aracruz, BrasFels e REG2, para que seja esclarecido aos membros desta CPI sobre cada uma das fases envolvidas na construção de sondas para o pré-sal, contratadas pela Sete Brasil”. Aprovado. 116 - Requerimento nº 825/15 — do Sr. Arnaldo Faria de Sá — que “requer sejam transferidos os sigilos bancários e fiscal das empresas pertencentes ao Grupo Schahin e de seus sócios, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 e 28 de maio



de 2015”. Aprovado. 117 - Requerimento n° 826/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja realizada acareação entre os Srs. Alberto Youssef, Nelma Kodama e Iara Galdino”. Aprovado. 118 - Requerimento n° 827/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convocado o Sr. Jorge Hage Sobrinho, ex-Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, para prestar depoimento”. Aprovado. 119 - Requerimento n° 828/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite ao Banco Central do Brasil quebra do sigilo bancário de Carlos Eduardo Schahin, Milton Taufic Schahin, Salin Taufic Schahin, Rubens Taufic Schahin e Pedro Schahin”. Aprovado. 120 - Requerimento n° 829/15 — do Sr. Altineu Côrtes — (RCP 3/2015) que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite ao Fundo Garantidor — Banco Central do Brasil — cópia do contrato de financiamento feito ao Grupo Schahin e as garantias oferecidas, para que o Banco pudesse ser vendido ao Banco do Brasil”. Aprovado. 121 - Requerimento n° 830/15 — do Sr. Altineu Côrtes — (RCP 3/2015) que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite ao Banco Central do Brasil, cópia do inteiro teor de todos os contratos de câmbio fechados por intermédio do Banco Schahin de 2005 a 2015”. Aprovado. 122 - Requerimento n° 831/15 — do Sr. Altineu Côrtes — (RCP 3/2015) que “requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor José Mário Janarelli”. Aprovado. 123 - Requerimento n° 832/15 — do Sr. Altineu Côrtes — (RCP 3/2015) que “requer que esta Comissão



Parlamentar de Inquérito convoque o Senhor Kenji Otsuki”. Aprovado. 124 - Requerimento n° 833/15 — do Sr. Altineu Côrtes — que “requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que officie o Banco Mizuho para que remeta à CPI, cópia do inteiro teor do contrato de financiamento da compra de navios-sonda pelo Banco Schahin ou suas subsidiárias, bem como do contrato de devolução desses navios-sonda ao Banco Mizuho”. Aprovado. 125 - Requerimento n° 834/15 — do Sr. Celso Pansera — que “requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja determinada realização de diligência externa em Curitiba/PR com vistas a realizar acareação entre as pessoas ora elencadas, as quais se encontram detidas em decorrência da Operação Lava-Jato”. Aprovado. 126 - Requerimento n° 835/15 — do Sr. Antonio Imbassahy — que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, de cópia em inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, do Procedimento Investigatório Criminal (PIC) n° 1.30.001.000837/2014-68, bem como de informações a respeito da eventual requisição de instauração de inquéritos policiais ou sobre a eventual propositura de ações penais, com base nos elementos probatórios coligidos em aludido procedimento investigatório”. Aprovado. 127 - Requerimento n° 836/15 — dos Srs. Antonio Imbassahy e Izalci — que “requer a quebra de sigilos bancário e fiscal de Luís Eduardo Barbosa da Silva, CPF 834.996.447-20, representante da empresa SBM Offshore do BRASIL”. Aprovado. 128 - Requerimento n° 837/15 — dos Srs. Antonio Imbassahy e



Izalci — que “requer a quebra de sigilos bancário e fiscal das empresas Oildrive Consultaria em Energia e Petróleo Ltda., CNPJ 07.849.757/0001-01, e FAERCOM Energia, CNPJ 00.680.858/0001-44”. Aprovado. 129 - Requerimento N° 838/15 — dos Srs. Antonio Imbassahy e Izalci — que “requer a quebra de sigilos bancário e fiscal de Eline Faerman, CPF 884.430.437-68”. Aprovado. 130 - Requerimento n° 839/15 — dos Srs. Antonio Imbassahy e Izalci — que “requer a quebra de sigilos bancário e fiscal de Marcello Faerman, CPF 912.944.107-25”. Aprovado. 131 - Requerimento n° 841/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que “requer à empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) lista de contratos rescindidos e/ou processos licitatórios invalidados em virtude dos efeitos da Operação Lava-Jato, acompanhada dos argumentos utilizados pela empresa para sustentar sua decisão”. Aprovado. 132 - Requerimento n° 842/15 — do Sr. Félix Mendonça Júnior — que “requer ao Ministério Público Federal a relação dos acordos de delação premiada firmados com acusados na Operação Lava-Jato, bem como avaliação acerca das informações apresentadas por tais pessoas que embasaram o consentimento, por esse órgão, da pactuação dos acordos”. Aprovado. 133 - Requerimento n° 845/15 — do Sr. Carlos Sampaio e outros — que “requer a realização de acareação entre os Senhores Pedro José Barusco Filho e João Vaccari Neto, com a finalidade de esclarecer pontos divergentes e contraditórios de seus depoimentos”. Aprovado. 134 - Requerimento n° 846/15 — do Sr. Carlos Sampaio e outros — que “requer a realização de acareação entre os Senhores Pedro José Barusco Filho e Renato de Souza Duque, com a finalidade de esclarecer pontos divergentes



e contraditórios de seus depoimentos”. Aprovado. 135 - Requerimento n° 847/15 — do Sr. Carlos Sampaio e outros — que “requer a realização de acareação entre os Senhores José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Paulo Roberto Costa, com a finalidade de esclarecer pontos divergentes e contraditórios de seus depoimentos”. Aprovado. 136 - Requerimento n° 848/15 — do Sr. Izalci — que “requer a transferência dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do Senhor José Dirceu de Oliveira e Silva, CPF 033.620.088-95, cujo interregno inclua o período de 01/01/2005 até a presente data”. Aprovado. 137 - Requerimento n° 849/15 — da Sra. Eliziane Gama — que “requer sejam tomadas as providências necessárias à busca e apreensão de documentos e computadores nos escritórios das empresas do Grupo Schahin”. Aprovado. 138 - Requerimento n° 850/15 — do Sr. Antonio Imbassahy e outros — que “requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convocado o Sr. Paulo Tarciso Okamoto, Presidente do Instituto Lula, para prestar depoimento”. Aprovado. 139 - Requerimento n° 852/15 — do Sr. Celso Pansera — que “solicita seja convocado o Sr. Fernando Leite Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET”. Aprovado. 140 - Requerimento n° 853/15 — do Sr. Celso Pansera — que “solicita seja convocado o Sr. Paulo Teixeira Brandão, Presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros — FENASPE”. Aprovado. Finda a votação, o Deputado Ivan Valente reclamou da não apreciação de Requerimentos de inclusão extrapauta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a



todos e encerrou a reunião às doze horas e dezesseis minutos. No decorrer da Reunião o Deputado Antonio Imbassahy assumiu a Presidência dos trabalhos. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel Amaral Alvim de Paula, Secretário-Executivo da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Hugo Motta, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.”

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Peço a palavra para discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Peço a palavra para discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra para discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, no momento da votação, possivelmente, V.Exa. olhou para frente. Então, peço que fique consignado o meu voto contrário à aprovação dos requerimentos na reunião passada, junto com os demais Parlamentares que foram aqui considerados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço só para melhorarem um pouco o som.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. deseja incluir o seu voto contrário a todos os requerimentos? (*Pausa.*) Peço fazer constar em ata o voto contrário do Deputado Luiz Sérgio aos requerimentos aprovados na última quinta-feira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, o voto contrário do Relator é para que não se dê continuidade às investigações. S.Exa. é contrário a todas essas convocações, que podem trazer à tona a elucidação de muitos fatos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero obedecer a uma ordem de pedidos para discutir. Darei a palavra inicialmente ao Deputado Leo de



Brito, que foi o primeiro a pedi-la. Em seguida falará o Deputado Afonso Florence, depois, o Deputado Valmir Prascidelli, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Jorge Solla, o Deputado Ivan Valente.

Deputado Júlio Delgado, V.Exa. deseja discutir? (*Pausa.*) Não. Desistiu.

O Deputado Izalci deseja discutir. O Deputado Bruno Covas deseja discutir.

Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem até 2 minutos para discutir a ata.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve, mas várias questões importantes não constam na ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria pedir para aumentarem um pouco o som aqui.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, é notório que a reunião anterior foi bastante tumultuada. Inclusive nós tivemos microfones desligados e etc. É importante que algumas questões com respeito a V.Exa. constem da ata, e eu gostaria de levantá-las aqui,

Primeiro, foram aprovados aqui dois requerimentos assinados pelo Deputado Onyx Lorenzoni: um requerimento para votação em globo dos requerimentos de retirada de pauta; e um requerimento para votação em bloco dos requerimentos de retirada de pauta. E aí eu quero que conste a questão de ordem que foi levantada, especificamente a questão de ordem que foi levantada pelo PT a esse respeito. Não estou fazendo a questão de ordem, eu só quero que ela conste da ata, porque esses requerimentos não estão previstos no rol do art. 117. Portanto, eles foram só votados, não foram discutidos. Eu quero que isso conste da ata dessa reunião, que nós acabamos de ouvir agora.

Outra questão. Primeiro, os meus requerimentos de retirada de pauta não constam da ata, só os requerimentos que foram feitos pelo Deputado Valmir Prascidelli. Segundo, no momento em que eu coloquei os requerimentos de retirada de pauta, solicitei para fazer o encaminhamento, como foi feito pelo Deputado Valmir Prascidelli, por 5 minutos. Não me foi dado esse direito de fazer o encaminhamento, que está no Regimento, art. 192, § 8º. Então, eu quero que também essa questão de ordem que foi suscitada naquele momento conste da ata, porque dela não consta. Está certo?



Há outra questão de ordem que eu quero que conste da ata. Um dos requerimentos feitos pelo Deputado Onyx Lorenzoni foi para a votação em bloco dos requerimentos da pauta. Eu quero que conste também uma questão de ordem que foi levantada a esse respeito. No caso, esse requerimento não poderia ser votado em bloco, porque as situações de votação em bloco estão todas previstas taxativamente no Regimento: art. 206, I e II; art. 190, *caput*; art. 162, inciso XIV; e art. 189, § 1º. Eu quero que conste também essa questão de ordem que foi levantada pela bancada do PT naquele momento.

Por fim, Sr. Presidente, também quero que conste da ata que, ao final da votação dos requerimentos — aqui consta que o Deputado Ivan Valente fez uma reclamação —, o Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, deu-me a palavra e eu fiz um protesto a respeito da condução que foi dada àquela reunião.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O art. 80 versa sobre o seguinte:

“Art. 80. Abertos os trabalhos, o Segundo-Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação.”

§ 1º O Deputado que pretender retificar a ata enviará à Mesa declaração escrita. Essa declaração será inserta em ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.”

O que eu solicito a V.Exa.? Que V.Exa. encaminhe por escrito todas essas reivindicações ao Secretário, Dr. Manoel, para que possamos inserir aquilo que V.Exa. tiver direito de colocar na ata.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E aqui nós temos o art. 63, que diz que da ata tem que constar:

“Art. 63.....”



- I – data, hora e local da reunião;*
- II – nomes dos membros presentes e dos ausentes, com expressa referência às faltas justificadas;*
- III – resumo do expediente;*
- IV – relação das matérias distribuídas, por proposições, Relatores e Relatores substitutos;*
- V – registro das proposições apreciadas e das respectivas conclusões.”*

Tudo o que tiver que ser colocado a mais do que isso, o Deputado tem que solicitar por escrito, para que possamos proceder à inclusão.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k. Uma questão de ordem, nesse caso, deve constar da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

Deputado Afonso Florence, V.Exa. tem a palavra por até 2 minutos, para discutir. V.Exa. também está inscrito para falar como Líder. Deseja usar da palavra como Líder agora ou não? (*Pausa.*) Só para discutir, V.Exa. dispõe de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, Sr. Presidente. Não desejo usar da palavra como Líder agora não.

Sr. Presidente, não constam da ata os momentos em que houve coincidência e suspensão das respectivas Ordens do Dia. Houve um momento em que a Ordem do Dia do Plenário foi suspensa, a sessão foi suspensa. E nós de fato, nesse momento, não votamos aqui. Em seguida, a Ordem do Dia do Plenário foi reiniciada. Mais tarde, a reunião aqui na CPI foi encerrada ainda faltando requerimentos, embora advogada a aprovação deles enfaticamente, além de outros Parlamentares, pelo Deputado Ivan Valente. Essa narrativa não está aqui, mas isso ocorreu. Já entendi que o encaminhamento tem que ser por escrito, mas faço questão de registrar isso.

Também faço questão de registrar que, quando falei como Líder, somei o tempo de encaminhamento — foi no momento em que V.Exa. precisou se ausentar e o Vice-Presidente assumiu a condução dos trabalhos. Eu tinha direito a 5 minutos. E mesmo tendo sido concedida a mim a fala como Líder sem que tivéssemos entregado o ofício em que o Líder Sibá Machado me indicava, acabou que, por



interferência da plateia, eu tive somente 1 minuto para encaminhar, e não 5 minutos, como está previsto no Regimento. Eu quero registrar isso também.

Quero registrar ainda, para concluir, que, para o requerimento apresentado para votação em globo por um Parlamentar no plenário, não houve discussão — isso está na Taquigrafia. Na hora da votação, eu levantei a mão e pedi o voto. Depois houve uma controvérsia. Eu estava de frente para o Presidente, levantando a mão e registrando o voto. Gostaria que esses fatos também constassem da ata.

Vou apresentar o recurso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondo a V.Exa., que perguntou os horários em que a sessão foi suspensa. Eu não estava aqui, mas o Dr. Manoel me passou em mão: a Ordem do Dia começou às 11h17min; foi suspensa às 11h25min; e voltou às 11h38min. Esse foi o cronograma, a ordem dos trabalhos lá no Plenário.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - E depois nós votamos aqui. A Ordem do Dia lá terminou, e nós não retomamos a pauta de requerimentos que havia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas isso não está sendo discutido. Nós estamos discutindo aqui o momento em que houve suspensão.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas isso constaria da ata, ao término da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tudo o que V.Exa. quiser que conste da ata faça por escrito. Nós iremos apreciar e daremos tudo aquilo a que V.Exa. tiver direito, como sempre temos feito.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Há controvérsias. Mas tudo bem. Eu farei isso por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E com relação ao tempo de V.Exa. na última reunião, de que V.Exa. falou...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu queria 1 minuto mais 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...nós temos aqui obedecido, por cortesia aos Deputados — mesmo quando esses ofícios não chegam à Mesa —,



temos mantido a palavra àqueles que quase que semanalmente são e advogam aqui como Líderes dos seus partidos.

V.Exa., na última reunião, não tinha esse ofício. Esse ofício não chegou na última reunião. Então, o tempo que V.Exa. usou foi o tempo de Líder, por uma cortesia do Presidente que estava conduzindo os trabalhos. V.Exa. não falou por 5 minutos, V.Exa. falou por 11 minutos. Então, V.Exa., que está cobrando 5 minutos, não teve só 5 minutos: V.Exa. teve 5 minutos mais 6 minutos. Então, V.Exa. falou por 11 minutos e pôde advogar, acredito eu, muito bem, como V.Exa. sempre faz, as teses que defende aqui nesta CPI.

Então, esclarecendo a V.Exa., se fosse para cumprir o Regimento, V.Exa. só teria falado por 5 minutos. V.Exa. falou por 11 minutos. Eu acredito que essa questão de V.Exa. insistir em dizer que teve tolhido o seu direito de falar não é justa, porque V.Exa. não estava regimentalmente amparado para falar como Líder, e mesmo assim o fez e excedeu o tempo a que teria direito para advogar a sua tese.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só quero registrar e encerrar: não vou refutar a notória condescendência e gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu só estou fazendo esse esclarecimento porque V.Exa. está insistindo na resposta da Mesa. E a Mesa tem que ser, na verdade, transparente com aquilo que aconteceu na última reunião. Eu só estou fazendo isso porque V.Exa. está provocando essa resposta. Eu não queria fazê-lo de maneira alguma, já que para mim isso é até um constrangimento, porque quanto mais o Deputado puder falar, eu acredito que melhor contribuirá para o bom andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu só gostaria de registrar algo até para todos os colegas de trabalho, para a imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro. Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu não sabia que eu não tinha entregado o ofício. Nós nos revezamos até para trabalhar em equipe. Então, quando eu pedi a palavra — e tenho a convicção de que de boa-fé a Presidência cedeu-me a palavra como Líder —, eu não tinha conhecimento disso. Naquele momento, se eu não estava como Líder, de fato seriam cedidos a mim apenas 5 minutos. Mas naquele momento, a Presidência cedeu-me os 10 minutos como Líder; cedeu-me os



5 minutos; e por intervenção de um Parlamentar no plenário, retrocedeu para 1 minuto. Ela foi induzida a erro pelo Plenário. Eu fui à Presidência naquele momento e disse em termos diretos, não no microfone: “*Sugestão: evite que nós, qualquer um de nós, leve a Presidência...*” Eu a levei a um primeiro erro, porque está errado falar como Líder sem haver ofício — é óbvio que eu poderia ter entregado o ofício, mas não sabia que o ofício não tinha sido entregue —, assim como está errado, por indução do Plenário, ela reduzir o meu tempo de 5 minutos para 1 minuto, mesmo que eu tenha tido anteriormente a condescendência que notabiliza a Presidência de V.Exa., como de fato ocorreu na última reunião. A serenidade de condução e o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Acreditando que ambos cometeram erros e balanceando o tempo, V.Exa. não foi prejudicado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, eu quero registrar que, na minha interpretação, houve dois erros, sendo que um deles nos beneficiou no tempo de Líder. Mas ali eu poderia ter entregado o ofício e ter 15 minutos e não 11 minutos. Eu quero fazer esse registro, entendendo que V.Exa. o acatará. E vou encaminhar por ofício todos os outros registros também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por favor.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. dispõe de até 2 minutos para discutir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, no primeiro encaminhamento de discussão da ata aqui, V.Exa. já disse que os pedidos precisam ser encaminhados por escrito. Eu o farei, mas só vou fazer as observações.

Quero que se registrem na ata pelo menos duas questões que eu considero que precisam e necessitam ser incluídas. A primeira é em relação ao meu voto: em todas as matérias eu votei contrariamente, e uma delas não está colocada.

A segunda é com relação à questão de ordem que eu faria. No momento da votação em bloco dos requerimentos, eu fiz a defesa de um deles. Depois, no desenrolar do procedimento adotado pela Presidência da Comissão, todos eles foram colocados para votação em bloco, inclusive os requerimentos de quebra e transferência de sigilo bancário, que já têm uma avaliação do Supremo Tribunal Federal com relação ao procedimento por parte das CPIs.



As quebras de sigilo pelas CPIs precisam ter fundamentação e precisam ter deliberação específica e não genérica, por se considerar o caráter excepcional de tal medida, que é passível, evidentemente, de danificar a intimidade daqueles que estão tendo a sua quebra de sigilo adotada pela Comissão.

Eu não estou me referindo aqui — e vou passar por escrito, para que isso conste da ata — ao mérito das quebras de sigilo, eu estou me referindo ao procedimento adotado pela Mesa da CPI na condução dos trabalhos daquela reunião. Inclusive, alguns dos requerimentos apresentados por alguns dos Deputados dizem respeito a duas, três ou quatro quebras de sigilo. Portanto, eles deveriam ser feitos separadamente e apreciados por esta Comissão de forma individualizada, considerando o que preconiza, evidentemente, a Constituição Federal, especialmente no seu art. 5º, para que possamos ter observados os direitos de cada pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Faça o encaminhamento, Deputado Valmir Prascidelli, que nós daremos total atenção, sempre lembrando que os procedimentos usados para quebra de sigilo na última reunião foram iguais aos já usados anteriormente por esta CPI.

Os requerimentos foram aprovados por unanimidade como outros requerimentos, a exemplo do requerimento do Sr. Pedro Barusco e do Sr. Renato Duque também, que teve o sigilo quebrado.

A única exigência que o Supremo Tribunal Federal faz para proceder à quebra pedida pela CPI é que haja uma justificativa plena para que aquela decisão seja tomada. Eu acredito que as quebras que foram aqui aprovadas pela ampla maioria da CPI têm, sim, uma justificativa, porque se tratam de pessoas que estão no âmbito de denúncias. E eu acredito que aquelas pessoas que não têm o que temer não têm por que estarem receosas com relação a isso.

Lembro também que os requerimentos foram votados nominalmente, depois que a votação em globo extrapolou 1 hora da votação nominal, que foi pedida ainda na ata. Eu me lembro disto porque estava aqui na quinta-feira: depois de 1 hora, foi pedida a votação nominal por parte do Partido dos Trabalhadores; a votação nominal foi procedida; e os requerimentos foram aprovados. Então, isso também respalda ainda mais a votação que foi realizada na última quinta-feira.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para constar: eu posso estar equivocado, mas nos outros procedimentos de quebra de sigilo, o Relator fez a leitura dos requerimentos e nós votamos individualmente.

Nesse caso, alguns dos requerimentos pautam-se em matérias trazidas por jornais. Não considero essas questões uma fundamentação adequada para a quebra de sigilo. Até por isso considero que a discussão individual seria necessária, considerando os diversos aspectos que dizem respeito, eventualmente, a uma matéria no jornal, aos interesses que se tem e àquilo que evidentemente é objeto da CPI.

Mas eu vou encaminhar isso por escrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Maria do Rosário, V.Exa. tem até 2 minutos para discutir.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, bom dia! Um bom dia a todos os colegas!

Eu quero solicitar — e o farei por escrito também — que não apenas o horário da suspensão da sessão no Plenário seja anotado na ata, mas o horário de cada votação aqui realizada na CPI. Quero solicitar que isso seja feito.

Sr. Presidente, o art. 46, § 1º, que trata das reuniões das Comissões, diz que:

“Art. 46

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.”

Não se trata somente da votação. O fato de própria reunião estar se realizando, de acordo com o Regimento, no momento da Ordem do Dia, constitui um prejuízo aos Parlamentares, que precisam estar, por obrigação, presentes na Ordem do Dia. Eu mesma, Sr. Presidente, sinto-me extremamente prejudicada, ainda que seja suplente nesta CPI — e quero deixar isso registrado. Sinto-me extremamente prejudicada, porque acompanhava a votação que as mulheres buscam realizar nesta Casa e que o Presidente Eduardo Cunha colocou naquele momento na Ordem do Dia, para ser votada, da paridade da cota de mulheres.



Na sessão do Plenário houve o início da Ordem do Dia. Qual é a única tranquilidade que um Parlamentar pode ter? A de que, iniciada a Ordem do Dia no Plenário, todos estamos dedicados ao Plenário e não será feita uma gambiarra, uma manobra qualquer que coloque votações nas Comissões, aproveitando a janela de uma suspensão convocada pelo Presidente — que não acredito que teve qualquer má-fé, mas buscou ordenar melhor os trabalhos.

Certamente o Presidente Eduardo Cunha não procurava aqui apoiar a CPI na aprovação de qualquer requerimento danoso a quem quer que seja. Mas nós tivemos, com seriedade, requerimentos aqui. E V.Exa. precisa colocar na ata a prejudicialidade de alguns requerimentos, como os do Deputado Jorge Solla. S.Exa. vai falar em seguida, portanto, eu não vou dar curso a esse argumento, já que ele mesmo o apresentará. E por que requerimentos não foram prejudicados sob o mesmo argumento?

Por exemplo, V.Exa. deu prejuízo aqui ao requerimento do Sr. Pietro Bianchi, sobre quem a *Folha de S.Paulo* fez uma matéria exaustiva, falando a respeito de seu envolvimento com a Castelo de Areia. E V.Exa. colocou aqui requerimentos que sequer puderam ser discutidos um a um pelos Deputados.

Então, eu quero que os horários sejam colocados, tanto os de lá do Plenário quanto os daqui — vou pedir isso a V.Exa.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu quero registrar, para a ata, a solicitação de que os horários sejam incluídos. Mas a minha observação política, a que me dou o direito de fazer, é que foi feita uma manobra da pior espécie para envolver o Sr. Paulo Okamoto. E eu quero deixar registrada a minha total indignação com isso, porque há uma parcialidade, há uma prejudicialidade de réus confessos, no sentido de que sejam chamados para investigarmos tudo, e há a tentativa de se colocar aqui pessoas decentes e honestas nesta Mesa, como se não o fossem.

Então, eu quero registrar toda a minha indignação com a manobra da janela, a janela que foi usada aqui para se colocar em votação um requerimento que nem deveria ter sido colocado. E se V.Exa. usasse o mesmo critério, deveria tê-lo dado como prejudicado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., que fará o pedido por escrito. Já existem aqui, na ata da Mesa que foi aprovada na última quinta-feira, os horários. V.Exa. fazendo o pedido, nós faremos a inclusão.

Acredito que o Deputado Jorge Solla deverá falar sobre os requerimentos. Mas diante do fato, digo que os requerimentos do Deputado Jorge Solla, que foram prejudicados pela segunda vez, por este Presidente, já estão na ata que acabou de ser lida pelo Deputado Félix Mendonça, à pág. 3, logo em cima.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. tem a palavra por até 2 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, primeiro eu quero reiterar a posição da Deputada Maria do Rosária. Eu acho que é um absurdo o procedimento que foi utilizado, pois é completamente irregular frente ao Regimento.

Se esse procedimento for tomado como regra, nós não vamos mais poder sair de nenhuma reunião da CPI quando começar a Ordem do Dia. Nós vamos ter que ficar aqui aguardando, porque, a qualquer momento, pode-se parar a Ordem do Dia e alguém dar um golpe e aprovar matérias na calada de 13 minutos. O Deputado Félix Mendonça Júnior levou 1 hora aqui para ler os cento e tantos requerimentos que foram aprovados em apenas 13 minutos — 13 minutos!

Então, eu tenho que registrar aqui que é um golpe, é ilegal, é irregular esse procedimento. Não podemos coadunar com ele, Sr. Presidente.

Segundo, foi feita — e queria que registrasse na ata — por parte do Deputado Valmir Prascidelli uma questão de ordem, com base no art. 95: mais uma vez, V.Exa. rejeitou os requerimentos que nós apresentamos sobre o Sr. Pedro Bianchi. E quero registrar que a *Folha de S.Paulo* já deixou claro, na investigação que foi divulgada, que essa investigação do Sr. Pedro Bianchi foi incorporada pelos procuradores na ação penal da Lava-Jato movida contra a empresa Camargo Corrêa. Então, é patente, nos documentos apresentados pela *Folha de S.Paulo* e publicados, de que nós estamos falando de um investigado também da Lava-Jato — também da Lava-Jato.

Isso é diferente do que V.Exa. fez, garantindo a aprovação dos requerimentos para ouvir o Paulo Okamoto, porque o Instituto Lula nunca foi denunciado em nada na Lava-Jato, muito menos o Sr. Paulo Okamoto. Também é diferente do que V.Exa. fez, aprovando os requerimentos relacionados ao gasoduto



da Bolívia, que foge completamente ao escopo do requerimento da CPI, em que só entra o GASENE. É diferente do que V.Exa. fez, aprovando os requerimentos de Pasadena, porque o objeto da CPI fala em refinarias construídas no Brasil — pelo que eu saiba, Pasadena não fica no Brasil nem foi construída pela PETROBRAS.

Então, esta CPI está dando tratamento desigual para situações iguais. Requerimentos que foram aprovados aqui no pacote da chamada “janela da paralização do Plenário pelo Presidente Eduardo Cunha” — que espero que não se repita mais nesta Casa, porque é um absurdo —, esses requerimentos, vários deles, fogem ao escopo da CPI, fogem ao objeto da CPI.

Enquanto isso, eu estou desde abril tentando trazer para ser ouvido o Sr. Pedro Bianchi, contumaz preso, contumaz delatado, contumaz envolvido em corrupção na PETROBRAS, na Camargo Corrêa, na Castelo de Areia, na Lava-Jato. E V.Exa. continua negando.

Eu vou reapresentar os requerimentos, Sr. Presidente, e vou contestar isso, porque eu acho um absurdo dois pesos e duas medidas. E, nesta Casa, V.Exa. como Presidente de Comissão tinha que zelar pelo tratamento igual a todos os requerimentos, a todas as reivindicações apresentadas pelos Deputados aqui.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem — art. 95, § 6º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O art. 95, § 6º, permite-me fazer uma contradita, o que é muito importante para a continuidade dos trabalhos desta CPI da PETROBRAS.

Aquilo a que a Deputada Maria do Rosário se refere, ou seja, que deveria haver maioria absoluta para aprovação de uma quebra de sigilo, isso foi verdade até o ano de 2000. Por quê? Porque era baseado numa lei da época da ditadura, a Lei 4.595/64. Aí, em 10 de janeiro de 2001, a Lei Complementar nº 105 revogou o comando da lei da ditadura. E o que é que diz essa Lei Complementar nº 105, sobre a qual as CPIs desta Casa se apoiam desde o ano de 2001? Diz o seguinte o § 2º do art. 4º da lei, com relação às quebras de sigilo:

“Art. 4º.....



§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.”

Portanto, aqui não diz se deve ser apoiado por maioria absoluta. Não há mais o comando. E, quando não há o comando específico, a maioria simples soluciona.

Portanto, V.Exa. e a assessoria técnica da Comissão estão corretos, perfeitos e estribados na lei e nas decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal.

Apenas trago isso para colaborar, Sr. Presidente

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, como eu fui citada, quero dizer que o Deputado Onyx Lorenzoni não irá me associar à ditadura em nenhum aspecto.

Não fui eu que produzi essa questão de ordem, Deputado Onyx Lorenzoni, mas penso que a resposta dela deve ser oferecida pela Mesa. E é possível recorrermos ao Plenário ou — até pergunto à Mesa —, em alguns aspectos, à própria Comissão de Constituição e Justiça. Mas não fui eu que trabalhei com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não houve nenhum questionamento. O Deputado Valmir Prascidelli falou sobre isso, e nós respondemos e pedimos a solicitação por escrito para que possamos dar encaminhamento.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - E eu não vou dizer que o Deputado Onyx Lorenzoni veio do tempo da ditadura.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas eu não falei.... Sr. Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sobre a questão das quebras, foi V.Exa. que falou.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu falei sobre a questão das quebras, mas não questionei a votação majoritária. Eu não questionei isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - É sobre isto, Sr. Presidente: o que se está questionando não é a votação por unanimidade; é a aprovação de mais de uma centena de requerimentos, entre eles, várias quebras de sigilo, que levaram 1 hora para ser lidos na ata e foram aprovados em 13 minutos, num período de suspensão dos trabalhos — suspensão dos trabalhos, não paralisação dos trabalhos nesta CPI. A CPI tinha parado os trabalhos, não poderia mais votar nada. A Ordem do Dia estava instaurada.

Insisto: foi dado um golpe para se aprovarem mais de uma centena de requerimentos, entre eles, requerimentos de quebra de sigilo que deveriam ser identificados nominalmente, especificamente, com justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não considero possível que os Deputados que aprovaram essa mais de uma centena de requerimentos tenham tido, em 13 minutos, a capacidade de ler e quiçá discutir o conjunto de requerimentos, especialmente aqueles de quebra de sigilo, e, insisto, com requerimentos sendo reprovados, como os nossos, e requerimentos sendo aprovados, como vários outros, sob o mesmo argumento de que estavam prejudicados por não tratarem do objeto, e sendo usados dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - O Pedro Bianchi, da Camargo Corrêa, continua sem ser ouvido aqui. No entanto, sobre o Paulo Okamoto, que não tem nada a ver com a CPI da PETROBRAS, foi aprovado o requerimento. Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos duas oitivas hoje e ainda há aqui mais quatro Deputados para fazerem a discussão da ata.

Deputado Jorge Solla., só respondendo a V.Exa.: V.Exa. vai rerepresentar os requerimentos, mas nós vamos prejudicá-los novamente. Certo? Quantas vezes V.Exa. rerepresentar, nós vamos prejudicar. Essa é uma decisão que está tomada.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Nós vamos rerepresentá-los até o Pedro Bianchi ser ouvido aqui. Nós vamos rerepresentá-los.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. vai prejudicar com base...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É um exercício que não me cansa. Fazer justiça é um exercício que não me cansa.

Eu quero passar a palavra ao Deputado...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa., Sr. Presidente, vai prejudicar com base em quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu já prejudiquei uma vez, e já existe a justificativa. Prejudiquei outra vez, e já existe a justificativa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foge do escopo de investigação da CPI de que V.Exa. e eu fazemos parte. Foge do escopo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Sr. Paulo Okamoto é presidente de um instituto que, segundo a imprensa e a investigação da Lava-Jato, recebeu dinheiro de empreiteiras que estão envolvidas na Operação Lava-Jato.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não quero entrar nessa discussão. Eu não quero aqui entrar nessa discussão.

V.Exas. estão vendo aqui que, desde o início, pacientemente, eu estou discutindo a ata. Agora, eu não vou aceitar aqui que V.Exas. façam um falso direcionamento do que a CPI tem que investigar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos investigar, Deputados! Nós vamos investigar! Nós vamos aqui investigar!

Estou aqui discutindo pacientemente. Nós vamos cumprir o Regimento. Temos a certeza de que fomos justos na última quinta-feira. Agora, nós vamos dar o seguimento de que a CPI precisa para apresentar o resultado necessário das investigações.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, para discutir.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Na *Folha de S.Paulo* de 11 de junho está aqui: Pedro Bianchi (*ininteligível*) Lava-Jato pelo delegado da Lava-Jato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Jorge Solla, V.Exa. já falou três vezes. Eu quero garantir a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu quero afirmar que foi feito um acordo lá na Comissão, para incluir nomes que posteriormente eu recolhi aqui e eram os primeiros extrapauta a ser votados — quero citar novamente o Sr. Júlio Camargo, o Jayme de Oliveira e a Solange Almeida. Apesar de eu não ter sido contemplado, eu votei a favor de todos os requerimentos, uma vez que voto a favor de todos os requerimentos. O PSOL não protege ninguém. Mas quero dizer que existe um acordo aqui para proteger gente. Existe!

Segunda questão. Eu acho que na ata, Sr. Presidente, tem que constar que houve mudança de Presidência: V.Exa. retirou-se em algum momento, por motivo de viagem, e o Deputado Antonio Imbassahy assumiu. E se não me engano, quem fez a votação final foi o Deputado Antonio Imbassahy, não V.Exa. Eu quero que isso conste na ata, porque aí a reunião foi suspensa por início da Ordem do Dia.

Eu fui pessoalmente inquirir do Deputado Antonio Imbassahy se nós iríamos continuar ou não. Ele falou: “*Às 2 horas nós retomamos os trabalhos*”. Ele me disse pessoalmente isto: “*Retomamos os trabalhos*”. Passados alguns minutos, retomaram-se os trabalhos e votaram-se os 120 requerimentos. Eu falei inclusive para ele: “*Então, vamos botar os extrapauta também*”

O Deputado Antonio Imbassahy fez votar os 120 requerimentos e depois encerrou a reunião. Ou seja, não se voltou às 2 horas da tarde, como estava prometido, para continuar a reunião de votação que havia sido prometida e colocada na pauta.

Por isso, Sr. Presidente, eu vou encaminhar o meu pedido por escrito. Eu acho que a ata tem que precisar os horários de suspensão da reunião.

E quero colocar uma última questão, Sr. Presidente. Eu participei de várias CPIs nesta Casa. Ou nós esclarecemos de vez... Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. para a seguinte questão: nós temos, sem acordo de todos, regimentalmente,



condições de votar em globo? Eu não tenho nenhum problema de votar todos os requerimentos. Mas eu não quero criar um sistema de arbítrio — arbítrio, não. Eu quero saber se, não havendo acordo...

Em todas as CPIs de que participei, votava-se requerimento a requerimento. E eu não quero abrir essa exceção, por questão regimental. Se houver acordo, tudo bem! Por isto é que nós nos reunimos lá na sala da Comissão: para tentar fechar um bloco de coisas que seriam votadas por acordo e — aí, sim, em bloco —, mas não a pauta que V.Exa. trouxe, de 120 requerimentos, sem discussão, sem nada, num intervalo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E sem dúvida, passou para a sociedade brasileira a ideia de que houve arbítrio nessa votação, com a suspensão conveniente do Plenário, por um espaço de tempo limitado e para não votar depois, parcialmente, os requerimentos extrapauta — e o primeiro deles era extrapauta, esse que eu citei anteriormente —, que vergonhosamente continuam a não ser votados nesta Comissão, depois de 3 meses de CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa suspensão da Ordem do Dia, que foi adotada por uma decisão da Presidência da Casa na última quinta-feira, ocorreu a pedido de uma Deputada do PT, a Deputada Moema Gramacho, do PT da Bahia.

Então, se houve a possibilidade de os requerimentos serem votados aqui na última quinta-feira, eu acredito que a CPI foi quem venceu. A aprovação desses requerimentos depois de uma reunião muito tumultuada... Eu tive que me ausentar por questão de compromisso familiar. Mas o Deputado Antonio Imbassahy cumpriu totalmente o Regimento da Casa e estava amparado legalmente para fazer a votação.



Se os requerimentos extrapauta não foram votados por reinício da Ordem do Dia não é culpa nem do Deputado Antonio Imbassahy nem de quem estivesse à frente da Presidência, porque estaria ali obrigado a encerrar a reunião naquele momento, não podendo mais apreciá-los. Isso já é sabido por todos.

Agora, isso não impede que esses requerimentos, Deputado Ivan Valente, sejam apreciados. Esses requerimentos que V.Exa. pede, assim como tantos outros que existem na pauta, podem ser apreciados na próxima reunião deliberativa. A CPI não se encerrou. A CPI está na sua metade, temos mais 3 meses de CPI. Ou seja, nós temos a oportunidade de ouvir aqui ainda diversas pessoas.

Agora, nós não podíamos, naquele momento, deixar de apreciar os requerimentos sobre os quais a larga maioria se manifestou no momento, acima de tudo dando seguimento a uma linha de investigação que nós temos procurado traçar desde o início dos trabalhos.

Vejo aqui matérias de jornal dizendo que a CPI está retaliando quem quer que seja. A CPI, desde o início, teve vida própria e tomou decisões que muitas vezes desagradaram o Governo e os partidos que acompanham a base aliada. A decisão da última quinta-feira não foi nenhuma novidade.

Por isso, aqui eu quero rechaçar e não admitir nenhum tipo de ilação sobre interferência do Governo, de qualquer Líder político ou partidário sobre este Presidente ou sobre esta CPI. Eu não irei admitir isso, porque os atos falam mais do que as próprias palavras.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os atos falam mais do que as próprias palavras!

E eu quero aqui dizer mais: qualquer tentativa a ser feita sobre qualquer membro da CPI eu quero aqui repudiar e dizer que nós não concordamos. A CPI precisa funcionar de forma imparcial, ela precisa investigar. E é isso que nós temos defendido aqui. Então, eu quero aqui rechaçar isso de público e dizer que as próximas oitivas estarão sendo anunciadas, que as acareações serão anunciadas.

Também não vou aqui pautar requerimentos aprovados, para que oitivas



sejam feitas por pressão da imprensa ou por manchete de jornal. Eu não funciono por manchete de jornal, eu funciono pela investigação.

E nós vamos aqui cumprir o nosso trabalho. O Brasil está acompanhando, a sociedade está vendo e fará o seu julgamento de quem quer investigar e de quem não quer investigar.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Izalci, para discutir. Em seguida, darei a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, só quero lembrar a minha inscrição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu julgo que a 29ª Reunião Ordinária, quando aprovamos os 140 requerimentos, talvez tenha sido a reunião mais importante desta CPI. Por quê? Porque ela aprovou acareações importantíssimas. E temos de dar prioridade a essas acareações para que possamos, de fato, chegar ao final dando uma resposta à sociedade.

O que nós percebemos claramente com a atitude dos Parlamentares que me antecederam? Nós estamos discutindo aqui a ata. Quem está nos assistindo deve estar assim impressionado: "*Por que essa discussão?*" E nós temos de deixar muito claro: o resultado dessa tentativa de obstrução chama-se ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deu uma esculhambação geral nos seus empregados ou nos seus comandados. Inclusive, ele chegou ao cúmulo de chamar a atenção do Vice-Presidente da República. É uma coisa absurda!

Eu sei e todo mundo aqui já sabe da interferência do Presidente com relação ao Executivo. Agora, o Legislativo está deixando muito claro aqui: todo esse discurso que foi feito agora ocorreu simplesmente pelo fato de termos convocado aqui o Sr. Paulo Okamoto.

Agora, o que apareceu foram fatos contábeis: a Polícia Federal encontrou, nos documentos apreendidos da Camargo Corrêa, lançamentos contábeis, lançamentos esses que deixam muito claro, inclusive chamados de bônus eleitoral, entregues ao Instituto Lula. E esse bônus eleitoral foi uma confusão da Camargo Corrêa, porque eles já tinham essa prática de fazer doações para o partido e abater



da conta corrente da propina que eles têm. Muitas vezes, a conta corrente da propina era abatida com contribuições ao partido, pagamentos de notas fiscais de empresas fantasmas, pagamentos de consultorias como as do Palocci, como as do Zé Dirceu.

Este também é outro motivo: Zé Dirceu não vai ficar quieto mais. Ele já foi preso e sabe que, com isso que estamos fazendo aqui na CPI, ele corre o sério risco de voltar à prisão. E dessa vez, tenho a certeza absoluta de que ele não vai ficar calado e assumir o erro. Na prática, acho que o Zé Dirceu vai realmente entregar o rei e a rainha, que são os principais responsáveis por essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, acabou! O Governo não tem mais essa base majoritária.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O PT e o Presidente Lula apostaram na impunidade. Sempre no mensalão e no petrolão, o esquema era o quê? Comprar a base aliada. E ele achou que podia comprá-la até agora, mas não existe mais isso. Hoje o Governo é minoria.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual é o número do artigo, Deputado?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E o parágrafo? Se for para discutir o que nós estamos discutindo, eu darei a palavra a todos que estão discutindo e, em seguida, darei a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Trata-se do § 4º. Não é para discutir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se a questão de ordem for para tratar sobre o funcionamento da reunião, V.Exa. terá a palavra, porque é regimental.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É uma questão de ordem para tratar sobre o funcionamento segundo a intervenção de V.Exa., que diz que alguns...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual é o artigo em que V.Exa. está amparado?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele versa sobre o quê?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Versa sobre os requerimentos que foram retirados de pauta e alguns que foram votados na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós não estamos apreciando requerimentos aqui, Deputado. Nós estamos discutindo a ata.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós estamos apreciando a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim. E V.Exa. já teve a oportunidade de discutir. Eu estou dizendo que vou dar a palavra a V.Exa. novamente. Agora eu preciso ouvir os Deputados que ainda não falaram.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de discutir, mas também tive a oportunidade de ouvir V.Exa. dizendo que a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim. V.Exa. não vem aqui só para falar, V.Exa. vem para ouvir também.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não, eu venho para ouvir V.Exa. também, para conduzir os trabalhos com imparcialidade, diga-se de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu só tenho feito isso desde o início.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Como eu ouvi V.Exa. dizendo que não há parcialidade aqui, eu gostaria de saber de V.Exa. por que foram incluídos, por exemplo, três requerimentos naquele bloco que aprovamos irregularmente aqui, na reunião passada. Houve o Requerimento nº 708, do Deputado Bruno Covas, que traz aqui para depor o Sr. José de Filippi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou discutindo a ata.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu queria a saber se ele tem relação com o nosso objeto da CPI, conforme V.Exa. diz. Assim também o Requerimento nº 781, do Sr. Carlos Sampaio, que trata da Refinaria de Pasadena, eu queria saber se tem relação com o objeto desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É claro que tem! Pasadena foi comprada entre 2005 e 2015.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não, não é objeto da nossa CPI.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pasadena foi comprada por qual empresa, Deputado? Pasadena foi comprada por qual empresa? Qual foi?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pasadena sempre foi motivo desta CPI. As pessoas que aqui estiveram falaram sobre Pasadena. Cerveró falou sobre Pasadena. Maria das Graças Foster falou sobre Pasadena. E agora Pasadena não é mais tema desta CPI? Depois de 3 meses?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cabe a este Presidente interpretar. E eu estou interpretando da maneira que entendo ser justa, com o repúdio e com o protesto de V.Exa, é verdade.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa é a análise de V.Exa. Essa é a análise de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas, para discutir. S.Exa. tem até 2 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não há imparcialidade. Há evidentemente, como disse o Deputado Izalci, uma clara intensão de se fazer disputa política, porque nós podemos trazer aqui o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu queria agradecer e dizer que parece que está havendo uma certa



confusão. A própria ata já deixa bem claro, onde diz lá numa de suas últimas frases: *“O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento”*.

Ata é ata, nota taquigráfica é nota taquigráfica. Os Deputados aqui estão querendo fazer com que a ata seja a própria nota taquigráfica da reunião. Quer dizer, não há nenhum sentido. Todas essas informações aqui apontadas já estarão fazendo parte da ata a partir do momento em que fazem parte dela, como anexo, as notas taquigráficas da reunião, além do áudio, é claro.

Então, nós estamos aqui discutindo o óbvio, quando tudo e todas as informações aqui levantadas vão fazer parte, sim, da ata, além, como V.Exa. mesmo já disse, dos ofícios endereçados a V.Exa. da forma regimental.

Agora, eu queria aqui, Sr. Presidente, dizer que, naquela última reunião, eu tirei até foto do resultado que apareceu no painel, quando 17 Deputados votaram “sim”, pela aprovação dos requerimentos: Deputado Celso Pansera, Deputado Edio Lopes, Deputado Kaio Maniçoba, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Altineu Côrtes, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Carlos Marun, Deputado Efraim Filho, Deputado Silas Câmara, Deputado Antonio Imbassahy, Deputado Bruno Covas, Deputada Eliziane Gama, Deputado Izalci, Deputado Júlio Delgado, Deputado Félix Mendonça Júnior, Deputado Ivan Valente e Deputado Delegado Waldir. Todos, de forma unânime e com maioria absoluta, aprovaram esses requerimentos. Outros, seja por distração, seja por ausência, seja por omissão ou seja por constrangimento, não quiseram registrar o seu voto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Ou por condução da Mesa. Eu estava falando na hora, e encerraram a votação durante a minha fala.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E agora, provavelmente porque devem ter tomado um pito no fim de semana, querem fazer o registro de voto de forma extemporânea.

Esse era o meu registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu só quero registrar que, nesse momento, eu estava falando, e a votação foi encerrada durante o meu tempo de fala. E eu fiz questão de registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixe-me só dizer algo aqui sobre esse pedido de registro de voto dos Deputados do PT. Os Deputados Afonso Florence, Leo de Brito e Valmir Prascidelli votaram contra todos os requerimentos, inclusive os Requerimentos 494, de 2015; 495, de 2015, e 772, de 2015. Os três requerimentos são de autoria do próprio Deputado Valmir Prascidelli, e ele votou contra o próprio requerimento que pediu.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Mas foi porque eles estavam em bloco, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É que foi tudo atrapalhado, tudo atropelado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, o que eu estou dizendo sobre os requerimentos que foram pautados na última quinta-feira e foram votados é que em todos eles constam os votos contrários dos senhores e agora a inclusão do Deputado Luiz Sérgio, que a pediu no início da discussão da ata. Tudo isso está garantido. Está garantido.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 2 minutos para discutir.

Falarão ainda o Deputado Luiz Sérgio e o Deputado Celso Pansera, para que possamos iniciar as oitivas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - São só esses dois Deputados que faltam para discutir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu tinha conversado com V.Exa. e dito que eu não iria me inscrever para discutir. Mas a discussão está demorando tanto que quero saber se podemos encerrar a discussão da ata, para entrarmos no tema. Eu gostaria de saber se faltam só os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só os dois.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria trazer os meus cumprimentos a V.Exa, já que, por várias vezes nesta CPI, fiz a crítica, na minha inquietação, pela morosidade que vivemos durante um período aqui nesta Comissão.

Eu acho que a CPI mostrou um resultado diferenciado na última reunião. Nós tivemos a aprovação de requerimentos importantíssimos, fundamentais, dentro do escopo da CPI, dentre eles a convocação do Sr. Paulo Okamoto, o que, aliás, nós já deveríamos ter aprovado com muito mais antecedência.

Nós, na justificativa ao requerimento de nossa autoria, apresentamos inclusive o que aconteceu: o Sr. João Santana, do grupo UTC, marcou uma reunião com o ex-Presidente Lula e foi recebido pelo Okamoto. E nos registros de 2014, há doações da ordem de 21 milhões de reais para o PT, sem falar da investigação em curso da Operação Lava-Jato, de que já temos aí registros da ordem de 3 milhões de reais doados ou enviados ao Instituto através da Camargo Corrêa, que é uma das empresas investigadas na Operação Lava-Jato. Ou seja, nós estamos totalmente dentro do escopo da CPI.

Portanto, os meus cumprimentos a V.Exa. pela condução e pela pauta apresentada na última reunião.

Ao mesmo tempo também, é bom colocar um dado. Quando se fala, por exemplo, que tivemos 13 minutos para fazer uma votação de 140 requerimentos, nós tivemos, na verdade, um tempo menor para fechar a votação. Nós levamos aqui, acho, quase 2 horas discutindo os requerimentos e vários outros que foram colocados sobre a mesa. Ao final, só não conseguimos fechar porque a Liderança do PT, através do nobre colega, Deputado Afonso Florence, estava no uso da palavra pela Liderança. Senão, nós teríamos fechado naquele momento a votação. Depois o Deputado Antonio Imbassahy, com muita maestria, retomou os trabalhos durante a suspensão dos trabalhos no Plenário.

Portanto, nós fizemos tudo regimentalmente. Eu acho que, se há uma revolta, é a demonstração clara do desespero pelo que esta CPI poderá resultar com os trabalhos de investigação, Sr. Presidente.

Mas também quero finalizar pedindo a V.Exa. que venha a dar esse mesmo tratamento para os próximos requerimentos, inclusive extrapauta, que poderíamos



ter votado. E na verdade, V.Exa. recomendou, antes de sair do plenário, que poderíamos votá-los, mas eles não foram votados, Sr. Presidente.

Eu queria pedir a V.Exa., que tem conduzido os trabalhos com o pulso forte de Presidente deste colegiado, que pudesse, na verdade, colocar em votação os requerimentos extrapauta na próxima reunião ordinária. Aí, sim, Sr. Presidente, estaremos, de forma equitativa e isonômica, aprovando os próximos requerimentos e dando a condução necessária para os trabalhos da CPI.

Portanto, parabéns a V.Exa. pela grande pauta que aprovamos na última reunião!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero agradecer a V.Exa.

Quero deixar algo claro aqui também. O Deputado Izalci falou sobre uma possível interferência do Presidente Michel Temer nesta CPI. Eu quero aqui dizer que o Presidente Michel Temer nunca falou com este Presidente aqui sobre o funcionamento da CPI. Tenho que fazer este esclarecimento, porque muito se falou na imprensa esse final de semana.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não foi isso o que eu disse, Sr. Presidente. Eu disse que o Presidente Lula chamou a atenção do Vice-Presidente Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Aí eu já não posso responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o que está na mídia. Todo mundo sabe disso. Foi isso que falei a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agora, o que eu posso garantir é que o Presidente Michel Temer, como Presidente do meu partido, Vice-Presidente da República e responsável pela articulação do Governo, nunca tentou interferir nos trabalhos desta CPI, nunca me telefonou para saber de absolutamente nada sobre os nossos trabalhos. Ele nunca fez comigo nenhuma conversa sobre o trabalho da CPI. Eu tenho que fazer aqui este registro público.

Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, o debate aqui não é sobre o que está ou não presente na ata, embora isso também seja importante. O debate é sobre o que é objeto ou não é objeto para ser investigado. Esse é que é o debate.

Pelos critérios estabelecidos, grande parte dos 140 requerimentos aprovados tiveram como base o que saiu na imprensa. Muitos deles usam inclusive o



argumento do que saiu na imprensa para justificar a apresentação dos requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A imprensa tem feito um bom trabalho, Deputado Luiz Sérgio. É bom lembrar isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, um bom trabalho. E é exatamente isso que quero pontuar. Quando o Deputado Jorge Solla fala sobre o Bianchi, é verdade que ele foi investigado na Operação Castelo de Areia. Mas é só ler a *Folha de S.Paulo* de 11 de junho de 2015, onde está claro que o Bianchi também está sendo investigado na Operação Lava-Jato.

Então, nós temos uma pessoa que está sendo investigada na Operação Lava-Jato. E quando um Parlamentar apresenta um requerimento, se diz que ele não é objeto. Então, nesse aspecto, eu quero concordar com o Deputado Jorge Solla.

A nobre Deputada Eliziane Gama, que me antecedeu, disse que a imprensa faz um bom trabalho. Ela faz. Mas a própria imprensa também relata que, nesse mesmo período, o Instituto Fernando Henrique também recebeu recursos da Camargo Corrêa, uma empresa investigada.

Então, por esse mesmo juízo de valor, V.Exa. também defende que o Presidente do Instituto Fernando Henrique venha aqui explicar por que recebeu recurso da Camargo Corrêa no período em que está ocorrendo a Operação Lava-Jato? Então, não pode haver juízo de valor diferenciado para questões iguais.

No que se refere ao Deputado Jorge Solla, é verdade que o Bianchi esteve envolvido numa operação que já terminou, a Operação Castelo de Areia. Mas ele é objeto da investigação da Lava-Jato. E nesse caso, procede a reclamação do Deputado de que esse requerimento não pode ser indeferido por não ser objeto, porque, na minha interpretação, é objeto da CPI.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de esclarecimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, como eu fui citada, eu quero dizer ao Deputado Luiz Sérgio que sou incondicionalmente favorável a toda investigação de qualquer partido que seja, do PSDB, do PMDB, de qualquer um dos



partidos que, na verdade, eventualmente estiverem aqui para ser investigados. A CPI não pode deixar de investigar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para esclarecer, está na capa da *Folha de S.Paulo* do dia 12 de junho: “Lula queixa-se a Temer de chamado de Okamoto por CPI e dá bronca no PT”. É manchete do jornal. O que eu falei foi exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu falei na quinta-feira, na fala pela Liderança, que não tinha como se fazer uma CPI ruidosa como esta sem quebrar louça. Não tem jeito. Até o final dela, nós teremos momentos de tensão. E como aqui é o Parlamento, nós vamos falando, vamos tocando, e vamos fazendo acontecer.

Se eu fosse Presidente da CPI — e eu não sou —, talvez não tivesse feito uma pauta, talvez tivesse mudado aqui e ali alguns requerimentos, talvez não tivesse até incluído o requerimento sobre o Paulo Okamoto. Mas o Presidente votado é o Sr. Hugo Motta. E ele tem a prerrogativa de fazer a pauta. S.Exa. apresentou-nos a pauta antes da reunião e comunicou, no dia anterior, que haveria uma mudança.

Nós tínhamos a premência de aprovar um conjunto de requerimentos e uma pauta extensa, Nessa semana, não seria possível fazer isso, porque era uma pauta já bem puxada de tarefas da CPI.

Então, nós do PMDB conversamos rapidamente, antes da reunião e aqui, na hora da votação. E votamos pela aprovação dos requerimentos, porque nós não tiramos o particular pelo todo. Nós somos o todo naquilo que daria um novo embalo à CPI e daria a ela uma pauta de trabalho. Por isso, julgamos importante a aprovação daquele conjunto de requerimentos, para que a CPI continuasse a trabalhar e desse novos saltos na investigação e no suporte ao que vem sendo feito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Nesse sentido, foi uma reunião bastante tumultuada, mas necessária. E houve aquele intervalo que não estava programado na Ordem do Dia, que chegou para nós aqui. E pudemos, então, fazer a votação do conjunto de requerimentos.



Então, é importante resgatar a oportunidade de termos votado aquele conjunto de requerimentos; a pauta do Presidente, que é uma prerrogativa do Presidente; e a necessidade que esta CPI tem para trabalhar.

Tenho dito que, com os 140 requerimentos que nós aprovamos, temos muito trabalho, temos trabalho até o início do recesso. É grande a agenda a cumprir. E quero parabenizá-lo por termos aprovado aquela pauta necessária.

E quero reafirmar que nós, do PMDB, nunca tivemos, da parte do Vice-Presidente Michel Temer ou do Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, nenhum pedido de inclusão ou exclusão de requerimento. Nós temos trabalhado com total autonomia naquilo que nós julgamos que tem de ser feito por esta CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Está encerrada a discussão.

Como há vários pedidos para inclusão na ata de diversos trechos, nós não pudemos aprová-la na manhã de hoje. Receberemos os pedidos e na próxima reunião submeteremos a nova ata a votos.

Está encerrada a discussão.

Expediente.

Cópia do Habeas Corpus nº 128.536, impetrado em favor de João Carlos de Medeiros Ferraz, relatado pelo Ministro do STF Dias Toffoli, recebido pela Secretaria da CPI no dia 1º de junho de 2015. O pedido foi deferido para conceder liminarmente a ordem para assegurar ao depoente o direito constitucional ao silêncio, incluído o privilégio contra a autoincriminação e excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas; bem como o direito de ser assistido por seus advogados e de se comunicar com eles durante sua inquirição, garantindo-lhe todas as prerrogativas previstas na Lei nº 8.906, de 1994.

Ainda em relação a esse depoente, ficou definido no citado *habeas corpus* que ele deverá comparecer perante a CPI para ser ouvido na condição de testemunha, devendo assinar termo de compromisso e dizer a verdade, entretanto, ressalvando o privilégio contra a autoincriminação e seu direito constitucional ao silêncio.



Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para a tomada de depoimento do Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil Participações S.A., convocado em razão da aprovação dos Requerimentos nº 377 e nº 530, de 215, de autoria do Deputado Altineu Côrtes, e do Requerimento nº 637, de autoria do Deputado André Moura, e também do Sr. Newton Carneiro da Cunha, ex-Presidente do Conselho Administrativo da Sete Brasil Participações S.A., convocado em razão da aprovação do Requerimento nº 576, de 2015, de autoria do Deputado Paulo Magalhães.

Convido o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz a tomar assento à mesa.

Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu tinha pedido a V.Exa. a palavra porque estava em discussão a ata. Como aquela reunião foi muito confusa, eu também concordei em deixar para depois a sua aprovação para podermos entrar num tema importante desta CPI.

Sr. Presidente, eu, como muitos aqui, tenho compromisso, Deputado Celso Pansera, com a verdade. Aqui nós temos que dizer a verdade.

É verdade que só a leitura dos requerimentos do Deputado Félix Mendonça, Vice-Presidente desta Comissão, demorou mais do que a leitura quando da aprovação na quinta-feira última.

É verdade também, Sr. Presidente, que nós tivemos a suspensão da reunião proposta por um Deputado do PT. Eu disse isso a V.Exa. Eu estava no plenário, saí para marcar presença, quando cheguei lá, a suspensão foi solicitada pelo Deputado do PT. Por isso ela foi suspensa. Depois a reunião voltou. E aí acho que, pela pureza e pela elegância do Vice-Presidente Antonio Imbassahy, ele disse que havia realmente uma sincronia talvez por essa reunião de hoje para a discussão dessa ata aqui porque nós cobramos.

Mas nós temos de fazer uma apuração completa. O Delegado Waldir, que é tão apurado aqui e tem essa preocupação, sabe disto, porque foi delegado: não se encerra um inquérito policial quando se descobre o autor ou o local do crime; continua-se com a apuração. Não dá para se fazer uma apuração seletiva. E o que



está parecendo aqui — e não pode parecer, o Presidente agora rechaçou — é que está havendo essa apuração seletiva.

O que nós estamos vendo na CPI é o seguinte: quando o Deputado meu amigo Izalci disse: *“Ah, porque o Presidente Lula chamou a atenção”*. Esqueçam. Vamos falar a verdade? Porque aqui na CPI tem base. Não tem base. Aqui na CPI tem todos contra o PT. E eu não estou aqui para defender o PT. Tem gente que quer pegar só o PT, e nós temos de pegar todos.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe disso, porque já lhe comuniquei: seria importante V.Exa. marcar uma reunião administrativa para complementarmos a votação do restante dos requerimentos, porque não podemos passar... No dia daquela primeira sessão, quando compareceu aqui o Presidente, eu disse naquele momento ao Presidente que eu achava que ele não estava envolvido nisso. Aquela sessão rapapé e meio “baba ovo” que houve naquele dia não foi a sessão que nós queríamos que acontecesse. Eu disse: *“Acho que V.Exa. não tem envolvimento nisso.”* Hoje, com essa seletividade toda, eu começo a achar o contrário, a não ser que a gente possa fazer essa apuração e chamar o Sr. Júlio Camargo, que foi citado em vários depoimentos de várias questões; chamar o Sr. Careca, que era o entregador de mala junto.

E não precisam ficar preocupados os companheiros e amigos, porque o PSDB, o Democratas e o PPS, que são da Oposição, têm que fazer o seu papel mesmo. O resto não existe aqui. E não vamos falar de base, pois todos os partidos da base estão juntos com os partidos de oposição na busca implacável de pegar somente... Eu quero pegar todos. E eu quero dizer para o PSDB ficar tranquilo, porque tem envolvimento de Parlamentares do meu partido. Eu falo antes do meu partido para dizer que tem citação de Parlamentares do partido de vocês.

Vamos apurar! Se tiver, eu estou aqui para defender. E eu tenho certeza — o Deputado Imbassahy me conhece — da inocência do Deputado do PSDB citado, como tenho também da inocência do Deputado do PSB. Mas os nomes têm vir aqui dizer para tal, senão vai pairar sobre nós a suspeição de estarmos fazendo uma apuração seletiva.

Eu quero fazer uma apuração para todos, para pegar todos os que são responsáveis. O Deputado Hugo Motta é testemunha, o Deputado Antonio



Imbassahy é testemunha de que eu falei isto na frente do Sr. Alberto Youssef: “O senhor não pode acusar Parlamentares de ter envolvimento com aqueles que não têm; que entraram meramente em uma lista daqueles para os quais o senhor entregou dinheiro pessoalmente”. E ele concordou com isso. O Deputado Hugo Motta sabe disso.

Nós temos responsabilidade nesta CPI. E o tempo urge, Deputado Hugo Motta, pois V.Exa. mesmo disse que faltam 90 dias. Agora vem o Deputado Celso Pansera e diz: “Não, mas nós vamos ter que concluir as oitivas, porque já estamos entrando no recesso”.

Se não aprovamos em reunião administrativa alguns nomes que acho que podem ser submetidos... E acho que acordo é acordo, como já havíamos feito. Algumas convocações são cruciais, para não pairar nenhum tipo de suspeita de seletividade nessas apurações.

Era só o que eu queria dizer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, pela ordem. Só contrapondo o que disse o Deputado Júlio Delgado: eu não falo aqui em nome dos outros partidos, mas em nome do PRB e Bloco, posso dizer que não temos aqui o objetivo de focar as investigações unicamente no PT. Meus requerimentos provam isso.

Então, se o Deputado Júlio Delgado acha que algum partido ou Parlamentar tem esse intuito, que ele não cite, pelo menos, o PRB e Bloco, porque essa não é nossa intenção, e o nosso trabalho demonstra isso nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu fui citado. Peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu queria dizer ao Júlio Delgado, querido Deputado, que eu também não estou aqui caçando o PT. Estou aqui para fazer uma CPI.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Primeiro, eu não citei V.Exa. ofensivamente, Deputado Pansera. Respeito a V.Exa., mas eu não citei V.Exa. ofensivamente.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Estou no meu primeiro mandato, estou há 4 meses como Deputado Federal trabalhando nesta CPI aprendendo muito e trabalhando numa estratégia que tenho deixado clara aqui o tempo todo: acho que a CPI deve apontar um conjunto de caminhos do ponto de vista de mudar a legislação para evitar que se repita o aconteceu na PETROBRAS, que foi um absurdo e, não tenho dúvida, uma ladroeira gigantesca. Espero que isso mude. Tanto é que nos meus requerimentos estou convocando aqui o pessoal da FUP, dos fundos de pensão, porque eu acho que temos que conversar também com esse pessoal. Eu estive com alguns deles na semana passada batendo papo pessoalmente sobre o quanto a política da Sete Brasil tem prejudicado a Petros e outros fundos de pensão. Nós temos que conversar sobre isso, porque isso tem a ver com a previdência desse conjunto de servidores que merecem ser defendidos.

Então, o nosso trabalho aqui é para que a CPI conclua um relatório consistente no sentido de apresentar soluções, porque é nosso trabalho, para mudar a legislação naquilo que for fundamental, para que não ocorra de novo o que aconteceu na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos seguir para a nossa oitava.

Registro, Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Exa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Registro ainda que, nos termos da decisão proferida no pedido de liminar no Habeas Corpus nº 128.536, o Exmo. Ministro do STF Dias Toffoli reconheceu o



direito de V.Sa. de não se autoincriminar, prerrogativa que lhe será rigorosamente garantida por esta CPI.

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz.

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Agradeço a V.Exa., mas, por orientação dos meus advogados, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele acabou de sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele me solicitou a palavra para fazer os questionamentos logo no início.

Então eu vou darei a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só para colaborar para os trabalhos, a pergunta é: o depoente de hoje vai ficar à disposição dos Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vai ficar à disposição, porque ele está sendo ouvido na qualidade de testemunha, como nós temos feito desde os últimos depoimentos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como ele vai ficar na condição de testemunha, ele pode, em algum momento, resolver responder, e terá a obrigação de dizer a verdade naquilo que ele souber e puder contribuir.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, para colaborar com os trabalhos, eu só quero anunciar que nós já apresentamos requerimento de acareação do depoente de hoje com Pedro Barusco e o Sr. Sergio Gabrielli. Seguramente, após o depoimento de hoje, vai ficar patente a necessidade dessa



acareação, porque as acusações de Pedro Barusco em relação ao Sr. João Carlos Medeiros Ferraz são gravíssimas e poderão levá-lo a uma condenação de mais de 30 anos de cadeia.

Então, talvez a estratégia do silêncio não seja boa para ele, e talvez aqui ele tenha a chance de poder começar a fazer a sua defesa efetiva para evitar 30 anos de pena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio, V.Exa., como Relator, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A audiência é da Sub-Relatoria. Eu sempre tenho dado a preferência ao Sub-Relator, mas, como não está presente o Sr. Deputado André Moura, eu vou então iniciar, quebrando o procedimento que tenho adotado quando as audiências são de solicitação dos Sub-Relatores.

Qual é a sua formação acadêmica e profissional?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Eu sou engenheiro mecânico, formado em 1979 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual é a relação de V.Sa. com a indústria naval, petroquímica ou as similares? Desde quando atua no setor?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Desde 1980 eu atuo no setor, em diversas atividades.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando V.Sa. ingressou na PETROBRAS e quais funções desempenhou?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Agradeço a pergunta de V.Exa., mas, por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação a essa pergunta?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas é uma pergunta simples.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está falando muito baixo, Relator. O Plenário não está ouvindo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Precisa melhorar o som do microfone do Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Hoje tem tido uma reclamação aqui de todos em relação ao som.



A pergunta foi: quando V.Sa. ingressou na PETROBRAS e quais funções desempenhou? Em relação a essa pergunta V.Sa. vai se manter calado?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nos cargos que V.Sa. já ocupou na PETROBRAS, quem eram os seus respectivos superiores em cada período?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quais as atribuições dos cargos que ocupou na PETROBRAS?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Da mesma forma, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, por favor, é deboche! Quando ele ingressou na PETROBRAS? Ele é funcionário da PETROBRAS. É só fazer um ofício à PETROBRAS que vai saber. Ele se negar a responder a isso é deboche! Quer brincar com esta Comissão, Sr. Presidente! Esse tipo de coisa não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O grande problema, Deputado José Carlos Araújo, Deputado experiente aqui na Casa, V.Exa. sabe, é que ele vem amparado por um *habeas corpus*. Eu concordo com o que V.Exa. está dizendo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ele pode não responder ao que possa incriminá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Incriminá-lo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas responder o óbvio, que ele foi funcionário da PETROBRAS, quando ele entrou na PETROBRAS, é o mínimo que ele poderia responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu entendo da mesma forma que V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Essas perguntas, não tendo sido respondidas, V.Exa. tem a obrigação de fazê-las à própria PETROBRAS e receber a resposta. Isso é um acinte!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É uma falta de respeito aos nossos trabalhos.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é! É bom que o senhor diga isso alto e bom som, para que ele entenda.

As perguntas cujas respostas o incriminem, acho que ele está coberto pelo *habeas corpus*, a lei permite, eu acho que está tudo bem. Agora, esse tipo de coisa o advogado proibir que ele fale?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Perguntas simples, simplórias, que não custaria nada serem respondidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Que não o incriminam em nada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Relator, V.Exa. tem que protestar também contra esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Inclusive, a participação...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu compreendo a sua situação, mas não é possível esse tipo de coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Inclusive porque a pergunta é óbvia e simples: quando ingressou? Se o depoente está optando por manter o silêncio, eu pergunto se V.Sa. vai responder a alguma pergunta ou se manterá em silêncio na totalidade das perguntas que lhe serão feitas pelos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A não ser que ele seja funcionário fantasma, não apareça na PETROBRAS e agora está com medo de falar. Pode ser que seja isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. vai optar pelo silêncio em todas as perguntas ou responderá a algumas, dependendo das perguntas que lhe forem feitas?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Excelência, eu fui orientado pelos meus advogados a permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. permanecerá em silêncio?

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Então não tem mais razão de ser, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Vamos dispensá-lo, então, Presidente.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Acho que tem que dispensar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, Presidente, dispensar, não! Nós temos informações importantes. Por favor, solicito que prossiga.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos manter, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, a prerrogativa de dispensar ou não é do Presidente. Para deixar registrado.

Olhe, deixa-me frustrado essa sua postura, tendo em vista as perguntas que eu tinha elaborado. Mas, levando em consideração que o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, baseado em uma liminar do Supremo Tribunal Federal, está optando pelo direito constitucional de se manter em silêncio, Sr. Presidente, eu vou abdicar das perguntas que faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Sr. Relator, que mantém o comportamento, a linha que tem adotado desde o início dos trabalhos da CPI.

Quero dizer que o tratamento que está sendo dado ao Sr. João Carlos Ferraz é o tratamento de testemunha, como nós demos já a pessoas que estiveram aqui na mesma condição. Os investigados que optaram por exercer o direito de ficar calados nós dispensamos, porque eles não tinham a obrigação de dizer a verdade, muito menos de assinar termo ou fazer juramento, o que não é o caso do Sr. João Ferraz, que fez aqui o juramento de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, podendo ficar calado.

Então, como nós temos a possibilidade de ouvi-lo falar, temos que dar aos Deputados o direito de fazer seus questionamentos.

Deputado André Moura, como Sub-Relator da área, autor do requerimento, nós iremos abrir para V.Exa. uma exceção para que V.Exa. tenha o tempo que lhe convier para esgotar todos os seus questionamentos, por ser também autor desse requerimento e se tratar de uma reunião que está ligada à Sub-Relatoria que V.Exa. tem a honra de relatar nesta CPI.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço a V.Exa., Deputado Hugo Motta, e agradeço ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.



E já iniciando, como Sub-Relator, para a investigação das irregularidades na operação da companhia Sete Brasil, quero dizer o seguinte: mesmo com alguns depoimentos por parte de convocados nesta CPI, ainda pairam certas dúvidas relacionadas à complexidade de toda a manobra contratual tramada para dificultar investigações e o próprio entendimento da obscura concepção da Sete Brasil. Partindo do processo licitatório idealizado por V.Sa., envolvendo as SPEs, como também prósperas empreiteiras, ambas associadas a empresas Drilling, subcontratadas para construir navios-sonda e plataformas para operação do pré-sal, deixo claro que a má-fé impera e dilapida o patrimônio do País, ao passo em que, ao abrir brechas para ações delituosas no âmbito de um projeto promissor, frustrou a população brasileira, que aguarda ansiosamente o desfecho justo, penalizando severamente criminosos da estirpe de V.Sa.

Início, portanto, as minhas perguntas, os meus questionamentos: de quem partiu a indicação de seu nome para presidir a Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Essa é a conduta de todos os criminosos que dilapidaram o patrimônio público como V.Sa., que vem aqui, por orientação de seus advogados, para ficar calado porque sabe que é culpado. Se não tivesse o que temer, V.Sa. viria aqui para falar e não para ficar calado de forma desrespeitosa aos membros desta CPI, de forma desrespeitosa ao povo brasileiro, que quer e aguarda de nós a posição de passar o Brasil a limpo, o que nós vamos fazer. E passar o Brasil a limpo é apenas severamente criminosos da sua estirpe. Mas, de qualquer maneira, eu vou continuar aqui com os meus questionamentos, para ter a certeza de que V.Sa. é criminoso, é culpado e que o lugar de V.Sa. não é aqui nem no seio da sociedade. O lugar de V.Sa. é outro, é aquele para onde vão os marginais que merecem ser apenados pelo que fazem.

Que ligação de caráter pessoal ou profissional o senhor tinha com os Srs. Renato Duque e Pedro Barusco?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. também participou do recebimento de propinas nas negociações das sondas encomendadas pela PETROBRAS?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quanto V.Sa. recebeu — e V.Sa. recebeu — de propinas nas negociações das sondas encomendadas pela PETROBRAS?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Essa quantia de propina da corrupção de que V.Sa. fez parte, como corrupto que é, era somente sua ou era dividida com mais alguém?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Havia alguma parcela a ser destinada a partidos políticos?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais eram esses partidos políticos? Quais os valores? E quem eram os operadores desses partidos políticos que faziam parte do seu esquema de corrupção?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Da mesma forma, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. confirma a informação prestada na delação premiada do Sr. Pedro Barusco de que foram pagos, a título de propina, pelo Estaleiro Rio Grande, 60 milhões de reais para serem divididos entre João Vaccari, tesoureiro do PT, que ficava com dois terços, e o terço restante para ser dividido entre o Diretor da PETROBRAS Renato Duque, casa 1, e Pedro Barusco, Eduardo Musa e V.Sa. pela Sete Brasil, com duas casas, casa 2?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Na delação premiada que o Sr. Pedro Barusco fez, ele acusa V.Sa. V.Sa. confirma que, na contabilidade de propina feita por Pedro Barusco, quando ele cita Mars ele se referia ao senhor?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. confirma ter recebido, em julho de 2013, 1 milhão 35 mil 996 dólares como propina pelas encomendas de sondas feitas pela Sete Brasil, propina essa que está na delação do Sr. Pedro Barusco, que, segundo ele, V.Sa. recebeu?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quando e quais cargos V.Sa. exerceu antes de ser indicado ao cargo de Presidente da Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual era a sua remuneração anual na Sete Brasil? V.Sa. tem aplicações no exterior?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o valor do seu patrimônio? Tem bens em nome de terceiros? Qual o valor?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que estaleiros foram contratados pela Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o volume de recursos investidos na Sete Brasil pelo BNDES?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o volume de recursos e quais fundos de pensão investiram na Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o volume de recursos, quais fundos de pensão investiram na Sete Brasil e quais as cotas de cada um deles na Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quantas sondas foram projetadas? Quantas e quais empresas foram contratadas para a sua construção e quem eram os seus representantes?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o volume estimado de despesas com obras para a construção das sondas?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Qual o valor estimado para a operação das sondas após sua construção?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Da mesma forma, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O delator Pedro Barusco afirmou que V.Sa. é o mentor, é o comandante de toda manobra contratual que envolve a Sete Brasil, que está, exatamente, através dessas manobras contratuais, envolvida nesse escândalo de corrupção — palavras do delator Pedro Barusco. O senhor afirma que sim, são corretas as afirmações dele?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Sr. Júlio Faerman?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que assuntos V.Sa. tratou com o Sr. Júlio?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece a empresa SBM Offshore?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Houve má-fé em fomentar a criação da Sete Brasil com financiamento de capital coletivo, formado por fundo de pensões e fundos de investimentos administrados por instituições?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Por que os agentes financeiros deixaram de aportar recursos na Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que valor a Luce investiu na Sete Brasil? Quem a representava? Com quem V.Sa. tratava na Luce?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Que valor a EIG investiu na Sete Brasil? Com quem V.Sa. tratava na EIG?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Alguma instituição financeira envolvida na concepção da Sete Brasil declarou prejuízo na vigência de sua gestão?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Por qual motivo as empresas Drilling Copacabana, Leme, Arpoador e várias outras são domiciliadas na Holanda e na Áustria?



O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Sr. Jonathan Taylor? Já tratou de assuntos diretamente com esse senhor?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. sabe nos informar se o banco BTG Pactual teve algum tipo de prejuízo ao se envolver com a Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Onde estão os documentos, arquivos e contratos da Sete Brasil? Quem são os responsáveis pela guarda desses documentos?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. tem conhecimento de ativos que a PETROBRAS possuiu ou possui na África? Quais? Descreva-os.

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais ativos da PETROBRAS foram vendidos na África? Quem os comprou? Por qual valor? Qual era o valor de sua avaliação e quem os avaliou?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. disponibilizaria a sua agenda a esta CPI?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. abriria mão dos seus sigilos bancário e telefônico e entregaria os extratos a esta CPI?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Pedro Barusco informa que o valor de propinas na Sete Brasil é da ordem de 10 milhões de reais. O que V.Sa. acha desse valor?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. sabe dizer quem são e qual o envolvimento e a participação no esquema de corrupção na PETROBRAS dos Srs. José Carlos Bumlai e Fábio Pavan?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. pagou, direta ou indiretamente, por alguma consultoria supostamente executada pelo Sr. José Dirceu na vigência de sua gestão na Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. fez doações pessoais à candidata Dilma Rousseff? Qual o valor? Por que fez essas doações?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece os Srs. Vaccari, Youssef, Ricardo Pessoa, José Dirceu? De que assunto tratava com cada um deles?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Com quem V.Sa. tratava na PETROBRAS? Na FUNCEF? Na PREVI? Na Valia? No BTG Pactual? No Santander? No Bradesco?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. teria algum problema em participar de acareação com o Sr. Paulo Roberto Costa? Com o Ricardo Pessoa? Com o Augusto Mendonça? Com o Gerson Almada? Com o Youssef?



O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E com o Sr. Pedro Barusco?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, entendo que é necessária a acareação, o mais rápido possível, do Sr. João Carlos Ferraz com todos esses que eu citei aqui. Acho que deveremos apresentar o requerimento.

Quero já pedir aqui a todas as Sras. e Srs. Deputados o apoio para que nós possamos aprovar o requerimento de acareação do Sr. João Carlos Ferraz com todos esses envolvidos, por entender a gravidade dos crimes cometidos pelo Sr. João Carlos Ferraz, que vem aqui, volto a repetir, de forma desrespeitosa, utilizar-se da orientação dos seus advogados para ficar em silêncio.

Há alguma pessoa de sua família envolvida direta ou indiretamente, de alguma forma, com o esquema de corrupção que sangra os cofres públicos no Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. se considera parceiro do Sr. Musa, conhecido como Muzamba, conforme delatou Pedro Barusco no Ministério Público? Teme eventual acareação com esse senhor?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mais um requerimento que vamos apresentar.

V.Sa. tem medo de alguma retaliação que possa sofrer?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu fiz aqui mais de 50 questionamentos ao Sr. João Carlos Ferraz, ex-Presidente da Sete Brasil Participações, Presidente quando da concepção da empresa. Eu já disse aqui, em outras oitivas, que a Sete Brasil foi claramente criada com a finalidade de burlar a



lei, de participar desse esquema criminoso de corrupção, esquema esse que foi todo arquitetado quando da concepção da Sete Brasil, principalmente na gestão do Sr. João Carlos Ferraz, que, tenho certeza, não ficará impune, porque a PETROBRAS não merece que corruptos dessa estirpe fiquem impunes; merecem ir para onde devem ir os corruptos do Brasil.

Eu tenho certeza de que a Justiça brasileira vai fazer a sua parte, que mais cedo ou mais tarde nós vamos ver corruptos dessa estirpe — volto a repetir — pagando o preço caro da corrupção, da qual ele foi um dos atores principais.

Eu tenho certeza de que, quando a Sete Brasil foi concebida, ela tinha a finalidade, como eu já disse, de burlar a legislação e a finalidade clara de ser responsável pela construção dos navios-sonda, num esquema perverso e corrupto naquilo que sempre foi um dos grandes orgulhos do povo brasileiro, que foi a PETROBRAS.

Mas o Sr. João Carlos Ferraz vem aqui e utiliza o direito de ficar em silêncio. Nós vamos, obviamente, apresentar também os requerimentos para que ele possa — eu espero que sejam aprovados, tenho certeza de que o serão — participar de acareações com todos esses envolvidos, seus parceiros na corrupção, na roubalheira do País, seus parceiros que devem ter o mesmo destino que o seu.

Mas é bom que V.Sa. já vá treinando esse seu direito de ficar em silêncio aqui, porque eu tenho certeza de que, no fim de toda essa apuração, onde V.Sa. vai parar V.Sa. não vai ter com quem conversar. Lá V.Sa. vai ter que realmente ficar em silêncio ou, no máximo, conversar com as paredes. Mas o silêncio vai ser muito praticado por V.Sa.

Eu espero que V.Sa. possa ficar lá por muitos e muitos anos, pagando — e na maioria do tempo em silêncio — pelo crime que V.Sa. cometeu junto com seus parceiros, de corrupção na PETROBRAS, através da Sete Brasil, empresa que V.Sa. presidiu, ajudou a conceber para burlar a lei, para corromper, para roubar.

Eu espero que V.Sa. possa — tenho certeza de que isso vai acontecer — pagar pelos crimes que cometeu contra o povo e contra o País.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado André Moura.



Deputado, o impressionante é que, se a gente for olhar o fruto do crime, ele continua aí, os contratos continuam em andamento. Então, eu vou fazer um requerimento para que esses contratos sejam cancelados.

E não há que se falar em desemprego, porque o desemprego, com uma nova licitação, vai ser suprido. Agora, não pode é o fruto... É como uma quadrilha que roubou um banco e foi presa, mas o dinheiro ficou com a quadrilha.

Então, as obras estão aí, os estaleiros estão aí, os contratos estão se firmando, estão andando, e há até quem defenda a continuidade desses contratos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. terá, Deputado Félix Mendonça, nosso 2º Vice-Presidente da CPI, pelo menos o total apoio deste Parlamentar que aqui está. O Deputado Onyx Lorenzoni também já está se colocando à disposição para que a gente possa dar um freio e paralisar a execução desses contratos, que sangram os cofres públicos, dinheiro do povo brasileiro, através da Sete Brasil junto à PETROBRAS.

Que por essa sangria, que continua acontecendo, sejam penalizados os que a continuam comandando e os que a iniciaram, que foram os seus grandes mentores, que participaram da corrupção e que a arquitetaram, como o Sr. João Carlos Ferraz, que, tenho certeza, foi um dos grandes mentores. E que a população brasileira possa acompanhar de perto o destino final de pessoas como ele.

Tenho certeza de que também poderei contar com o apoio de V.Exa. ao nosso requerimento de acareação entre ele e todos os demais envolvidos, para que possam aqui passar por essa acareação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - É claro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Tenho certeza de que poderemos fazer justiça com tudo aquilo que estamos acompanhando. E tenho certeza de que o povo brasileiro aguarda, com muita ansiedade, que corruptos como esse paguem caro pelo que estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Félix Mendonça Júnior) - Obrigado, Deputado André Moura.

Com a palavra o também requerente Deputado Altineu Côrtes.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu não vou fazer perguntas ao senhor porque o senhor não vai responder a elas, mas eu acho que, nesse esquema da Lava-Jato, o senhor é uma das grandes celebridades.

O senhor não fez uma licitação fraudada, não. O senhor montou um esquema para roubar o País. O senhor tem 32 anos de PETROBRAS e pensou: *“Como é que eu vou resolver aqueles assuntos das sondas? Vamos montar um esquema, vamos montar uma estrutura.”* E o senhor foi o cabeça para montar essa estrutura. Segundo o Juiz Sérgio Moro, a Sete Brasil foi pensada no interior da PETROBRAS, mas o senhor é que comandou, o senhor é o comandante. Então, não era uma licitação para construir aquele navio-sonda, não. Não é isso, não. *“Vamos montar uma estrutura.”*

E o senhor, que ainda é jovem, uma oportunidade aqui de dizer quem o ajudou nisso. Eu acredito que o senhor é muito inteligente. Para montar uma estrutura daquela, mesmo que seja para o mal, o cara tem que ter cabeça.

Mas o senhor deveria aproveitar a oportunidade para dizer quem montou essa estrutura política para o senhor, porque, meu amigo, eu vou lhe dizer uma coisa: para o cara colocar num esquema como esse a PETROS, a PREVI, a FUNCEF, a VALIA, o Banco Santander, o Bradesco, o BTG Pactual, eu vou contar, o senhor está de parabéns. Pena que deu errado. Pena para o senhor que deu errado.

Eu sei que os desvios foram muitos. E a minha convicção pessoal é de que a Operação Lava-Jato ainda não pegou, e eu acho que nós podemos pegar aqui, porque as operações que o senhor fez no mundo inteiro, qualquer situação que o senhor fez ou qualquer familiar do senhor fez, o senhor pode ter certeza de que nós vamos atrás, vamos rastrear, porque, para botar um time desse sentado, para botar o fundo de pensão, pegar o dinheiro do trabalhador da PETROBRAS, o dinheiro do trabalhador da Caixa Econômica, o dinheiro do trabalhador da Vale do Rio Doce e botar num projeto para roubar... O senhor teve 32 anos para pensar como é que o senhor ia fazer isso.

Então, a lei lhe garante o silêncio. Eu gostaria até que o senhor debatesse comigo. O senhor morou com o Pedro Barusco? O senhor é sócio dele? Vocês moraram juntos? Vocês tinham esquema juntos, além da propina que ele delatou?



O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois é. Essa é a informação que eu tenho, de que vocês dividiam um apartamento onde vocês conversavam exclusivamente sobre isso. É uma pena o senhor não poder responder a essa pergunta.

O senhor deveria pensar — agora o senhor deve estar chateado de a gente estar perguntando ao senhor, não é? — em como é que ficou o povo lá de Itaboraí que ganhava mil reais por mês, 1.500 reais por mês, quando foi demitido da PETROBRAS pela quadrilha de que o senhor faz parte. O senhor deveria perguntar lá no Nordeste. Lá em Itaboraí eram 33 mil funcionários, no COMPERJ; agora são 10 mil. Os estaleiros que vocês assaltaram tinham quantos funcionários? E quantos têm hoje? Muitos estão sem emprego até hoje.

Sabe quem é responsável por isso que aconteceu com esses estaleiros? O senhor. O senhor é o responsável por isso, porque o senhor articulou esse esquema de corrupção. Aí o senhor está chateado de a gente fazer as perguntas, não é? Quando estourou a bomba, quando estourou o problema da Lava-Jato — graças à Polícia Federal, que tem que ser aplaudida, ao Ministério Público Federal, ao Juiz Sérgio Moro, graças ao trabalho de toda essa gente —, o pequenininho lá perdeu o emprego, ganhava 1.500 reais por mês, mudou-se com esposa, com dois filhos, com três filhos para trabalhar.

Onde é que o senhor estava? Respalado no escritório de advocacia, respaldado no grande esquema em que o senhor está até hoje. Pode ser que não esteja daqui para frente, ou mais para frente.

Quando o senhor levou — essa aqui para mim é uma de muitas, essa o Barusco falou — 1 milhão 35 mil 996 dólares, em julho de 2013, e o seu parceiro, outro parceiro, Eduardo Musa, 786 mil dólares, em julho de 2013.

No celular do operador da propina da Jurong, a Polícia Federal localizou as mensagens de texto trocadas entre o Fabrício e o Frederico sobre os pedidos de transferência de valores para Opdale, para as contas da Nebraska, Nave e Firasa, empresa do senhor, dinheiro tirado do povo brasileiro — 1 milhão e 35 mil dólares foram parar em sua conta no exterior.



Responde, poxa! Isso foi parar na sua conta no exterior?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor foi tão capaz de montar um esquema desses e agora não é capaz de responder às perguntas, aqui. Defenda-se! Defenda-se! Por que esse dinheiro saiu e foi parar na sua conta no exterior?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quando o senhor foi à Itália, por exemplo... O senhor não quer responder às perguntas, não é? Então, não vamos fazer perguntas; faremos comentários. Quando o senhor foi à Itália abrir 19 contas junto com Renato Duque, Pedro Barusco, Júlio Camargo, vocês acertaram um jantar em Milão. Enquanto o operário humilde estava trabalhando no Brasil, nos estaleiros — depois, eles perderam o emprego por culpa de vocês — vocês estavam lá na Itália, abrindo a conta para ver como iriam dividir a propina.

Sabe essa cara que o senhor está fazendo aí, sério... Está chateado? Eu também estou muito chateado. O senhor não está mais aborrecido do que eu não. Essa cara que o senhor está fazendo aí... Deveria estar saindo lágrimas dos olhos como nos dos funcionários que perderam o emprego por culpa do senhor. Quando o senhor pegou o avião — e é claro que foram viajar de primeira classe — e foram a Milão para abrir as contas. Para quê? Para tirar o dinheiro da Sete Brasil, das contratações. Quem pagava? A PETROBRAS. De quem? Do povo brasileiro para botar na tua conta. Você foi à Itália, para abrir contas no Banco Cramer, um dos bancos; abriram 19 contas. Então, espero que eu, pelo menos com o senhor, tenha uma oportunidade de nos encontrar para eu fazer as perguntas ao senhor nas acareações, aqui, já que hoje o senhor não quer responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Concluindo...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Estou concluindo, nobre Presidente-Relator. O senhor não imagina o que o trabalhador e o povo brasileiro, aquele que trabalha na PETROBRAS e nos estaleiros, passam e passaram quando perderam o emprego, não. Se o senhor se sente indignado por alguma coisa, e não deve se sentir, porque quem participou da quadrilha foi o senhor. O senhor foi o mentor, o



senhor montou o esquema de corrupção da Sete Brasil. O senhor montou o esquema de corrupção todo. Não foi uma compra, não. O senhor é o comando. O senhor é o comandante. Que escreveu isso foi o Juiz Sérgio Mouro. O senhor imagina aquele que perdeu o emprego, quando descobriram a corrupção. Se o senhor passasse talvez uma semana ou um mês do que esse povo passa sem emprego, aí o senhor iria ver como dói. Talvez, o senhor possa passar pior...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Sr. Deputado, Sub-Relator e autor do requerimento, Altineu Côrtes.

Agora passo a palavra ao Sub-Relator Deputado Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Deputado Celso Pansera, eu não vou fazer perguntas, mas gostaria de fazer algumas considerações.

Com todo o respeito ao diversos Deputados que estão aqui, e cada um tem o direito de atuar de acordo com a forma que acredita mais adequada, e os diversos Deputados querem fazer apuração — acredito que todos eles, sempre tenho repetido isso — dos ilícitos cometidos por diversos ex-diretores, ex-funcionários e pelas empresas da PETROBRAS. Muitas vezes aqui se exacerba nos debates de interesse partidário e às vezes até de interesse pessoal. Eu não estou aqui, como já disse outras vezes, para me utilizar deste espaço para fazer um espaço no qual eu possa aparecer mais ou aparecer menos. Não estou aqui para incriminar ninguém previamente nem, muito menos, para absolver alguém previamente.

É a primeira vez que eu estou vendo o depoente na minha vida. Acho que seria adequado para esta CPI, para a apuração das irregularidades na PETROBRAS, que ele pudesse aqui expressar as suas versões sobre as diversas perguntas.

Mas eu fico de certa forma indignado com a recusa do depoente em responder, assim como também fico indignado às vezes com a exacerbação de alguns Deputados. O acusando, já que ele está aqui como testemunha, conforme disse o Presidente, e, enquanto testemunha, seria de bom-tom que nós, por enquanto, não o acusássemos de criminoso.

Essa é a minha opinião. Repito: não estou aqui para absolver nem para condenar alguém previamente. Mas também não estou aqui para utilizar desse



momento como uma aparição pessoal, para que alguém possa imaginar que este Deputado é melhor, mais austero, mais rigoroso do que qualquer outro aqui.

Nós queremos apurar as irregularidades. Fizemos o debate aqui preliminarmente, inclusive na discussão da ata, porque questionamos o procedimento adotado pela condução da Presidência no início dos trabalhos desta sessão, assim como na sessão anterior, e principalmente na sessão anterior, com relação à votação dos requerimentos. E eu vou me reservar o direito de não fazer as perguntas, não porque, repito, não quero que a investigação siga, mas porque o depoente aqui hoje está expressando o direito de ficar calado e não vai responder, assim como não respondeu às outras perguntas.

Eu não vou ficar perdendo tempo nem fazendo outras pessoas perderem tempo aqui; e por isso não farei as perguntas agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Valmir Prascidelli.

Eu vou passar, então, para a relação dos Deputados inscritos para as perguntas: Deputado Onyx Lorenzoni, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero agregar o tempo de Liderança do Democratas, já que não farei nenhuma pergunta, vou contar a história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Então, como V.Exa. vai falar também pelo Democratas, tem 5 minutos mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Oito minutos.

Sr. Presidente, nós temos que recuar ao ano de 2009, para entender a Sete Brasil, e ao final de 2010. Em 2009, a PETROBRAS faz uma chamada de capital e arrecada uma fábula, mais de 70 bilhões de dólares, o que são mais de 170 bilhões de reais. Aí, esse povo do PT, que montou uma quadrilha lá na PETROBRAS, enlouqueceu, ou seja, o céu é o limite: *“Nós podemos fazer o financiamento do projeto de poder aí e, de quebra, vamos ficar ricos!”*

Por que eu digo isso? Esse cidadão que está aqui, com essa atitude que ele está tomando aqui, esse cidadão abriu mão, depois de 30 anos de PETROBRAS — ele tinha que cumprir mais 2 anos para se aposentar. O negócio é tão bom, era tão



bom — graças à Polícia Federal, ao Dr. Sérgio Moro, não é mais —, o negócio era tão bom que ele jogou 30 e tantos anos de serviço na PETROBRAS na lata do lixo!

Esse senhor abriu mão da aposentadoria e de todos os benefícios, Deputado Marun, para ser Presidente da Sete Brasil. O comparsa dele, o Sr. Pedro Barusco, que é o homem da delação premiada, comparsa dele, tinha tempo para se aposentar e pediu a aposentadoria para ir para lá. Aí botou o outro companheirinho lá para ajudar o Renato Duque a roubar.

E aí começa a sequência. Aí eles montam a Sete Brasil, Sergio Gabrielli, por trás de tudo isso, indica esse cidadão aí para presidir a quadrilha lá da Sete. E uma coisa muito interessante: na primeira licitação, uma empresa chamada Ocean Rig ganha a licitação. Aí começa uma guerra, e a turma, a quadrilha do Sr. João Ferraz, consegue uma coisa inédita: a PETROBRAS, em vez de reabrir negociações com quem venceu, a PETROBRAS pede novos envelopes fechados.

E aí o que acontece surpreendentemente? Os novos envelopes levados pelo Sr. João Ferraz fazem com que ele ganhe a possibilidade das 28 sondas, e nós estamos falando aqui de mais de 30 bilhões de reais só na construção. E aí era 1%, casa 1, casa 2, os 2,3 do Vaccari. E aí se explica, Deputado Altineu, porque tem a PREVI, porque tem a VALIA, porque tem a FUNCEF, todos os fundos de pensão das estatais, porque havia um comando superior que permitiu que isso fosse colocado nesse projeto, porque ia faturar 1% em mais de 30 bilhões de dólares na construção, e não terminava aí, Presidente.

E a operação, então? Baita negócio! O senhor imagine 28 sondas — eu vou pegar pelo valor menor que eles contrataram — 500 mil dólares/dia, opere, não opere —, *ad aeternum*, Deputado André! Quinhentos mil dólares por dia, cada sonda. Multiplique por 30 dias, Deputado André, da PETROBRAS. Multiplique! Isso era pago à Sete Brasil, que ia pilotar isso com os estaleiros.

Além disso, a PETROBRAS tinha seu custo, ainda, operacional, para a extração do óleo. Então, veja bem, isso era *ad aeternum*. Imagine 1% sobre 500 mil, vezes 28, vezes 30 dias, vezes 12 meses, vezes 10 anos. Isso era o céu. Se havia uma coisa com que esse cidadão não ia ter problema, era problema de dinheiro, de gozar a vida; agora vai gozar na Papuda, porque é o que ele merece.



Mas não termina aí, mais adiante diz aqui: o então Presidente da PETROBRAS, o sempre presente, inteligente, veio aqui dar aula de como é que se obtém petróleo, o homem da Academia, José Sérgio Gabrielli, indicou o Presidente da Sete Brasil, João Carlos Ferraz, da área financeira; debaixo dele Pedro Barusco, o comparsa do Renato Duque, que veio aqui e disse que não era mais amigo do Duque, depois de 20 anos de amizade. Ferraz logo estabeleceu linha direta com o ex-Presidente Lula — isso lhe diz alguma coisa, Deputado Altineu, em relação aos fundos de pensão? —, que lhe telefonava com frequência e o recebeu mais de uma vez em seu instituto em São Paulo. Já o Deputado Federal Andre Vargas preferia visitar a Sete pessoalmente. Barusco mantinha relação próxima com o ex-Ministro José Dirceu; incomodados, os sócios privados pressionaram Ferraz, que ainda em 2012, entregou os anéis, ou seja, afastou Barusco, para manter os dedos. Em julho de 2013, bem antes de delatar o petrolão, ele foi demitido, mas a sombra e o espectro de Barusco ainda administravam lá as contas do Banco Cramer, do qual ele se beneficiava.

Um pouquinho mais adiante, em 29 de abril de 2014, a Sra. Maria das Graças Foster sai em manchete: acaba de emplacar uma troca na encrocada Sete Brasil; sai João Ferraz e entra Luiz Eduardo Carneiro, ex-Presidente da OGX, homem de confiança de Graça. Graça nunca se deu bem com Ferraz, que é próximo de Lula.

O senhor começa a entender agora porque os fundos de pensão estavam na Sete Brasil? Aí, Sr. João Ferraz, a Sete Brasil tem uma dívida hoje de mais de 12 bilhões de reais e resultou — Deputado Altineu briga muito por isso — na demissão de mais de 28 mil trabalhadores espalhados pelo Brasil todo.

Quero explicar uma coisa para o senhor que a sua advogada não explicou: o estatuto da delação premiada está regulado há mais ou menos 4 a 5 anos no Brasil. Se o Barusco não comprovar — em vez de conseguir o que ele tem hoje, que é uma pena bem pequenininha, e se o senhor não fizer isso, a sua pena vai ser grandona —, cada operação de transferência de dinheiro para a Firasa, que é sua conta no Banco Cramer e outras contas, cada uma daquelas operações agora é um crime. Só aqui, na delação do Barusco, eu já identifiquei mais de 50 anos aos quais o senhor poderá ser condenado. Cinquenta anos! Se o Sr. Barusco mentiu — e nós vamos botar sentadinho o senhor, o Barusco e o Gabrielli —, se ele mentiu, ele triplica a



sua pena por três. Ele não vai correr esse risco, até porque ele era fiel depositário de mais de 100 milhões de dólares, já devolvidos ao País. E nunca vi alguém devolver dinheiro aliviado. Talvez o exemplo do Celso Daniel tenha facilitado esse alívio do Sr. Pedro Barusco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor tem dinheiro lá fora, já está identificado, já se sabe o banco e a conta. Cada operação — o senhor pergunta depois para sua advogada —, cada operação é de 2 a 10 anos. Como o Dr. Sérgio Moro é muito rigoroso, ele não vai deixar por menos de 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, da próxima vez que o senhor vier aqui — e o senhor virá brevemente; só tem um tempinho daqui até lá —, eu lhe sugiro que o senhor faça a delação premiada, negocie lá com o Ministério Público, entregue o resto da quadilha que falta entregar, porque, se não, o senhor vai continuar dizendo que vai ficar calado, mas o senhor vai ficar calado não é para uma sessão de CPI; o senhor vai ficar calado longe dos seus filhos, da sua família, dos seus amigos, por mais ou menos uma condenação de uns 30 anos. Dá uma olhadinha na Presidente do Banco Rural, do Sr. Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O caminho do senhor é o mesmo: cadeia e cana dura. Aí eu quero ver se o senhor vai estar com essa cara de pau, lá na cadeia, que o senhor está aqui. Pense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Agora, com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero lembrar aqui que essa medida cautelar do *habeas corpus*, da qual foi o Relator o Ministro Dias Toffoli, diz o seguinte: *“O paciente que comparecer àquela sessão para ser ouvido na condição de testemunha estará sujeito ao triplice dever de comparecer, de assinar o termo de compromisso e de dizer a verdade, ficando, entretanto, ressalvado o privilégio contra a autoincriminação e o seu direito crucial de ficar em silêncio”*.



Quando o Sr. João Carlos esteve aqui, fez o juramento: *“Faço, sob a palavra de honra — não sei se tem —, a promessa de dizer a verdade do que eu souber e me for perguntado, salvo aquilo que não incrimine”*. Está aqui, no *habeas corpus*.

Então, eu vou fazer algumas questões que não vão incriminá-lo, algumas perguntas muito simples. Pode até dizer “sim” ou “não”.

V.Sa. conhece o Restaurante Satyricon, no Rio de Janeiro? Isso não vai incriminá-lo; se conhece o restaurante ou não...

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Izalci e Presidente, sem descontar do tempo do Deputado Izalci, que é sempre brilhante nas suas perguntas, V.Exa. pediu pelo menos à Secretaria para nos informar qual é o escritório que está dando orientação ao depoente de hoje? Isso é importante para que a gente saiba qual é o escritório que o está assessorando. Isso é um direito que a CPI tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - É o advogado Dr. João Carlos... Dra. Márcia Guasti Almeida, OAB Distrito Federal 12523.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quer dizer que o fato de conhecer ou não o restaurante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - É o escritório Guasti e Duarte Advocacia e Consultoria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. acha, por orientação do advogado, que dizer se conhece ou não o restaurante pode incriminá-lo? Porque está aqui, V.Sa. fez um juramento de honra, de dizer a verdade, ressalvado aquilo que não incrimine. Dizer se conhece o restaurante ou não, eu acho que não tem a mínima condição, a mínima lógica de V.Sa. achar que vai ser incriminado por dizer que conheceu o restaurante ou não. Por isso, eu vou reforçar mais uma vez. V.Sa... E isso é importante, inclusive nos argumentos depois, na ação do Ministério Público. V.Sa. conhece o Restaurante Satyricon do Rio de Janeiro?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Nobre Deputado, entendo, mas, por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou reforçar, para as pessoas conhecerem e saberem o que está acontecendo com relação a essa questão da Sete Brasil.

Pedro Barusco, quando aqui esteve, ele disse, aqui na CPI, na delação premiada também, que João Ferraz — inclusive, ele comentou — teve uma ou duas reuniões com o ex-Presidente Lula. Agora, ele não se reportou aos assuntos que foram tratados. V. Sa. conhece o Presidente Lula?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, para a população ficar sabendo, Pedro Barusco confessou, aqui e na delação premiada, portanto, passível inclusive de triplicar a pena, como disse o Deputado Onyx — então, ele confirma—, que V.Sa. esteve, sim, não só uma vez, mas mais de uma vez com o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Um minuto para concluir, tá, Izalci?

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não vai responder.

Mas, rapidamente, Sr. Presidente... Aliás, eu vou pedir a V.Exa. que adicione o tempo da Minoria, porque eu acho que a população...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Quinze minutos, então. Mas não pode perguntar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não vou perguntar, até porque não está respondendo nada.

Mas só para a população, que nos acompanha, ficar sabendo desses detalhes.

Essa questão do Restaurante Satyricon, no Rio de Janeiro, por que eu fiz essa pergunta? Porque Shinko Nakandakari, que foi o operador da Galvão Engenharia, fez um registro de que, no dia 16 de junho de 2011, às 13 horas — V.Sa. vai lembrar disso —, no Restaurante Satyricon, em Ipanema, Rio de Janeiro, oportunidade em que Pedro Barusco apresentou o seu novo chefe, o Presidente da Sete Brasil, João Carlos de Medeiros Ferraz. Além de Pedro Barusco e João Ferraz, estavam presentes — nessa reunião no restaurante — Dario Galvão, Erton Fonseca, Leonel Vianna e o depoente. Diz também que essa reunião foi importante para todos conhecerem o João Carlos de Medeiros Ferraz, que, até então, pelo que se sabe,



ninguém conhecia. Ao que se sabe, João Carlos Ferraz era originário da área financeira da PETROBRAS. Por isso que eu perguntei sobre a questão do restaurante.

Com relação ao Presidente Lula, eu perguntaria — mas alguém vai perguntá-lo depois, na Justiça — se V.Sa. poderia dizer o que foi tratar — não precisa responder não — com o ex-Presidente Lula? Que tipo de assunto o Presidente de uma empresa com contratos da ordem de 26 bilhões de dólares — não são reais não, são dólares — vai tratar com um ex-Presidente da República? A população queria saber isso: como é que V.Sa., como Presidente da Sete Brasil, vai conversar com o ex-Presidente Lula? Era uma empresa que tinha contrato com a PETROBRAS de 26 bilhões de dólares?

V.Sa. também deve ter tomado conhecimento de que muitas pessoas o conheciam, não como João Carlos Ferraz, mas como Marshall, Marechal. “*É como eu me referia ao João Ferraz pelo jeitão meio autoritário e forte dele*”. Essas foram as palavras de Pedro Barusco.

E para lembrar que João Vaccari era identificado como Moch, que significa mochila, porque quase sempre ele presenciava João Vaccari usando a mochila, que era um instrumento de trabalho, que era onde colocava a grana; Renato Duque foi identificado como MW, referência à *My Way*, música de Frank Sinatra, e o Presidente da Sete Brasil, V.Sa., tinha a sigla Mars; Pedro Barusco sabe que era Sabrina, que era sua ex-namorada; e Eduardo Musa, identificado como MZB, referência a Muzamba. Esses eram os codinomes, os apelidos de todos os que operavam nesse assalto que foi feito à PETROBRAS.

E ainda vou dizer mais: no depoimento aqui da ex-Presidente Graça Foster, ela disse aqui, com relação à Sete Brasil: “*O Gerente-Executivo da Área Financeira, Bonésio, foi quem assinou o documento interno, indicando os nomes do Ferraz para Presidente e de Barusco para ser o Diretor de Operações*”. Então, o Diretor Barbosa levou esses nomes, e nós, inclusive a Maria das Graças, aprovamos os nomes deles, desses dois senhores, o Ferraz e o Barusco, pelo quadro técnico que eles são.

Graça Foster disse aqui que precisava de um perfil — abre aspas para o que ela disse —: “*mais disciplinado, mais solidário, no sentido de falar mais sobre as*



coisas que estão de fato acontecendo”, pessoas bem ligadas a ela. Foi o dito aqui pela Presidente Graça Foster. Já foi dito aqui a questão da propina que V.Sa. recebeu em julho de 2013, da ordem de 1 milhão de dólares, do estaleiro Jurong. Também foi dito aqui nos testemunhos.

Mas, aproveitando o restante do tempo, eu agora entendo um pouco mais do desespero que nós presenciamos aqui no início desta sessão, quando praticamente todos os membros do Partido dos Trabalhadores se manifestaram aqui contrários à ata, questionando a ata e tal.

O desespero é total. Por quê? Porque agora é notório, é óbvio que nós chegamos exatamente no rei, e o rei está desesperado, porque agora tem o Instituto Lula com três parcelas de 1 milhão, inclusive em uma delas escrito “bônus eleitoral” e as outras duas de doações. Depois, uma nova empresa, Delegado Waldir, que V.Exa. também não sabia, é a empresa Luiz Inácio Lula da Silva Eventos e Publicidade, que também recebeu da Camargo Corrêa 1 milhão e 500 mil reais em três parcelas.

E agora vem a Sete Brasil. Está claro, tem depoimentos de delação premiada aqui. O Sr. João Carlos Ferraz tinha uma relação direta com o ex-Presidente Lula. Óbvio que teria mesmo, porque são 26 bilhões de dólares. Alguém acha que, em uma operação de 26 bilhões de dólares, só o Sr. João Carlos Ferraz era quem conduzia esse processo? É evidente que não. V.Sa. era o instrumento. Inteligente, com experiência financeira, inclusive na área da PETROBRAS, foi escolhido a dedo, de acordo com o que foi colocado aqui pela Presidente Graça Foster, que tinha que ser uma pessoa de muita confiança, uma pessoa que realmente podia falar exatamente o que estava acontecendo na empresa, que fosse mais disciplinado e mais solidário, como V.Sa. está sendo agora. V.Sa. não está falando nada para não prejudicar, para não incluir de imediato as pessoas que colocaram V.Sa. lá.

Portanto, a gente agora entende esse desespero, quando o Presidente, e inclusive à mídia, chama a atenção do Vice-Presidente da República, para saber por que ele não atuou nisso para impedir que a CPI convocasse Paulo Okamoto. E agora dando um pito, como foi dito aqui, chamando a atenção da base, principalmente do Partido dos Trabalhadores, porque conduziram muito mal a CPI, de acordo com a avaliação do Presidente Lula, que a base de Governo não teve a



capacidade aqui de impedir, de obstruir, de impedir que nós aprovássemos os requerimentos.

Portanto, esses requerimentos que nós aprovamos... Eu posso dizer, Sr. Presidente, que essa reunião que fizemos no dia 29, a 29ª reunião, foi talvez uma das mais importantes, porque agora nós vamos fazer as acareações, que é o que está faltando. V.Sa. vai voltar aqui para fazer acareação com Barusco, com Renato, com Graça Foster, se for necessário. A verdade vai prevalecer. V.Sa. não movimentou 26 bilhões de dólares por iniciativa própria.

Eu entendo agora perfeitamente o desespero em que estão realmente o ex-Presidente Lula, a Presidenta Dilma e também todo o Partido dos Trabalhadores em especial.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Izalci.

Quero saudar a presença do Ministro Márcio Fortes na nossa CPI. Bem-vindo!

Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)*

Deputado Félix Mendonça Júnior. *(Pausa.)*

Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*

Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de agregar o tempo da Liderança do PT, por favor. E o microfone aparentemente também está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - V.Exa. tem 10 minutos, mais 3 minutos de perguntas.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, em virtude do fato de o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz se manter em silêncio, preservando um direito constitucional que lhe assiste, eu não farei as minhas perguntas neste momento. Espero que em outro momento, talvez se fizer a delação premiada ou se estiver disposto a falar, ele venha até a CPI porque o nosso objetivo aqui é de fato fazer a investigação.

Eu gostaria, primeiro, de comentar essa fala que foi feita e que talvez tenha passado despercebida. Estou falando aqui da fala de um membro da Oposição ao Governo do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Júlio Delgado, que inclusive foi



candidato à Presidência desta Casa, que de maneira muito clara colocou aqui o que a própria opinião pública já está concluindo a respeito do trabalho desta CPI. Eu, como tenho feito sempre, há muito tempo tenho elogiado o trabalho da CPI. Mas, de fato, a última sessão deliberativa que fizemos aqui mostrou que os rumos da CPI realmente mudaram. E foi demonstrada claramente — e isso ficou muito evidente na fala do Deputado Júlio Delgado — a seletividade. O Deputado Júlio Delgado colocou aqui de maneira muito clara: não existe base aqui na CPI, são todos contra o Partido dos Trabalhadores. E de fato a condução que foi feita, que foi questionada duramente por todos nós no início desta sessão de hoje, demonstra exatamente isso.

Essa seletividade está muito clara quando a gente leva em consideração que esta investigação envolve mais de 50 políticos de diversos partidos. Essa seletividade está muito clara quando envolve vários partidos, PSDB, PMDB, Partido dos Trabalhadores, que é o único que é investigado por esta CPI, que poderia ser chamada de CPI do PT. E nós, a bancada do Partido dos Trabalhadores, em nenhum momento viemos aqui para que não houvesse investigação. Até aprovamos vários requerimentos, inclusive o da vinda do ex-Secretário de Finanças do partido, o Sr. João Vaccari.

Esta CPI demonstra essa seletividade na medida em que 18 partidos que fazem parte deste Congresso Nacional receberam das empresas que estão envolvidas na Operação Lava Jato. E o ápice dessa seletividade foi o requerimento aprovado na última sessão convocando para vir aqui o Sr. Paulo Okamoto, Presidente do Instituto Lula. Agora a CPI deixou de ser CPI da PETROBRAS para ser a CPI do Lula. E eu digo isso, Sr. Presidente, porque vários dos Parlamentares que estão aqui são combativos, implacáveis, quando chegam à frente do Sr. João Carlos Ferraz, que está aqui na condição de testemunha. A população vê isso. E eles são muito competentes. Eu tenho que reconhecer a competência desses Parlamentares. Mas quando se fala em levar os rumos da investigação para que a gente possa, por exemplo, aprofundar o que aconteceu em relação ao ex-Presidente do PSDB, Sr. Sérgio Guerra, o que aconteceu de fato, algum dirigente partidário que possa vir aqui explicar, todos fogem, não querem votar os requerimentos.



Quando a gente fala — e o Deputado Ivan Valente tem reiteradas vezes colocado aqui — em chamar o Sr. Júlio Camargo, o Sr. Jayme Careca, que inclusive é acusado de ter levado dinheiro em espécie ao ex-Governador de Minas Gerais, o Senador Anastasia, isso não pode entrar na pauta da CPI. Assim como acontece em vários órgãos do Poder Judiciário — e eu sou advogado de profissão —, a gente vê o quanto o PSDB é blindado. E aí tem a privataria Tucana; tem o esquema da reeleição; tem o esquema dos trens em Salvador, dos trens em São Paulo; tem a lista de Furnas; tem agora o caso da Receita Estadual lá no Paraná. Órgãos de imprensa, que têm uma relação muito estreita com o PSDB, dizem que um parente distante do Sr. Governador Beto Richa, num esquema em que ele nomeou vários servidores da Receita Estadual, inclusive num esquema de campanha, de doação de campanhas, de arrecadação para a campanha do Governador Beto Richa...

Então, isso está muito claro. A população está vendo isso de maneira clara. O que nós queremos é que as investigações sejam feitas, doa a quem doer. E vêm os Deputados aqui pegar a delação premiada do Sr. Pedro Barusco, como se ela fosse uma verdade absoluta. Aliás, esse cidadão, esse bandido chamado Pedro Barusco se tornou um herói da Oposição aqui, um verdadeiro herói, que roubou mais de 100 milhões de dólares nesse esquema todo. É um bandido que nós temos, sim, que botar na cadeia. Mas, na delação premiada... E ontem...

O próprio Ministro Teori Zavascki e o Ministro que vai assumir agora, Fachin, relativizaram a importância que tem uma delação premiada. De fato a delação premiada serve como indício importante para que se aprofundem as investigações. Esse cidadão...

Eu fico admirado com a competência que os meus colegas têm para fazer a construção das histórias e tentar mostrar à população que aquelas histórias aconteceram, como se eles tivessem participado ativamente dessas histórias, como eu vi em vários depoimentos aqui, em todas as sessões.

Quando se fala do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, foram inúmeras... Não houve uma sessão, não houve uma audiência pública, Relator Luiz Sérgio, aqui em que os Parlamentares — e estão no seu papel — apertassem toda e qualquer testemunha que veio aqui no sentido de dizer: “O Lula sabia? A Dilma sabia? O Presidente da PETROBRAS sabia? A Presidenta da PETROBRAS sabia?” No



entanto, não se chegou nem perto sequer dos Presidentes e dos ex-Presidentes da PETROBRAS, de maneira provada, de maneira comprovada. Um processo judicial, delegado, o senhor sabe, exige comprovação. Então, o que nós estamos vendo aqui é exatamente isso.

Eu quero saber da Oposição, que agora está querendo trabalhar com os institutos, se ela vai querer investigar o 1,7 milhão que o Instituto Fernando Henrique Cardoso recebeu em 2011 — em 2011, está dentro do escopo. Já que ninguém quer investigar antes, então vamos investigar, está dentro do escopo. O Instituto Fernando Henrique Cardoso recebeu da Camargo Corrêa. E aí, vocês vão investigar ou vocês vão fazer como fizeram com o caso do ex-Presidente, como fizeram com o caso da lista de Furnas, como fizeram com o caso do Senador Anastasia? Essa pergunta está aqui. Inclusive, quando era Presidente, antes de sair da Presidência, fez um jantar no Palácio do Planalto para várias empresas — muitas delas envolvidas nesse caso —, para o seu instituto.

Eu não vejo problema nenhum nisto: os ex-Presidentes terem institutos. Aliás, tanto o Presidente Fernando Henrique, quanto o Presidente Lula recebem... São institutos que recebem, assim como a fundação do ex-Presidente Bill Clinton, de entidades privadas e recebem por palestras.

Mas o Presidente Lula não é lobista. O Presidente Lula não é lobista. Pelo contrário. Aliás, eu sei que vocês têm muita inveja do Presidente Lula, pelo tanto de doutor *honoris causa* que ele já tem e pelas tantas vezes em que ele é convocado. Aliás, a palestra dele é mais cara que a do Presidente Fernando Henrique. Eu entendo isso. Eu entendo essa vontade da Oposição de querer atingir o Presidente.

O Instituto Lula esclareceu tudo, não tem nada a temer. O Presidente Lula não tem nada a temer. Agora, essa medida atinge a credibilidade da nossa CPI, porque as pessoas, repito, estão vendo, as pessoas estão vendo que só há investigação por um lado, só há investigação para um lado.

Aqui são dois pesos e duas medidas, inclusive na forma de conduzir, como aconteceu na última reunião, em que várias irregularidades foram cometidas — nós estamos recorrendo, diante das arbitrariedades que foram feitas. Então, nós não temos medo de investigação.



Quero dizer que nós queremos, sim, que a PETROBRAS continue dando certo. A PETROBRAS ganhou o Oscar da indústria petrolífera recentemente. Hoje, com o pré-sal, mais de 800 mil barris são produzidos por dia. Nós queremos que os acordos de leniência sejam feitos, sim, porque uma coisa é a investigação criminal, e ela tem que ser feita. Agora, do ponto de vista da esfera administrativa, uma coisa não prejudica a outra. Esse é o nosso sistema constitucional. As esferas são autônomas. Nós queremos, sim, a manutenção dos empregos com os acordos de leniência. Inclusive, é uma forma de ressarcir o Erário, porque um objetivo que nós temos que ter é ressarcir o Erário público. Que essas empresas sejam punidas, mas nós temos que manter os empregos. Uma coisa é separar aquelas pessoas de empresas que cometeram ilícitos — e elas têm que pagar — das empresas que podem se readaptar, se readequar.

Finalizo, Sr. Presidente, falando do congresso do Partido dos Trabalhadores. Como disse o Presidente Lula, há mais de 10 anos foi decretado o fim do Partido dos Trabalhadores. Aqui nesta CPI, o Líder do PSDB também já decretou o fim do Partido dos Trabalhadores. Mas o que nós vemos, na prática — eu tive a oportunidade, junto com outros Deputados desta CPI, de participar do evento que aconteceu no último final de semana —, é que o PT continua vivo, continua forte. O PT não vai jogar os seus problemas para debaixo de um tapete, como outros partidos, como o PSDB, que sempre jogou a podridão para debaixo do tapete. O PT vai avançar com a Presidenta Dilma. O PT vai continuar trabalhando pela inclusão de mais brasileiros, ao contrário do que foi anunciado.

Parece que esta CPI aqui toma um rumo, que é o de acabar com o Partido dos Trabalhadores. Espero, como membro desta CPI, que ela possa retomar os rumos, porque a condução de alguns atinge a todos.

Eu sei que as pessoas vão me cobrar na rua, porque nós não estamos investigando determinadas linhas, não estamos seguindo determinadas linhas investigativas. Então, sobra para os do PT também, que estão querendo investigar todos e não somente meia-dúzia.

Para aqueles que pensam que é o fim do Partido dos Trabalhadores, na verdade, quem está desesperado são eles, Deputado. Inclusive, o seu Presidente está hoje no TCU, tentando pressionar os Ministros do TCU para não aprovar as



contas da Presidenta Dilma. Nunca vi um terceiro turno tão longo, na história da República do Brasil. Infelizmente, um democrata, neto de Tancredo Neves, na verdade, hoje é um verdadeiro golpista, um golpista que flerta com as piores práticas antidemocráticas, neste momento.

A Presidenta Dilma vai cumprir o seu mandato até o dia 31 de dezembro de 2018.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente. Há também o requerimento pela Liderança.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quero anexar o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - O.K. V.Exa. será atendido. Primeiro como Líder?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Primeiro vou falar como Líder, vou introduzir. Depois... Tenho quanto tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Como Líder... Só 1 minuto. *(Pausa.)* Cinco minutos. São 5 minutos por semana.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E mais os 3 minutos como inscrito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. José Carlos Ferraz, primeiro eu queria gastar 1 minuto para falar sobre a parcialidade aqui da Comissão. Já que se tem usado o tempo de Líder para fazer esse embate, quero reafirmar a posição do PSOL de investigar a todos, a todos. E não há dúvida de que aqui há combinações. Há combinações. Não é possível...

Depois eu vou perguntar ao Sr. João Carlos Ferraz — eu acho que isso ele pode me responder — se ele conhece o Sr. Júlio Camargo. Eu sei que ele conhece, mas quero saber se ele conhece bem o Sr. Júlio Camargo.

Depois eu vou ler o despacho do Ministro Toffoli, que diz que o senhor não é investigado. No entanto, o Sr. Júlio Camargo não só é investigado, como está em delação premiada. Mas ainda não conseguimos aprovar o requerimento para ele ser convocado. Interessante, não é? Há alguma coisa aí, não é? *(Riso.)*

Sr. Presidente, eu quero fazer um reparo. É interessante quando se trata de empresas financiarem políticos. E nós colocamos, desde o primeiro dia da CPI, a impropriedade de quem recebe das empreiteiras denunciadas na Lava-Jato de



participar de uma investigação em que estão envolvidos, inclusive, os institutos Fernando Henrique Cardoso e Lula.

Eu lamento aqui, porque já sei que o Fernando Henrique recebe dinheiro, há muito tempo, das empresas, e é verdade. E o PSDB não quer investigar as suas tretas todas aqui. Isso também é verdade. O que me dá dó é ver o PT se defender e dizer “*eu sou igual a vocês*”, achando que isso é uma defesa.

Então, o Sr. Okamoto vai para a imprensa e fala assim: “*Não é qualquer um que paga o cachê do Lula*”. Ele usa o termo “cachê”. Isso é para artista, gente! Isso é uma vergonha! Você quer saber? Acho que o Lula não pode nem deve ser caixeiro viajante de empreiteira, dentro ou fora de mandato, nem o Fernando Henrique Cardoso, nem ninguém! É uma relação promíscua com as empreiteiras, que acabam nisto aqui: CPI para investigar corrupção. Quero deixar a nossa posição clara em relação a isso. Bem clara.

Convocar o Sr. Okamoto? Apoio. Peguem o tesoureiro da fundação do Fernando Henrique Cardoso e tragam-no aqui também, para ele explicar quanto eles receberam das empreiteiras. Entenderam? Por que os militantes do PT, do PSDB ou de qualquer outro partido não contribuem para manter o instituto para pesquisar, para pensar? Por que os militantes não fazem isso? Aliás, há um fundo partidário para as instituições, que são as fundações dos partidos, diga-se de passagem. Eu queria deixar isso claro, Sr. Presidente.

Quero também destacar aqui que eu tive o cuidado de pesquisar, Sr. João Carlos, a seguinte decisão do Ministro Toffoli, ao conceder o *habeas corpus* perpetrado pelo seu escritório: “*Destaco, todavia, que, não obstante o esforço dos impetrantes em demonstrar que o paciente seria um dos investigados na operação denominada ‘lava-jato’, não há nos autos documento capaz de demonstrar que, contra ele, haja denúncia ou qualquer medida investigativa formalmente deflagrada, salvo melhor juízo*”.

Interessante isso aqui! V.Sa. está na condição de testemunha. Nem sei por que V.Sa. não está respondendo as perguntas. Não há, que eu saiba, seu indiciamento na Operação Lava-Jato; pelo menos não consta dos autos, nem o Ministro Toffoli diz isso, ao responder a questão.



Então, a primeira pergunta, e V.Sa. pode me responder, é a seguinte: V.Sa. está se sentindo injustiçado ou se julga inocente por ter que estar aqui na CPI respondendo, ao passo que há outros que, com delação premiada, nem vieram a esta Comissão hoje?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Excelência, eu vou permanecer em silêncio por orientação dos meus advogados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que V.Sa. perdeu uma excelente oportunidade agora de se colocar... Porque eu acho que, com 32 anos de PETROBRAS, V.Sa. poderia responder algumas perguntas. Isso não incrimina V.Sa. em nada.

Eu tenho algumas perguntas, e vou fazê-las.

V.Sa. foi Presidente da Sete Brasil, empresa realmente gigante, com capital inicial grande, associado a fundos de pensão, a grandes empresas etc. Também o Sr. Pedro Barusco é uma pessoa que teve uma íntima relação com o senhor.

Eu queria perguntar se V.Sa. tem conhecimento, como Presidente, de que a empresa Kroll foi contratada pela Sete Brasil para investigar o Sr. Pedro Barusco.

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou responder para V.Sa.

Já estive aqui diretor que falou que não e depois mandou a correção para cá. Nós vamos ouvir a Kroll hoje, às 5 horas da tarde. Então, V.Sa. sabe a resposta, certamente, como Presidente. Se não quer colaborar, é outra questão.

Segunda questão: realmente, no termo de delação premiada nº 1, do Sr. Pedro Barusco, consta que, em relação às propinas que seriam pagas aos agentes públicos da PETROBRAS e aos empresários da Sete Brasil, o declarante, juntamente com Júlio Gerin de Almeida Camargo, Renato Duque e João Carlos de Medeiros Ferraz — V.Sa. —, fez uma viagem em outubro de 2011, salvo engano, para Milão, na Itália, onde tiveram um jantar com o Presidente do Banco Cramer, banco suíço sediado em Lugano, e um agente do banco chamado Pierino Lardi. Trataram dos detalhes acerca da abertura de contas. E, no dia seguinte ao jantar, cada participante acima efetuou a abertura de uma conta no Banco Cramer, em nome de *offshores*, com exceção do Sr. Júlio Camargo, o qual acompanhou o grupo



para apresentar o presidente do banco aos senhores — Renato Duque, o senhor e o Sr. Júlio Camargo —, pois ele já mantinha uma relação com a instituição financeira suíça.

O senhor tem conta no Banco Cramer?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor conhece o Sr. Júlio Camargo?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. viajou para a Itália em outubro de 2011?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor é detentor de alguma *offshore* no exterior?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. confirma que o Sr. Júlio Camargo conhecia o gerente de um banco suíço e apresentou os senhores a ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Ivan Valente, conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou concluir, Presidente.

Uma última pergunta. Eu queria saber do senhor o seguinte... V.Sa. poderia me responder uma última pergunta, já que há uma acusação de envolvimento de V.Sa. com casos de corrupção, de recebimento de propinas etc.? Qual era o salário do senhor na PETROBRAS, quando o senhor saiu de lá e quando o senhor entrou na Sete Brasil? Qual foi o diferencial, em termos de remuneração, que o senhor obteve saindo da PETROBRAS para presidir a Sete Brasil?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Agradeço, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Passo a palavra, pelo prazo de 3 minutos, à Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. João Carlos Ferraz, na delação premiada do Barusco, ele diz o seguinte: *“A divisão se dava da seguinte forma: dois terços para João Vaccari e um terço para a ‘Casa 1’ e ‘Casa 2’. A ‘Casa 1’ referia-se a pagamentos no âmbito da PETROBRAS, especificamente para o Diretor de Serviços, Renato Duque, e Roberto Gonçalves, e a ‘Casa 2’ referia-se ao pagamento de propinas no âmbito da Sete Brasil, especificamente para o declarante”* — portanto, para ele —, *“João Carlos de Medeiros Ferraz, presidente da empresa, e, posteriormente, também houve a inclusão de Eduardo Musa, Diretor de Participações (...)”*.

Ele estava mentindo?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Como era a sua relação com o André Vargas? Que tipo de relacionamento, na verdade, o senhor tinha com o André Vargas?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. João Carlos Ferraz, o senhor, na verdade, foi muito esperado aqui na CPI. As palavras colocadas agora, especificamente por vir na condição de testemunha e não ser indiciado, na verdade, eu acho que o senhor perde uma grandiosa oportunidade de aproveitar este espaço para inocentá-lo diante das acusações feitas pelo Barusco e de outros mais nas suas respectivas delações premiadas.

Portanto, o senhor perde esta oportunidade de poder nos dar muito mais elementos e até de nos ajudar nesse processo de investigação, que seria, inclusive, uma colaboração importante, porque nós temos, por exemplo, a sua indicação colocada pelo Sergio Gabrielli. Ao que tudo indica, o senhor não consegue, na verdade, nos afirmar isto.

O senhor vem numa posição extremamente estratégica: presidir a Sete Brasil e estar acima do Barusco. Depois, a gente tem a informação de que o André Vargas



ia, com muita frequência, pessoalmente, à Sete Brasil, naturalmente conversando com o senhor e com o Barusco e, em alguns momentos, passando-se isso, inclusive, de uma forma despercebida. Depois, a gente consegue, na verdade, perceber que ele tinha uma relação muito próxima, por exemplo, com o próprio ex-Presidente Lula e com o próprio Dirceu. Agora, depois que se faz toda uma ligação, na verdade, de dados, com o processo de investigação em curso da Operação Lava-Jato e com a própria investigação aqui da CPI, talvez, por essa razão, há tanta euforia, tanto nervosismo hoje no início dos trabalhos desta Comissão.

O que nós temos é uma devolução da ordem de quase 100 milhões de dólares por parte do Barusco, que era um diretor. Eu pergunto ao senhor, para finalizar a minha participação: se o Barusco, que era um diretor, devolveu quase 100 milhões de reais, quanto o senhor teria para devolver aos brasileiros, considerando toda essa continha apresentada pelo próprio Barusco?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mais uma vez, Presidente, eu quero lamentar a frustração. Mas eu não diria frustração; eu acho que cada gesto, cada posição e cada aceno que nós estamos acompanhando aqui já nos ajudam muito no nosso processo de investigação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Tem a palavra o Deputado Efraim Filho. (*Pausa.*) Ausente.

Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, eu vi que o senhor reservou o seu direito constitucional de permanecer calado. Mas, mesmo assim, eu vou direcionar algumas perguntas para V.Sa. O senhor está arrependido de ter trabalhado na Sete Brasil e de ter participado dessas acusações imputadas ao senhor e a outras pessoas?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. O senhor já combinou com a sua família, com a esposa e filhos, que, assim que for decretada a sua prisão pelo Dr. Sérgio Moro, eles vão visitar o senhor no presídio lá no Paraná? O senhor já combinou com a família quem vai fazer isso, se alguém vai fazer, se vão levar chocolate para o senhor? O senhor combinou com a família se eles vão passar por essa humilhação? O senhor vai colocar a sua família numa situação extremamente constrangedora? Neste momento eles estão assistindo ao senhor pela TV.

Então, é uma situação extremamente difícil. O senhor combinou isso com a sua família, com a sua esposa? Ela está desesperada. Isso tem criado uma... O senhor provocou a destruição da sua família?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Eu gostaria de saber se o senhor é filiado ao PT.

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de saber se a barba que o senhor utiliza hoje, se o modelo dela foi copiado do Lula?

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de saber se, por um acaso, depois da Convenção do PT na Bahia, o senhor recebeu alguma ligação, alguma orientação do Lula, a respeito de o senhor permanecer em silêncio aqui na CPI.

O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Por orientação dos meus advogados, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Eu acho que vou finalizar com o senhor.

Gostaria, Sr. Presidente, de alertar o nobre Deputado Leo, que é fantástico, para o fato de que ninguém quer destruir o PT, não. O PT autodestruiu-se, entrou num lamaçal, e nós não queremos proteger, não. Eu faço até questão de propor aqui ao Deputado Leo conversar com Fernando Henrique. Vamos trazer aqui, para ser



ouvido a respeito da CPI da PETROBRAS, o Fernando Henrique e o Lula. Mas eu acho que quem está no fogo cruzado direto é o Presidente Lula, que colocou no mensalão José Genoíno, João Paulo, José Dirceu. É só lembrar, Deputado Leo, Delúbio Soares, Vacari. Todos eles estão no presídio, estiveram e estão presos. Então, é só para lembrá-lo disso. Não precisa... O próprio PT entrou num lamaçal, ninguém precisa...

Eu queria lembrar também ao Deputado que já saiu aqui, Deputado Júlio Delgado, que ninguém quer pegar o PT, não, nem cachorro magro. Até o PMDB, que era aliado de vocês, quer ficar longe. Todo mundo quer ficar longe daquilo que destruiu o País. Nós não queremos.... Eu entendo, Deputado, que V.Exa. é uma pessoa de bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Delegado Waldir, queira concluir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu vou concluir. Algumas pessoas de exceção no PT são pessoas de bem, mas em alguns momentos, se alguém gritasse "*Pega ladrão!*", não iria sobrar ninguém. Eu vejo, realmente, dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Concluiu?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está bom, Sr. Presidente, eu vou concluir.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Deputado, eu vou elaborar um requerimento para o Instituto Fernando Henrique para V.Exa. assinar junto comigo, está bom?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo, mas para falar da PETROBRAS, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Não havendo mais nenhum inscrito, está dispensado o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz. V.Sa. está dispensado.

Peço para que venha ao plenário o Sr. Newton Carneiro da Cunha, ex-Presidente do Conselho de Administração da Sete Brasil.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, desculpe-me, não sei se cabe, mas eu gostaria de fazer uma verificação de quórum desta sessão para ver se ela continua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Não, nesta sessão, em se tratando de oitiva, não há necessidade de quórum.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Se não há necessidade de quórum, então, não tem por que nós ficarmos aqui também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O.k. O quórum é para sessões deliberativas; para oitivas, não há necessidade de quórum.

Com a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Enquanto o próximo depoente vem a este plenário, eu quero anunciar que a bancada do Partido dos Trabalhadores vai entrar com um recurso em plenário diante da violação do devido processo legislativo, que aconteceu na última sessão, pelas razões que nós já aduzimos aqui no início da presente audiência pública.

Então, nós vamos entrar, sim, com um recurso por conta da violação do Regimento Interno desta Casa, sobretudo no tocante às votações em bloco.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É o *jus sperniandi*, nobre Deputado, é o juízo *jus sperniandi*. Agora, já se concretizou. Depois do leite derramado, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado, vamos respeitar o direito de cada Parlamentar, inclusive...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só estamos contradizendo, nobre Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - ... inclusive o seu direito de reclamar.

Vamos dar prosseguimento, até porque, pelo visto, o quórum está reduzido, o interesse está baixo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está tão baixo que V.Exa. virou Presidente, Relator, 1º Vice, 2º Vice, 3º Vice! V.Exa. é Relator e agora está presidindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Pois é, vamos em frente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É tanta gente para ser ouvida aqui, para falar mesmo o que tem que falar!

O SR. DEPUTADO IZALCI - A pressão é forte para não falar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É verdade, Sr. Presidente. Nem o depoente quer vir, Presidente! Mande trazê-lo por condução sob vara!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Veja V.Exa. que o depoente esperou mais de 4 horas, e ainda com esse quórum mínimo. Isso depõe contra a CPI. Convenhamos que V.Exa. está fazendo um papel hercúleo, substituindo a todos, mas nós que convocamos estamos aqui, mesmo fazendo essa ponderação de que o depoente já chega para depor, para prestar esclarecimentos, combatido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Nós resistimos a sessões aqui que duraram 8 horas. Os depoentes resistem umas quatro horas e meia, com certeza.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, a título de sugestão, V.Exa. poderia convocar um dos Deputados presentes para ocupar a posição de presidente- auxiliar, neste momento, considerando que V.Exa...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O que eu estou querendo deixar claro, Presidente, é que V.Exa. não pode ser Relator e Presidente. Não que lhe falte capacidade. Pelo contrário, V.Exa. tem feito manobras fantásticas! E eu, como seu admirador, não poderia deixar de ressaltar isso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Até para segurar o Delegado Waldir para falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu proponho que o Deputado Paulo Magalhães presida a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Em homenagem ao Deputado Ivan Valente, convido V.Exa. para presidir a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Deputado Luiz Sérgio, vamos fazer pela idade. E pela idade o Presidente tem que ser ele! *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu fiquei sabendo que o Deputado Paulo Magalhães é o autor do requerimento. É isso?



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - É exatamente por isso que aqui estou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço que convoque o Presidente para vir para cá, então — o Deputado Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ou que outro Deputado ocupe a Presidência. O Deputado Izalci, ou o Deputado... É para tornar igualitário. O Deputado Izalci poderia ocupar a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Vamos dar prosseguimento.

Nós estamos aqui com o Sr. Newton Carneiro da Cunha, ex-Presidente do Conselho de Administração da Sete Brasil.

V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha. E, nesse sentido, recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.

Convoco V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do dispostos nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas culminadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal, e pela prática do crime previsto no art. 4º, II, da Lei nº 1.579, de 1952.

V.Exa. lerá o juramento.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Sa. dispõe de 20 minutos para fazer o pronunciamento inicial da sua oitiva.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - O.k. Obrigado, Deputado. Boa tarde, Excelências! Só vou usar a apresentação. E, aí, eu acho que é melhor partir para a oitiva, que eu acho melhor. Mas, de qualquer forma, eu entrei na PETROBRAS em 1975, por concurso público na área técnica. Entrei na PETROS em 2003 — PETROS é o fundo de pensão dos funcionários da PETROBRAS. Assumi a Diretoria Executiva da PETROS em 2007, entre diretor administrativo, diretor administrativo financeiro e diretor de investimento. Saí da Diretoria da PETROS em março deste ano, no vencimento do meu mandato. Como administrador, fiz vários cursos de especialização: MBA em Gestão Financeira; MBA



em Tecnologia de Informação; MBA em Gestão Contábil; MBA em Gestão Previdenciária. Fiz Mestrado de Previdência Social e Complementar na Universidade de Alcalá da Espanha. E, atualmente, curso um curso de Mestrado em Finanças, na FUCAPE, no Espírito Santo, além de ser gestor homologado pela CVM. Nesses últimos 15 anos eu fui de vários conselhos: membro de Conselho de Administração do INEPAR, Termobahia, CONTAX, LUPATECH, ROMI, Norte Energia e certamente em Sete Brasil, onde eu fui da Presidência do Conselho da Sete Brasil até março, até o final do mandato, agora em abril de 2015, da sua fundação até 2015. Além disso, eu fui membro do CGPC, o antigo Conselho de Gestão da Previdência Complementar. Fui do ISS, e também membro do atual CRPC, até a minha saída da PETROS, onde eu era representante do CRPC; e pedi para sair por conta da saída da PETROS. Eu acho que essa é a trajetória, mais para conhecimento, para saber das minhas coisas, e fico à disposição de V.Exas. para o que puder responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Sa. disse, entendi, que ia passar uma projeção.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, não. Eu acho que essa primeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Passamos, então, aos Sub-Relatores.

Sub-relator Bruno Covas, ausente; Sub-relator Prascidelli, ausente; Sub-relator Altineu Côrtes, ausente; Sub-relator André Moura, ausente; Sub-relator Arnaldo Faria de Sá, ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu indago a V.Exa. se eu posso ser o Relator *ad hoc* do Deputado Bruno, que teve um compromisso inadiável, como já é tradição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Neste caso específico, o prazo dos 5 minutos são para os Sub-relatores. Não houve...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na última sessão, eu falei em nome do Sub-Relator que estava ausente, como Sub-Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mas houve uma indicação.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães, autor do requerimento, pelo prazo de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Dr. Newton, o senhor chega aqui de uma maneira diferente. Não vem lastreado no *habeas corpus*. Isso já fortalece o seu depoimento, e acredito que os meus pares também pensam dessa forma. Quando convoquei V.Sa., fiz uma pesquisa no histórico de sua vida, e senti necessidade de convocá-lo ou convidá-lo porque achei que seria importante, um homem com o seu gabarito, com a sua história, não podia ver a sua história jogada na lama. E acredito que V.Sa. tem hoje a oportunidade de relatar para esta CPI, para esta Casa e para o Brasil muita coisa que ficou colocado aqui — e, evidentemente, em sendo o senhor o presidente do conselho, com a sua anuência. Por tudo que aconteceu em termos de Sete Brasil, de contratos, de percentual de comissão, tudo o que aqui foi delatado pelo Sr. Barusco, evidentemente, e agora com o silêncio do ex-presidente, eu vejo que V.Sa. é a pessoa indicada para nos dar o depoimento sobre tudo isso que se diz de Sete Brasil e dos problemas criados para o Brasil.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Bom, Excelência, Deputado Paulo Magalhães, obrigado pela oportunidade, que achei importante. Eu não sabia da oitiva anterior, porque estava na sala lá e não sei o que aconteceu. Mas, de qualquer forma, eu estou aqui disposto para falar tudo que sei a respeito do tempo em que fiquei como presidente do Conselho da Sete Brasil. É uma empresa que foi criada e constituída para tirar uma lacuna que existia neste País. Porque nós não éramos construtores de sondas neste País, e a Sete Brasil foi criada em cima de uma legislação de conteúdo nacional, colocada pela ANP, em que se deu oportunidade de gerar vários empregos e melhorar a performance do Brasil nesse campo, aumentar a questão tecnológica. Se se pensar que uma embarcação usa tecnologia igual à da aviação, por exemplo, e mais ainda avançada do que a da aviação, na parte de mar, nós temos muito pouco produzido neste País sobre isso. Então, nós necessitávamos de uma empresa como essa. A concepção dela, então, foi nesse sentido. A Sete Brasil foi criada para isso. Os contratos realizados lá, pela Sete Brasil, foram feitos quando se iniciou a questão da Operação Lava-Jato, as denúncias da Operação Lava-Jato, em 2014, e depois do acordo de colaboração premiada do Sr. Barusco. Daí nós ficamos... Isso foi em maio de 2014. As declarações dele, acho, foram de novembro de 2014. A Operação Lava-Jato



começou em maio de 2104, e as declarações do Barusco foram dadas em novembro de 2014. E, na Sete Brasil, nós viemos a ter conhecimento, tanto que a diretoria executiva levou isso para o conselho de administração em novembro de 2014. Mas antes mesmo de ter essa questão, a direção executiva da época levou ao conselho, e nós, em conjunto com a direção executiva, determinamos que fossem feitas várias revisões dos contratos. Contratamos auditoria, contratamos serviço de escritório de advocacia para rever os contratos, para ver se tinha alguma coisa. E nada nesses contratos foi achado, ou que tivesse algum desvio ou que tivesse alguma coisa, conforme V.Exa. me perguntou sobre desvio ou pagamento de alguma coisa. Isso não existiu. Nós não tivemos conhecimento absolutamente nenhum de nenhum desvio nesses contratos. A única coisa que tem é o que o próprio Sr. Barusco denunciou ter recebido propina. E, na declaração dele, ele afirma que a diretoria executiva, que o conselho de administração, que os investidores não sabiam o que foi feito por fora dos contratos.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu custo a acreditar que um homem com a bagagem do senhor, ao ver um montante de contratos como aqueles, não ia...

O que ficou evidenciado nas apurações? Nada?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Nas apurações realizadas não ficou evidenciado absolutamente nada. Tanto que as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis e financeiras de 1024, auditadas pela Price, que é a mesma auditoria que fez o levantamento das contas, ela fez todo esse levantamento dos contratos... E mesmo os escritórios, tanto de auditoria quanto de advocacia, que fizeram o levantamento nos contratos, a pedido da direção e com o apoio do conselho de administração, não encontraram absolutamente nada, nada de desvio.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Dr. Newton, e como é que Barusco vem aqui, diz e devolve 100 milhões de dólares, dizendo que eram provenientes das operações de Sete Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua, Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Convenhamos que nós temos razão, e acredito que ninguém melhor do que o senhor, com o seu talento, com a



sua presteza e o seu conhecimento de causa... Daí por que volto a dizer que convidei o senhor: porque tenho certeza de que o senhor é a pessoa mais indicada para dar as explicações, até do caráter do Barusco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Nada a declarar?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Assim... Eu acho, Excelência, que a Sete Brasil também é vítima disso. Eu acho que esta Comissão — e estou aqui para colaborar no que for necessário — é muito importante para que seja descoberto qual foi o formato em que foi feito isso, para que isso não possa acontecer. Eu acho que o malfeito... E, se tem malfeito, ele tem que ser apurado. Não pode se sobrepor sobre o que é a empresa, qual é o dever da empresa fiduciária. Por isso que eu acho que são de muita importância, de grande importância as investigações aqui, e que cheguem a descobrir o que realmente aconteceu. Agora, o que eu posso afirmar e confirmar a V.Exa. é que tudo que foi necessário, na forma de fazer, de levantar, de rever os contratos para saber se tinha algum malfeito, e isso interessa para a gente que apareça... Interessava à época, não é? Eu posso falar porque na época eu estava à frente. Interessava em saber. Porque eu acho que todos nós queremos saber como foi feito isso para evitar que volte a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua, Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas o senhor continua responsável porque era o presidente do conselho na época.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim, sim, com certeza. Eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Bom, dando prosseguimento à lista de inscrição, e lamentando, porque, quando temos um depoente com disposição de falar, temos poucas pessoas para perguntar... Talvez, se ele tivesse feito a opção de ficar calado, nós teríamos um auditório mais aguerrido no apelo para que ele pudesse falar.

Deputado Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Izalci, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, em função da colocação de V.Exa., eu vou refirmar o meu pedido. Na oitava anterior, o Presidente me deu a palavra para



falar em nome, *ad hoc*, do Sub-Relator. Como o objetivo aqui é perguntar e esclarecer, eu acho que V.Exa. poderia abrir essa possibilidade, já que V.Exa. mesmo está desafiando as perguntas. Eu tenho muitas perguntas para fazer, e não consigo fazer em 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O tempo de V.Exa. está correndo, e um dos grandes questionamentos na sessão de hoje é que, inclusive, um Deputado tinha falado como Líder sem o documento que o oficializava enquanto Líder. Então, eu seguirei rigidamente, de acordo com o Regimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa., então, precisa estar mais informado porque a documentação está aí. Ambas, tanto da Minoria quanto do PSDB, que vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Exa. já falou enquanto Líder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Pela Minoria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E vou falar depois como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Uma coisa é Líder, outra coisa é Líder *ad hoc*, enquanto Sub-Relatoria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pela Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu não vou ficar batendo boca com V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, não desafie o Plenário com essas colocações de V.Exa.!

Eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - A realidade fala mais alto. O plenário está vazio diante de um depoente que se dispôs a colaborar e falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, inicie o meu tempo para que eu possa fazer o meu...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Talvez pedindo uma acareação entre o Sr. Barusco, o Dr. Newton e o Dr. João Carlos, que esteve aqui e ficou calado; talvez em uma acareação ele diga alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Oficialize na Secretaria da Comissão.



Com a palavra, por 3 minutos, como inscrito, o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu gostaria que V.Sa. anotasse, porque são muitas perguntas, e eu não posso deixar de fazê-las.

Primeiro, eu perguntaria a V.Sa., se V.Sa. é filiado a algum partido político. Qual? V.Sa. é filiado à CUT? E se exerceu algum cargo nessas instituições ou outras ligadas a sindicatos ou federações dos trabalhadores. Se V.Sa. conhece José Sergio Gabrielli, Graça Foster, Dilma Rousseff, José Eduardo Dutra e João Vaccari Neto.

Em depoimento à CPI, Pedro Barusco confirmou que, enquanto dirigente da Sete Brasil, pagava percentual de propina a João Vaccari Neto. V.Sa. tinha algum conhecimento sobre isso? Participou de reuniões para discutir assuntos da Sete Brasil com Pedro Barusco ou com Graça Foster ou com José Sergio Gabrielli?

Pergunto ainda: V.Sa. não enxerga um possível conflito de interesses em acumular a presidência do conselho de administração da Sete Brasil, participar da diretoria da PETROS, que tem investimentos na Sete Brasil, e na própria PETROBRAS?

V.Sa. entende adequado ter todos esses vínculos e ainda ser ligado ao Partido dos Trabalhadores? Se é que V.Sa. confirma... As decisões de V.Sa., no seu dia a dia, não ficam, assim, de certa forma comprometidas, participando de todas essas instituições ao mesmo tempo?

De acordo com os números de que dispomos, em 2013 a PETROS apresentou um déficit de 2,3 bilhões de reais. Pergunto se é correta essa informação. O retorno da gestão dos investimentos realizados foi negativo nesse caso.

V.Sa. poderia nos apontar os investimentos feitos pela PETROS e já identificados nas investigações da Operação Lava-Jato como suspeitos? Poderia dizer se a PETROS já foi notificada pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público para dar alguma explicação sobre esses investimentos? V.Sa. poderia nos fornecer mais detalhes a respeito desses investimentos?

V.Sa. confirma que, em uma reunião extraordinária do conselho deliberativo da PETROS, que foi convocada no dia 7 de janeiro de 2015, V.Sa. confirma que o



tema a ser discutido nessa reunião seria a aprovação de três novos nomes para compor a diretoria do fundo? V.Sa. confirma que essa reunião aconteceu?

V.Sa. confirma que a convocação dessa reunião decorreu do fato de que a PETROBRAS estendeu para a PETROS a investigação realizada nos escritórios da Trench, Rossi e Watanabe e da americana Gibson, para apurar a natureza, a extensão e o impacto do esquema de corrupção, tendo em vista o depoimento já prestado em razão da Operação Lava-Jato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, V.Exa., a partir de agora, tem 8 minutos como Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou concluir a pergunta, Sr. Presidente.

V.Sa. pode dizer se houve alguma mudança na diretoria da PETROS neste ano de 2015?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Desculpe-me, eu não entendi.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pergunto se houve alguma mudança em 2015 na diretoria da PETROS.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - O.k.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Última pergunta. O BTG já registrou no balanço do primeiro trimestre deste ano uma baixa, por perda do valor do seu investimento, de 280 milhões de reais, ou seja, um ajuste de 25%. Se a PETROBRAS adotasse o mesmo critério do BTG, registraria uma baixa na ordem de 200 milhões de reais. A PETROS, do mesmo modo, registraria uma baixa de 340 milhões de reais.

V.Sa. saberia dizer se a PETROS provisionou essa perda? V.Sa. sabe quais seriam os interesses da PETROS, da Sete Brasil, da PETROBRAS e do PT?

Essas são as minhas indagações.

Após a resposta, eu falarei pela Liderança.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Deputado Izalci, não sou filiado a partido. Na CUT não se tem filiação. A filiação da CUT é pelos sindicatos. Sim, eu fui de movimento sindical, da década de 90 até os anos 2000. Nos sindicatos, fui Secretário-Geral e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Petroleiros, por ser petroleiro. Então, fui engajado nisso. Se eu conheci Gabrielli, Dutra, Graça e Vaccari? Sim, todos eles eu conheci. Gabrielli, Dutra e Graça, pela força de ser indicado. O Diretor Executivo da PETROS é indicado pela direção da PETROBRAS.



Então, eu os conheci por isso. O Vaccari eu conheci na época do movimento sindical. Nunca me encontrei com o Vaccari para tratar de Sete Brasil ou de qualquer outro investimento. Essa foi a pergunta. V.Exa. perguntou se tem conflito de interesse entre Sete Brasil e PETROS. Pelo contrário: os fundos de pensão — e vou falar da PETROS especificamente —, nos seus investimentos, têm cadeira, assento, na empresa em que tenham feito investimento. Eles têm direito de participar do conselho. Nós indicamos. É indicado um representante da PETROS para o Conselho de Administração. Para repetir um ditado popular: é o olho do dono que engorda o boi. É por conta disso. Eu acho que isso é altamente válido. Então, não tem conflito de interesse. Na Sete Brasil, fui um dos membros indicados para estar no conselho de administração e lá me elegeram como presidente do conselho de administração da PETROS. Portanto, não tem conflito de interesses nesse aspecto. V.Exa. pergunta se é adequado eu ser de algum partido. Não, eu não sou mais filiado a nenhum partido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas já foi?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Já fui filiado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, quando foi isso?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Quando foi?

O SR. DEPUTADO IZALCI - E de qual partido?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Eu fui filiado ao PT — Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quando?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Até o ano passado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tinha entendido, no início, que V.Sa. não era filiado a nenhum partido.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, o senhor perguntou se eu era filiado. Eu não sou filiado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. se desfiliou agora?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Ano passado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Depois... Está bom.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - O.k.?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Algum motivo especial?



O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, negativo. O Deputado perguntou sobre o déficit na PETROS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - O déficit na PETROS é decorrente do plano de benefício definido que está sendo acertado. Não tem nada a ver com investimentos. Se tem investimentos identificados da PETROS na Lava-Jato, desconheço. Desconheço. Não tenho nenhum investimento que tenha ligação com a Lava-Jato. A minha saída da PETROS. De fato, em janeiro — em janeiro —, na virada do ano, foi no dia 5 de janeiro, uma segunda-feira, eu fui avisado de que ia ser convocada uma reunião — e a reunião extraordinária do Conselho de Deliberação da Petros tem que ser chamada com 48 horas de antecedência —, que no dia 7 — eu fui comunicado no dia 5 — teria uma reunião do Conselho de Administração, quando seriam apresentados os novos nomes na direção executiva da PETROS, inclusive na substituição do meu nome.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Alegaram algum motivo por que foi afastado?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, não cabe o debate paralelo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É só o complemento da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Exa. teve 3 minutos, usou 4..

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. não quer esclarecer os fatos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Ele está respondendo. Se V.Exa. desejar... Se V.Exa. permitir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Mas V.Exa. está muito inflexível hoje, Presidente. Presidente ou o Relator. Não sei se é com o Presidente ou com o Relator que eu falo. V.Exa. neste momento é o Presidente ou o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu estou presidindo para ajudar os trabalhos da CPI. E gostaria que V.Exa., no mínimo, fosse educado e me respeitasse.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só estou perguntando se V.Exa. está falando como Relator ou não, porque Relator precisa de mais esclarecimentos. Eu estou perguntando para facilitar o trabalho de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Se eu precisar de mais informação e precisar de um auxiliar, terei a humildade de convidar V.Exa., Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E eu receberia o convite com o maior prazer. Pois não.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Então, continuando: eu tinha uma reunião convocada no dia 7 para acertar a saída. O nosso — abrindo um parênteses — mandato atualmente hoje na Petros, da direção executiva, é de 1 ano. Então, ele é renovado anualmente. A direção é renovada anualmente. Então, estava vencendo o mandato. Mas naquele momento eu iria sair antes de terminar o mandato. Eu levantei um questionamento que seria muito ruim sair naquele momento, naquele dia 7 de janeiro, por conta das investigações que estavam acontecendo, pois eu ia sair como se tivesse culpa por alguma coisa. Então, foi revista essa posição. Tanto foi revista que a reunião foi suspensa e, depois, foi acordado que sairíamos quando não houvesse nenhuma tentativa de dizer que estava saindo por conta desse motivo. Foi isso que, de fato, aconteceu. E eu vim a sair no mês de março, numa posição negociada de saída. Certo? Sim. A penúltima pergunta do senhor é sobre mudança na direção da PETROS. Sim, a direção da PETROS mudou no último dia 2 de março de 2014. Toda a diretoria que estava saiu naquele momento. Embora naquele momento, da diretoria, era só o Presidente e eu que acumulávamos os outros cargos de direção. E sobre o BTG, quanto à perda registrada pelo banco, um banco registra as suas contas de maneira diferente da de um fundo de pensão. A nossa parte de fundo de pensão ainda é um investimento. Eu não tenho como registrar nem lucro e nem perda em função do investimento feito na Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, V.Exa. tem 8 minutos como Líder. E não cabe pergunta neste momento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se ele quiser responder, que responda. Não vou perguntar, mas apenas fazer uma complementação: o motivo de desfiliação do PT foi exatamente quando V.Sa. saiu da Sete Brasil?

Quero aqui parabenizar o autor do requerimento. Essa questão da PETROS é fundamental. Eu acho que há conflito de interesses sim. Quando você representa a



PETROS na Sete Brasil, sendo V.Sa. também Presidente da Sete Brasil, pode chegar a um determinado momento em que se deve tomar uma decisão, porque um é o investidor; o outro é a empresa que está tocando os negócios. Então, há conflito de interesses. Pode ser que o fundo, a PETROS, não tenha interesse em aplicar aquele investimento — como, de fato, podemos constatar aqui que os prejuízos foram grandes —, mas exatamente defendendo o projeto da Sete, pela Sete, há interesse realmente de investimento. Então, há conflito sim.

Agora, o que está acontecendo no Brasil desde essa época, principalmente de 2003 para cá, quando, segundo o Ministério Público, montou-se uma quadrilha na PETROBRAS para assaltar o País. A questão é que os fundos de pensão — e basta ver a PETROS, basta ver também agora a dos Correios e todas elas praticamente — sempre sofreram influência política exagerada. Não cabe a pergunta aqui, mas o que a gente percebe é que não é opção dos fundos de pensão fazerem esses investimentos — é uma determinação.

O que este Governo faz com relação aos fundos de pensão? Ele indica os seus diretores, todos, e indica quais as ações ou quais os investimentos que devem ser feitos e que causam tremendo prejuízo para o País.

Então, acho que é um assunto que merece uma CPI específica, uma CPI dos fundos de pensão, que estão todos quebrados. Ontem mesmo estive com uma aposentada dos Correios, uma aposentada cujo salário já foi reduzido e ainda querem cobrar dela, aumentar as contribuições em 35% dessa aposentada, para cobrir o rombo do fundo dos Correios. Da mesma forma, foram mais de 5 bilhões de prejuízo do fundo de pensão dos Correios. E a PETROS não fica também muito longe: está aqui um prejuízo em torno de 2 bilhões e 300, em 2013.

Agora, no balanço, apesar de ser um investimento, tem-se o preço de mercado e, quando se fecha o balanço, deve-se provisionar as perdas, independente de ter liquidação do investimento. Você já tem que fazer a provisão anualmente nos balanços para sinalizar os investidores.

Então, no Brasil, essa questão dos fundos de pensão virou brincadeira. Você mexe com o futuro da vida das pessoas. As pessoas acreditam que, quando se aposentarem, vão ter a sua remuneração preservada. E ao que nós temos assistido no Brasil é que os fundos de pensão, de um modo geral, aqueles que têm



interferência direta do comando do Governo, têm gerenciado muito mal os seus investimentos, causando prejuízos imensos, com investimentos podres, inclusive. Existem compras de ações inclusive aqui, da Lava-Jato, que foram patrocinadas pelo Youssef — compras, investimentos da PETROS, dos Correios, que investiram por meio da corretora do Sr. Youssef.

Então, Sr. Presidente, o que a gente precisa fazer, talvez, é um dia chamar alguns diretores ou presidentes de alguns fundos de pensão, especialmente esses que investiram na Operação Lava-Jato, que estão envolvidos na Operação Lava-Jato, para a gente passar um pouquinho a limpo essa questão dos fundos de pensão.

Eu vi agora recentemente — e, lamentavelmente, o Tribunal de Contas se deu por impedido de fiscalizar os fundos de pensão — um processo de 250 volumes sobre um fundo de pensão canadense que investiu aqui no Brasil nos fundos da ELETROBRAS. Ele comprou debêntures que depois não foram convertidas em ações e está aí há 10 anos lutando para receber esse dinheiro que foi investido no Brasil. E, depois de 10 anos, o Tribunal de Contas simplesmente disse que não tem competência para fiscalizar fundos de pensão.

E é o que está acontecendo em todos eles. O esquema que foi montado nos fundos de pensão, de um modo geral — não estou dizendo só da PETROS, não; mas de vários, todos vinculados ao Governo —, é semelhante ao que foi montado nessa quadrilha da PETROBRAS. Há um esquema todo montado, no qual o Governo define os seus gestores, define os investimentos que têm que ser aplicados sem sequer ouvir os representantes de fato dos trabalhadores. Basta ver aí as últimas assembleias de vários fundos de pensão, todos eles reclamando realmente em função dos resultados negativos que prejudicaram imensamente a população.

Então, eu sei que não é o motivo desta CPI e não se tem tempo suficiente para fazermos perguntas sobre os fundos de pensão, porque caberia aqui um dia para a gente discutir essa questão dos fundos de pensão, principalmente da PETROS e da POSTALIS, que são os dois alvos diretos. Mas há também a PREVI. E aqui temos, inclusive, investimentos do FGTS na Sete, que é o fundo dos trabalhadores de infraestrutura. E foram investidos na PETROBRAS — estão listados aqui os investidores —, do fundo do FGTS, 3 bilhões e 26 milhões. Está



aqui também o investimento feito pela PREVI, do Banco do Brasil: 183 milhões. Foram investidos na PETROBRAS 789 milhões. Pela PETROS, 1 bilhão e 365 milhões; pela FUNCEF, que é da Caixa Econômica, 1 bilhão e 377 milhões; pelo BRADESCO e fundos — porque o BRADESCO também administra diversos fundos —, 2 bilhões e 49 milhões.

Como é que esses investidores, que esses fundos, agora, vão cobrar do trabalhador? É isso que está acontecendo. Eu fiquei estarecido ontem — não foi só o aposentado, não. A proposta para recuperar os prejuízos do investimento na Lava-Jato foi de 35% para os aposentados e de 25% para aqueles que ainda estão na ativa. Estão querendo cobrir o rombo. Então, o rombo dos fundos de pensão, hoje, está sendo atribuído e repassado para o trabalhador que sonhava um dia ter o seu salário preservado em função da sua aposentadoria.

Portanto, Presidente, é lamentável que a gente não tenha condições de apurar tudo isso. Eu tenho outros requerimentos que precisam ainda ser aprovados, para a gente, realmente, aprofundar um pouco mais essa questão da gestão dos fundos de pensão.

Então, era isso. Eu agradeço a paciência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Leo de Brito. V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, além de estar convencido do caráter seletivo dos meus colegas da Oposição, agora estou convencido, cada vez mais, de que querem transformar esta CPI na segunda “CPI do fim do mundo”.

Mas quero fazer as perguntas ao Sr. Newton Carneiro da Cunha, antes também registrando a ausência dos Parlamentares. Este plenário esteve tão lotado há pouco, quando tivemos um conjunto de reclamações acerca do fato de o depoente anterior não ter falado, mas, agora que temos o Sr. Newton aqui para poder esclarecer todas as situações, verificamos a ausência daqueles que estavam, de maneira muito combativa, fazendo perguntas ao depoente anterior.



Mas eu quero fazer algumas perguntas. Os colegas da Oposição têm expressado diversas vezes que a Sete Brasil foi criada para literalmente saquear a PETROBRAS. Eu queria que o senhor falasse sobre isso, para esclarecer a população.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, eu acho que está é a oportunidade que temos aqui, todos, de esclarecer isso e de mostrar, dar o rumo certo para a empresa. Acho que isso é importante. A sua pergunta vem no sentido de desmontar uma ideia de que a Sete foi criada para fazer alguma coisa contra a PETROBRAS. Pelo contrário, quanto à concepção da Sete, ela foi criada para desonerar a PETROBRAS da construção dessas sondas, ou para que essas sondas fossem compradas no exterior. Se a gente pensar aqui, o pré-sal é uma coisa muito recente — e estamos falando da década passada, da descoberta do pré-sal e do que significa isso. Se pensarmos que, na década de 90, existiam no mundo, acho, sete ou oito sondas dessas que nós estamos fazendo hoje; que a Sete estava programada para fazer contratos de 28 sondas com a PETROBRAS, mais uma que ela iria fazer, num total 29; e que não tinha onde fazer isso no Brasil, então ela foi criada para isso, em acordo com a PETROBRAS, para desonerar a PETROBRAS e fazer isso daí, estamos falando em melhorar a qualidade naval neste País, de induzir — porque os elementos de uma plataforma são muitos —, para que pudessem ser feitos dentro do País. Tem uma lei do conteúdo nacional que veio ajudar — e muito — nisso e que determina que 55% das primeiras sondas até 65% das últimas sondas que estavam contratadas tivessem o conteúdo nacional. Necessariamente, há uma obrigatoriedade de que façamos as coisas dentro do País. Isso gera empregos, isso gera uma economia. Os números devem ter sido mostrados aqui pelo executivo da empresa, mas é algo em torno de quase 140 mil empregos diretos e indiretos, numa situação em que a gente vinha da indústria naval nacional falida, né. Muito pouco era produzido. Então, a Sete vem com essa perspectiva de fazer, pensando principalmente no desenvolvimento tecnológico. Acho que isso é de muita importância. Então, acho, excelência, se aqui temos a chance de descobrir se tem malfeito, devemos fazer com que as pessoas que fizeram o malfeito paguem por isso. Agora, o que não pode pagar é a indústria nacional, o que não pode pagar são os trabalhadores que padecem por conta disso.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, o meu tempo terminou. Eu queria fazer, em bloco, as perguntas que restam para ele responder.

O senhor falou que foi feita uma auditoria na Sete Brasil e que não foi descoberto nada. Então, em relação a esses escândalos de corrupção que são afirmados pelo Sr. Barusco; isso aconteceu aonde? Fora? Como é que foi isso? É algo isolado, se aconteceram, ou é sistêmico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Leo, eu pediria a V.Exa. que pudesse fazer todas.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não, já estou perguntando.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu gostaria também da mesma tolerância — viu, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O Deputado Izalci falou aqui e fez diversas perguntas aqui por minutos a fio.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não, senhor.

Qual era o papel do Conselho de Administração da Sete Brasil? E qual o papel dele inclusive para investigar esses ilícitos? E, atualmente, quais são as perspectivas da Sete Brasil? É uma preocupação que os trabalhadores e que o Brasil têm, sobretudo porque é sabido que tem um problema relacionado a crédito para a realização das sondas. Queria que o senhor respondesse. Muito obrigado.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - O.k. Exato, excelência: foi feita uma auditoria. Fora a auditoria normal, foi contratada uma auditoria. Foram contratados escritórios de advocacia tanto brasileiros quanto americanos, para saber se não estavam feridas nem as leis brasileiras e nem as leis de Nova York, que estavam colocadas. Foi feita uma auditoria nos documentos e nos *e-mails* eletrônicos de toda a Sete Brasil para descobrir se tinha alguma coisa de errado. Os relatórios estão lá e nada foi achado. E foi feito, inclusive, em abertura de *e-mails* de dentro da empresa, de todos os participantes. O papel do CA numa empresa de capital aberto é o de cuidar da gerência dos grandes projetos. Os projetos chegam, tem a diretoria executiva que executa, faz e determina, e as grandes políticas de governança, de investimentos, passam pelo conselho. Então, o conselho vê tudo sobre isso. Qual foi o papel que nós tivemos? E isso eu fiz até quando estava no



Conselho da Sete Brasil: a diretoria executiva atual promoveu vários questionamentos e levou várias coisas para que fossem levantadas e sobre elas fizéssemos investigações. E nós concluímos. Foi aprovado o Comitê de Ética. Foi aprovado o Comitê de Auditoria, para auxiliar o Conselho de Administração nisso. Então, esse é um papel institucional do Conselho de Administração. Qual é a perspectiva no futuro da Sete? Na semana passada — e eu acho que o Presidente esteve aqui numa oitiva há uns 15 dias, o Presidente da Sete Brasil, Luiz Carneiro — ele falava de uma perspectiva de novos financiamentos. Na semana passada foi noticiado pela imprensa que Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander iam e estão negociando uma linha de crédito de 4 bilhões de dólares, para fazer frente, com a não entrada do BNDES, a esse empréstimo à Sete Brasil. E, isso acontecendo, certamente, com a empresa hoje colocada, as 17 sondas que estão em construção seriam retomadas. Algumas estavam paradas, mas, certamente, para as que estão paradas, a construção seria retomada, dando uma perspectiva assim de continuidade da empresa para todos nós. E aí eu digo “todos nós” como investidores, todos os investidores. É o que queremos, porque a perspectiva de recebimento ainda continua presente — refiro-me a esse investimento. E eu acho que, para o País, como já disse, é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Dando prosseguimento à lista de inscrição, Deputado Celso Pansera. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Newton, eu queria primeiro colocar o seguinte: no seu currículo inicial, S.Sa. não citou que era representante dos aposentados e pensionistas da FUP. O senhor citou isso depois? O senhor é representante?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Fui. Fui representante dos aposentados na Federação Única dos Petroleiros. Fui. Então, eu esqueci. Desculpe.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Certo. É importante, inclusive, ter dito que foi representante do SINDIPETRO também, não é?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Eu fui Secretário-Geral.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Secretário-Geral?



O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Exato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Então, eu queria colocar o seguinte: a questão que o traz aqui hoje deve ser em relação — e algum convocante que já não está mais aí — ao fato de que a PETROS entrou na mira da auditoria da PETROBRAS e também da Operação Lava-Jato depois que o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, um dos auxiliares do doleiro Alberto Youssef, disse em depoimento que dirigentes da PETROS receberam parte de uma propina de 500 mil reais para fechar um investimento de interesse do esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Polícia Federal. A PETROS teria perdido 13 milhões com a operação.

E vou perguntar logo tudo, porque meu tempo é curto. Aí V.Sa. responde e, depois, vou usar o meu direito de réplica.

O advogado disse que o tesoureiro João Vaccari ajudava a influenciar negócios de Youssef na PETROS e em outros fundos de pensão. Então, eu queria perguntar o que S.Sa. tem a dizer dessa denúncia e quem é o advogado. V.Sa. o conhece ou conhece esse caso, já que era Presidente do Conselho?

E também tem o caso da Lupatech, pois V.Sa. também era da Diretoria. A empresa está em recuperação judicial. É outro caso em que há problemas de caixa. Então, quero que V.Sa. fale disso.

Terceiro: V.Sa. falou de uma auditoria da Sete Brasil realizada pela Price. Agora, eu já perguntei aqui a vários Diretores — que negaram, mas depois mandaram uma retificação — sobre se a Sete Brasil pediu uma auditoria para a Kroll investigar o Sr. Pedro Barusco. O senhor tem conhecimento dessa auditoria pela Kroll?

Finalmente, eu queria depois ter um tempinho só para fazer a réplica, Presidente.

Não entendi por que V.Sa., perguntado se milita num partido político... Eu quero dizer que eu milito. Na clandestinidade, fundei dois; militei 25 anos no PT e dez no PSOL. Então, não vejo nenhum problema as pessoas militarem nos partidos políticos. Acho até que devem militar. Mas não devem cometer delitos, logicamente, pois é um dever até cívico ou direito. A filiação de V.Sa. é da data de 16 de setembro de 2001. Aqui é o que consta nos registros. Mas o cancelamento não foi



no ano passado, foi agora no dia 2 de junho de 2015 — portanto, há 15 dias. V.Sa. poderia esclarecer isso? V.Sa. acabou de responder a outro Deputado dizendo que foi no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Concluindo as perguntas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por que essa desfiliação nos últimos 15 dias?

Obrigado, Presidente.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - O.k. Excelência, Deputado Ivan Valente, eu não conheço esse advogado Carlos Pereira da Costa, que fala que recebeu, que teve denúncia. Na PETROS, também foi levantado, foi feito, para saber se tinha alguma relação com qualquer investimento que tenha tido a PETROS; e não aparece, não consta. Então, de fato, teríamos que saber, ao final da delação, do inquérito da Polícia Federal — eu acho que tem um inquérito da Polícia Federal que investiga esse caso —, para saber, de fato, se alguma coisa com a PETROS. Mas lá na PETROS nós não identificamos absolutamente nada a respeito desse...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E sobre a questão da perda dos 13 milhões da PETROS, com essa operação investigada pela Polícia Federal; vocês do Conselho não tomaram ciência disso?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, na PETROS eu era Diretor. Nessa época, eu não era do Conselho; eu era da Direção. Não tem um investimento ligado direto a esse que se está dizendo. Nós temos vários investimentos. A grande maioria deu certo e alguns não deram certo. Pode ser que esse seja um desses. Eu não sei informar ao senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas esse do Alberto Youssef, que era uma propina de 500 mil, chegou a ser ventilado na PETROS?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não. A gente conhece isso através do que saiu na imprensa. Não tem absolutamente nada em que isso apareceu em qualquer momento, em qualquer investigação feita na PETROS.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na Diretoria ou no Conselho?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, em absoluto, não tem. Sobre a Lupatech, realmente a Lupatech era um dos investimentos que a PETROS fez antes. Ela está em recuperação judicial. O maior problema da Lupatech foi que era



uma empresa concentrada, única e exclusivamente, em 80% a 85%, em vendas para a PETROBRAS, venda de equipamentos para a PETROBRAS. E, quando veio a recessão, ela diminuiu, teve problema de caixas — a LUPATECH. E com a diminuição de pedidos, com a empresa só focada na PETROBRAS, ela teve dificuldades e tem lutado para sair. Nós saímos desse investimento no ano passado. No ano passado foi quando nós saímos desse investimento da Lupatech. Tivemos prejuízo, sim, nesse investimento, mas ele está todo colocado, todo auditado. A auditoria na Sete da Price. A auditoria da Price é aquela que chama auditoria formal. Aqui é uma empresa que, obrigatoriamente, deve ter uma auditoria. Foi a Price que fez a auditoria das anotações contábeis de todos esses anos, inclusive no de 2014 — refiro-me à Price. A Kroll foi, sim, contratada pela direção da Sete Brasil para fazer uma investigação específica na área da contratação de seguros, porque, na construção das sondas, há uma necessidade de que sejam seguradas, e a Kroll foi contratada porque havia uma suspeita — suspeita — de que houvesse algum problema nessas contratações de seguro. E a Kroll foi contratada para fazer esse levantamento específico nos contratos de seguro das sondas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas ela constatou alguma coisa? Ela apresentou um relatório?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Eu não sei se já apresentou relatório. Até a minha...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ela envolveu o Sr. Pedro Barusco? O senhor sabe?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não sei dizer. Não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ainda tenho a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - É que eu não tenho... Não sei se já foi entregue o resultado da Kroll para ela. Eu não tenho conhecimento. Como eu não estou mais na direção, não tenho conhecimento. Teria que perguntar, de fato, à direção da Sete Brasil e os resultados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E sobre a sua data de filiação e...



O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim, sobre a data de filiação, realmente eu fui filiado. Eu me filiei. Militei por muito tempo no partido e nos sindicatos. Filiei-me em 2001 e saí. Para mim isso é novidade, Excelência, e eu vou até verificar, porque o meu pedido foi entregue realmente no final do ano passado — a minha saída. E a saída foi por questões pessoais.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O cancelamento do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Ivan Valente, esta Presidência tem sido...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...foi feito no dia 2 de junho, há 15 dias atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - ...extremamente democrática.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem nenhuma coincidência com o seu chamamento à CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, pelo contrário. Eu tenho o protocolo para a entrega do ano passado. Por isso que eu preciso saber o porquê, de fato...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta, e ele não respondeu. Eu me lembrei que ele não respondeu agora. Posso cobrar dele? Fiz lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Quando terminarem os inscritos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Efraim Filho.
(Pausa.) Ausente.

Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Newton, meu nome é Delegado Waldir, Deputado Federal. Eu gostaria de saber qual era o seu salário na PETROS?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Na PETROS?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Trinta e seis mil reais.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E depois na Sete Brasil?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Na Sete Brasil o salário do Conselho tinha acabado de ser renovado. Era 8.500, passou para 9.600.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor acumulava esses dois vencimentos?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Acumulava esses dois vencimentos?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Quem indicou o senhor para a PETROS e para o Conselho de Administração? Qual a pessoa? Qual o agente político que indicou o senhor para esses cargos?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Para a PETROS a indicação veio da diretoria da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E quem era o diretor que indicou o senhor?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Na época, eu, agora, juro que não lembro se na época era o Dutra ou era o Gabrielli.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O Dutra ou o Gabrielli.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Exato.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E depois para o Conselho de Administração da Sete Brasil?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Aí o Conselho de Administração da Sete Brasil é uma coisa apartada, é diferente. Os cotistas, que são os investidores, eles indicam os membros do Conselho para irem para participar do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - E, no Conselho de Administração, tem uma reunião prévia dos cotistas, dos financiadores, chamados de cotistas, que indicam quem vai ser o Presidente do Conselho. Eu fui indicado nessa reunião dos cotistas.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Dos cotistas, no caso, o majoritário indicou, no caso, a PETROBRAS?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, não, lá não é... Como é a indicação por unanimidade, e cada cotista tem o seu percentual de voto, é por porcentagem de voto. Mas, no meu caso, fui indicado por unanimidade. Então, se for fazer na representação da PETROBRAS, a PETROBRAS no Conselho só tem 9% de representação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. O senhor trabalhou no Conselho de transição do Governo Lula para o Governo Dilma?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor trabalhou. A participação dos fundos de pensão no Conselho, na Sete Brasil, foi pedido de quem, do Presidente Lula, da Presidente Dilma? Quem pediu esse envolvimento dos fundos de pensão?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, ninguém pediu isso. Todo o critério de investimentos da PETROS passa por um rigoroso levantamento, estudos, pelo jurídico, por tudo, para saber se é um bom investimento. A nossa entrada na Sete Brasil ou como em qualquer outro investimento passa por vários critérios, comitês analisam, são colocados pareceres jurídicos, são feitos levantamentos de qual é o retorno, qual é o risco sempre.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Houve um pedido político?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Nenhum, nenhum.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - É só para ficar registrado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...eu pediria a V.Exa. a tolerância que o senhor deu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - É só para ficar registrada a tolerância que terei com V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado, V.Exa. é muito bondoso.



Eu gostaria de saber... Foi dito nesta Comissão por várias pessoas que não existe almoço gratuito. Eu percebi que o senhor foi o maior doador da campanha da Presidente Dilma, o maior doador fisicamente. O senhor trocou... Eu vi aqui que isso se refere a 25% praticamente do seu salário. Por isso que eu quis saber o seu salário. A doação do senhor foi de 25 mil reais. Por que o senhor fez a doação? Foi uma retribuição pelos cargos que o senhor estava recebendo? Qual a razão de o senhor ter sido o maior doador da Presidente Dilma? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Tenho. Eu acreditei no projeto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E o senhor se sente traído?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não se sente traído nesse projeto...

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ...com o envolvimento, com toda essa situação? Segundo a fala de que não existe almoço gratuito, é pouco comum a pessoa tirar 10 mil do seu salário, acho que o senhor deve ter filhos, eu não sei, filhos, neto, família.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tirar 10 mil? No meu orçamento se eu tirar mil reais a patroa já briga. A sua esposa não brigou? Então, ninguém... Dez mil reais é um valor relevante no orçamento de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - É bravo aqui, mas lá quem manda é ela.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Lá quem manda é a baixinha, a Priscila, entendeu? Eu acredito que na sua casa quem mande também é a mulher, na casa do Luiz Sérgio também não é diferente. As mulheres mandam no Brasil. Então, eu queria saber se tirar esse dinheiro do orçamento, 10 mil reais, para uma campanha eleitoral... Isso me parece inexplicável. A não ser que o senhor tenha uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado, conclua.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Para concluir, só quero a resposta do Sr. Newton, se possível.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, é possível, Excelência. Em casa também quem manda é a esposa, e a filha, e as cachorras.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - É tudo no feminino. Não, mas, sim, acreditei no projeto e foi com o consentimento. Inclusive a metade é dela também, só que saiu só em meu nome.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas teve uma retribuição. A pergunta...

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não teve retribuição, absolutamente nenhuma.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nenhuma retribuição?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Se tivesse retribuição, eu poderia, se fosse esse o caso, eu estaria... E hoje eu não estou em lugar nenhum.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, até para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Estou concluindo já. O que eu achei estranho... E desculpe mencionar, mais uma vez, o Deputado Leo de Brito e V.Exa., na votação das doações privadas. A maior doação da campanha da Dilma foi de 10 mil reais, de pessoa física. Imagine se acabar com as doações das empresas privadas? Realmente vai ficar algo assim totalmente anormal. Só para registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela sua tolerância. V.Exa. é muito bondoso e carinhoso.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Bruno Covas, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Newton, V.Sa. fez parte da diretoria que assumiu a PETROS, no início do primeiro mandato do ex-Presidente Lula. Correto?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Correto.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. assumiu a Secretaria-Geral do Fundo de Pensão. Correto?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Correto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. já respondeu aqui que foi membro da equipe de transição do Governo Lula para o Governo Dilma. E do Governo FHC para o Governo Lula também?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, não foi, desculpa. Do Governo FHC para o Governo Lula.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ah, é que pergunta anterior tinha sido do Governo Lula para o Governo Dilma.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Ah, então me perdoe. Eu participei do Governo de transição justamente na questão de Previdência Complementar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Elaborando inclusive o diagnóstico do Ministério da Previdência Social.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu queria entender direito como foi tomada a decisão de investimento da PETROS para a constituição da Sete Brasil. Como é que foi tomada essa decisão?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim, como é que iam tomar todas as decisões de conta de investimentos são colocadas. É apresentado o projeto do investimento, ele é analisado nas áreas de investimentos em que a PETROS tem. É feito o relatório, passado para o jurídico. Depois, isso vai para um comitê, depois da análise técnica de trabalhadores... Passa por um comitê, onde esse comitê é formado por vários gerentes de áreas distintas para que se analise novamente com um parecer jurídico. Passado isso, um comitê que inclusive... Esse comitê, dependendo do valor, é um comitê que tem representação das patrocinadoras. São pessoas indicadas na patrocinadora. Tem pessoas indicadas pelo conselho deliberativo, indicado pelos eleitos do conselho deliberativo, para fazer parte desse comitê. Também segue isso com um parecer jurídico. Isso vai à diretoria, que chega com toda essa coisa, e, na decisão da diretoria, decisão colegiada, dos quatros



membros, se for o caso — no nosso caso, quatro —, que aprovam o investimento. Depois de passar por toda essa gama de comitês e análises.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Perfeito. O senhor respondeu do ponto de vista jurídico como é que isso ocorre.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Correto.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Do ponto de vista político, houve alguma interferência?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Algum pedido político para esse investimento ser feito.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Nenhum.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Queria que o senhor confirmasse que os sócios da empresa Sete Brasil foram à Ásia para negociar um aporte de capital de 1,2 bilhão de dólares.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Quando isso, Excelência?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Recentemente, não tenho aqui a data.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Recentemente. Sim, eu sei dessa notícia por jornais, porque eu não faço mais parte do Conselho, está certo? Mas sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E que a empresa Sete Brasil já teria negociado com o Banco do Brasil, com o Caixa Econômica e com o Bradesco um financiamento da ordem de 25 bilhões.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Quatro bilhões de dólares. Eu tenho essa notícia. Eu acho que a Excelência não estava aqui no momento, eu falei que isso daqui é uma notícia da semana passada em que Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander... E está sendo negociado um aporte de 4 bilhões de dólares, que dá aproximadamente esse valor que o senhor falou.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A dívida, hoje, é de 4,5 bilhões. É isso?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Provavelmente, provavelmente.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sendo 1,2 bilhão com os estaleiros?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Exato.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Consta ainda que o Estaleiro Atlântico Sul fechou o ano de 2014 com o prejuízo da ordem de 330 milhões de reais. É isso?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - É. As notícias que eu tenho são essas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Em 2013, o prejuízo foi de 150 milhões de reais. É verdade?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A dívida líquida do estaleiro seria de 2,240 bilhões de reais até 2014.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Do estaleiro, especificamente, eu não sei dizer.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. poderia dizer qual o volume de investimento necessário para a empresa Sete Brasil poder dar continuidade ao projeto original?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Bruno Covas, vamos concluindo?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Já foram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Já foram 3, 5, 6 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ah, eu achei que ia ter os 10 minutos como Sub-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Vamos dar mais 3 minutos aqui, com os 5 minutos que já foram. Com a flexibilização do Presidente, V.Exa. vai entender que já está de bom tamanho.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Está bom. Chegando aos 10 minutos, está de bom tamanho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Ah, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. sabe dizer qual o volume de investimentos necessários para a empresa dar continuidade ao projeto original?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Olha, para a continuidade imediata, esses 4 bilhões que estão sendo negociados com os bancos seriam necessários. Mas o projeto original dizia que deveria ter um aporte do BNDES em



torno de 18 bilhões. Era isso que estava no projeto original. Agora nós estamos falando do projeto original de 28, de 29 sondas. Como aqui mesmo o próprio Presidente da Sete Brasil falou que há uma reestruturação para diminuir, e as informações que foram publicadas nos jornais agora dizem 17 sondas, então eu acredito que os 4 bilhões iniciais façam com que a empresa volte à normalidade, para 17 sondas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. poderia nos dizer se as sondas do Estaleiro Atlântico Sul serão retomadas?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. pode confirmar ou não se já foram investidos, no Estaleiro Atlântico Sul, cerca de 3 bilhões de reais.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Eu posso errar nos números, mas, certamente, foram investidos alguns bilhões.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Na sua opinião, e aí é a última pergunta, com a anuência do nosso Relator/Presidente, como é possível a PETROBRAS conciliar os interesses de acionista e ao mesmo tempo de cliente da empresa Sete Brasil?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Bom, só volto um pouco no tempo antes de responder. A PETROBRAS, quando comprava essas sondas no exterior — Singapura, Japão, em qualquer lugar —, tinha que deslocar uma equipe para acompanhar a construção dessas sondas, pela necessidade, para não haver a não conformidade ou ter problema. Aí, por conta disso, há necessidade. Então, para a PETROBRAS participar disso, para fazer com que ela esteja dentro e já fiscalizando a construção das sondas, faz sentido ela participar do negócio. Tanto que ela participa numa situação minoritária, ela participa 5% direto na empresa, 5% direto na empresa toda e depois mais 5% no FIP.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas o senhor concorda que é uma situação que pode gerar um interesse de conflito.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Desculpe-me, Excelência, mas eu acho...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim, em hipótese, não no caso abstrato. Em hipótese...



O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, eu não estou tratando de caso abstrato. É que a partir do momento... Se houver uma governança e instrumentos que façam, eu não vejo diferença... Eu interpreto que não há esse conflito.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para complementar aqui: quem é que levou esse grande negócio lá para a PETROS? Quem chegou com o projeto e disse: *“Olha, eu preciso investir aqui e não sei o quê”*? Como é que foi esse episódio aí?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Aquele que passou por todo aquele trâmite.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim, provavelmente, porque foi uma composição de vários fundos. Na época, foi FUNCEF, PREVI, VALIA e os bancos. Eu não sei dizer quem levou... Talvez a própria PETROBRAS tenha levado como um negócio, porque era um negócio. Ali estava se montando um negócio. Provavelmente a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não é nenhuma pergunta, mas eu tenho uma dúvida. Esse processo é arquivado? É possível a CPI pedir cópia disso?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Com certeza, com certeza. Isso é...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. inclusive que protocolou. Como é que... Quem despachou esse processo?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Ah, sim, sim. Obrigatoriamente, obrigatoriamente, tem a entrada da documentação, é registrado. Isso tem que ser aberto e transparente, com certeza.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Existe, então, ele não foi...

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Existe, existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua.

Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Newton Carneiro da Cunha, a primeira pergunta que eu faço ao senhor é referente à carta aberta que foi apresentada pelos conselheiros da PETROS, em fevereiro de 2015. Eu quero ler um fragmento dessa carta. Diz o



seguinte: “*O então Diretor Administrativo e Financeiro Newton Carneiro da Cunha passou a assumir a Diretoria de Investimentos a contragosto do atual presidente, que mantém uma postura desrespeitosa desde então*”.

Eu queria que o senhor me explicasse um pouquinho o quê que é isso: “a contragosto”, “postura desrespeitosa”. Daria para você me explicar? E esse presidente se referia a quem exatamente?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Estava falando sobre a PETROS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Era quem, a Graça Foster? Quem seria o presidente?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, não, Excelência. O que a senhora está dizendo é sobre PETROS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Os conselheiros da PETROS, a carta era dos conselheiros da PETROS.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Exato. Estava falando sobre o Presidente da PETROS, e o que quer dizer aí é sobre o Presidente da PETROS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas o senhor assumiu a contragosto, é isso? Porque a carta diz o seguinte: “*O então Diretor Administrativo e Financeiro Newton Carneiro da Cunha passou a assumir a Diretoria de Investimentos a contragosto do atual presidente...*”. Qual era o problema que havia para que, na verdade, houvesse essa justificativa por parte dos conselheiros?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, eu não sei dizer à senhora qual era essa..., qual era o contragosto que havia. Eu não sei dizer.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor teve conhecimento dessa carta?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Tive conhecimento dessa carta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E não teve a preocupação de tentar se aprofundar mais? Qual a justificativa para essa, para esse tipo de argumentação?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Não, porque isso é uma interpretação, Excelência, é uma interpretação de quem fez a carta, certo?



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor tinha problemas com a Presidência?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, eu não sei se aqui é o foco da gente discutir a questão da PETROS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só é. Só é também.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Tá bom. Tinha divergência, sim, com a atuação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Inclusive, ainda sobre a PETROS, eu pergunto ao senhor: o senhor poderia, pelo menos, projetar ou mensurar, em não havendo, por exemplo, a aprovação do empréstimo junto ao BNDES, os prejuízos, na verdade, que se terá junto à PETROS?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim. Quer dizer, o empréstimo, pelo menos o que tem sido dito à imprensa é que não haverá o empréstimo do BNDES. O que a empresa hoje está tentando fazer é conseguir empréstimos sem contar com empréstimos do BNDES.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E o que isso vai representar para a Sete Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputada, conclua, pois eu mesmo, como Relator, preciso fazer as minhas perguntas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, vou só finalizar.

Eu queria que o senhor me explicasse, em não tendo a aprovação do empréstimo, que na verdade é hoje o grande debate — há grande expectativa referente a isso —, o que isso vai representar no que se refere à questão de prejuízos para o fundo?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim. Se não houver o empréstimo, haverá a quebra da empresa, e todos nós vamos perder, tanto a PETROS quanto os fundos de pensão, como os investidores, os bancos, os trabalhadores que perderão o emprego. Todos perdem, todos perdem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. Eu vou passar aqui para outras perguntas, Sr. Presidente, bem, bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mas já concluiu...



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já terminaram meus 3 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Pois é.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Impressionante!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - E V.Exa. é testemunha...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, eu vou fazer três perguntas, Sr. Presidente, bem rapidinho, e ele responde na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O.k.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria que o senhor me explicasse melhor como se dava e qual era a sua relação, por exemplo, com o Barusco. Ao mesmo tempo, também, qual essa motivação que lhe levou a sair do PT? Qual a sua relação com o Vaccari, ex-tesoureiro do PT? A outra pergunta: qual a sua relação com Júlio Camargo? Qual o tipo de relacionamento também que o senhor tinha com João Ferraz, já que ele esteve na Presidência da Sete Brasil até 2014? E ao mesmo tempo, também, falando ainda referente aos prejuízos junto à PETROS, o senhor poderia mensurar valores? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputada Eliziane, por gentileza, concluído o tempo.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - A relação como o Barusco e, portanto, também, com o Ferraz. Era só a relação... Eu era Presidente do Conselho de Administração. Conheci o Barusco na primeira reunião de que participei, porque ele participava, como membro da Diretoria Executiva da Sete Brasil, da reunião do Conselho para prestar esclarecimentos. Da mesma forma, o Ferraz. Eu não conhecia nenhum dos dois antes de entrar na Sete Brasil. A relação com o Vaccari, eu já falei aqui, mas repito para V.Exa., é da época da militância em sindicatos. Eu era do Sindicato dos Petroleiros e o Vaccari do Sindicato dos Bancários. Júlio Camargo, eu não conheço. E sobre a questão de prejuízo da PETROS em relação à Sete Brasil, isso ainda não dá para ser mensurado, porque esse é um investimento... A gente, quando faz um investimento, fala em curva J, que é o investimento inicial, você só tem investimento. A apuração, se vai ter prejuízo ou lucro, é somente no futuro, quando começar, de fato, a empresa a operar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Sr. Newton Cardoso...



O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Carneiro, desculpe.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só uma consulta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ficou faltando uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu agora estou com a palavra

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu aguardei até o final, porque V.Exa. disse que me daria 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu falei que seria no final. Mas eu ainda não fiz as minhas perguntas. Então, nós não estamos no final. Concorde comigo?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu vou ficar lhe ouvindo aqui atentamente. Eu só queria fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Fará, fará.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É só a identificação. Quem são os advogados que acompanham o depoente e quem é que está pagando a conta, é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Enquanto o Secretário pega os documentos que V.Exa. está solicitando...

Sr. Newton Carneiro, qual a estrutura societária da Sete Brasil quando ela foi fundada?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Fundada... É PETROS, PREVI, FUNCEF, VALIA, BTG Pactual, Santander e Bradesco, além... Quando foi fundada, Luce e Lakeshore.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Sa. acha que seria possível um governo envolver um banco, como o Bradesco, o Santander e o BTG Pactual, para organizar uma empresa para saquear a PETROBRAS? Quer dizer, teríamos poder de pegar o Bradesco e envolver o Bradesco num conluio de corrupção?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - De forma alguma. Só por ter o nome da PETROS, eu acredito que de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Para especialistas, a Sete Brasil foi concebida como uma solução financeira societária para a PETROBRAS viabilizar a construção de sonda de perfuração em águas profundas no território



brasileiro, com alto índice de conteúdo nacional, a serem utilizadas pela PETROBRAS no desenvolvimento do pré-sal. Essa solução permitiu a concentração dos esforços da PETROBRAS nessa atividade, minimizando desembolsos em investimento e exposição financeira e a entrada de investidores financeiros ou institucionais como sócios. V.Sa. faz que análise dessa... Concorda, discorda dessa análise? Como Presidente do Conselho de Administração que foi, qual reparo faria hoje nesse modelo que ali foi criado?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Concordo plenamente, Excelência, e não faria reparo absolutamente nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O ex-Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, disse, em seu depoimento a esta CPI, que até 2003 o Brasil não construía sondas. Todas eram afretadas no mercado internacional. V.Sa. poderia responder quantas e quais empresas em todo o mundo, no setor de petróleo e gás, desenvolvem o serviço de produção de sondas para perfuração? No Brasil, quantas empresas brasileiras estariam habilitadas a prestar esse serviço?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, no mundo, eu acho que não existem mais do que seis, de seis a dez empresas, no mundo, que façam isso. No Brasil, não existia. O que nós temos hoje, e que começaram a construir sondas a partir daí, é o estaleiro em Angra dos Reis, o Brasfels, o ERG, que é no Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande, que iniciou construções de sondas. Depois veio o Atlântico Sul, em Pernambuco, que também começou a construir navios para a PETROBRAS e está evoluindo da construção de navios para navios-sondas, que são coisas um pouco diferentes. E, depois, ainda mais dois investimentos foram feitos — o Jurong, no Espírito Santo, e o Enseada, na Bahia —, esses preparados para que fossem construir em cima do contrato da Sete Brasil, para construir as novas sondas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Então, V.Sa. está dizendo que existiam seis ou oito...

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - No mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - ...no mundo. Então, pode-se dizer que há interesse do mercado internacional de que esse projeto da Sete Brasil



não se viabilize, uma vez que hoje a PETROBRAS é quem tem a maior demanda por plataformas no mundo, e, adquirindo a tecnologia, estaria também o Brasil viabilizado para fornecer esse tipo de equipamento para outros países que viessem a ter uma demanda de exploração de petróleo como o Brasil?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Sim, Excelência. O que existia antes era um cartel internacional para construção e venda dessas sondas. Nós nunca pudemos fazer parte, a partir do momento da criação da Sete Brasil. Se não tivesse a Sete Brasil hoje, se não estivesse passando isso, certamente a gente estaria negociando para comprar essas sondas, porque há necessidade dessas sondas para exploração do pré-sal. Essas sondas estariam sendo negociadas com Singapura, com o Japão, com a Noruega, que são os grandes construtores de sonda. Isso estaria sendo feito lá. Não estaríamos produzindo os empregos que foram produzidos em função disso. Eu acho que o Presidente da Sete Brasil pôde explicar aqui o quanto significa de empregos na constituição dessa empresa, o que significa para os estaleiros e, principalmente, para os Estados em que hoje estão instalados — Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco —, e o que pode ser desenvolvido não só para esses Estados, mas outros Estados, que possam contribuir com a questão, como eu falei, tecnológica. Por exemplo, a tecnologia embarcada em uma sonda é muito grande, e, a maioria dessa tecnologia, a gente só tinha conhecimento dela no exterior. Então, hoje há a possibilidade de você trazer essa tecnologia embarcada de sondas e trazer para distribuição dentro do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mas Pedro Barusco, na sua delação, fez acusações pesadas, dizendo que recebia propina e que também diretores da Sete Brasil a recebiam, com um discurso de que era o percentual da casa. Como ex-Presidente do Conselho de Administração, V.Sa. disse que a própria Sete Brasil fez auditorias em contratos, contratou assessorias internacionais, que fizeram avaliações. E houve a corrupção. Como ela ocorreu na sua visão? Como se deu esse processo de corrupção que envolveu um projeto audacioso como o da Sete Brasil? Qual é a avaliação de V.Sa.?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, a Sete Brasil também é vítima nesse processo. É por isso que eu acho que é um papel desta CPI



descobrir o malfeito e quem fez o malfeito, para que isso não possa interferir... quem fez o malfeito possa interferir com o andamento da empresa, com o andamento do negócio. Só posso falar, porque o próprio Barusco, que denunciou, que teve... No mesmo depoimento que ele fez no acordo de colaboração premiada, ele isenta trabalhadores da Sete Brasil de conhecimento e isenta o Conselho e os investidores na sua delação. É por isso que eu acho importante a gente descobrir, porque, se sai fora do que está acontecendo no dia a dia da empresa, fica muito difícil a gente levantar. Agora, é imprescindível que se levante como foi feito isso, para que isso não venha contaminar a Sete Brasil, contaminar a PETROBRAS, contaminar qual empresa for. Isso tem que aprofundar mesmo para acabar. Acho que isso... De novo a Sete Brasil é vítima nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci reclama a resposta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só complementando isso que V.Sa. disse. Só para informá-lo de que o Presidente que esteve aqui não teve a coragem de falar. Ele não falou exatamente porque está comprometido.

Eu perguntei nessa vinculação quando falei do partido. V.Sa. tinha uma certa ligação, porque os fundos de pensões normalmente estavam ligados a Gushiken e José Dirceu. V.Sa. era mais ligado a José Dirceu nessas operações? Foi indicado por ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Essa é uma nova pergunta, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, é porque, quando eu falei do Partido dos Trabalhadores, eu esperava uma resposta completa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Exa. teve...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se puder responder. Se não puder, é só...

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Eu não tenho problema nenhum de responder. É uma vinculação como era ... Sindical, tá? E muito ligado. Sindicato dos petroleiros e sindicato dos bancários tinham muito mais conhecimento com o Gushiken na época em que nós éramos dos sindicatos. Ele no dos bancários e eu no dos Petroleiros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Comunico ao Plenário da CPI...

Deputado Onyx Lorenzoni não há reinscrição, há...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Espere aí, Sr. Relator no exercício da Presidência. Eu estava inscrito, sou o número um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O senhor falou bem, estava inscrito, foi chamado, não há reinscrição.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, mas eu estava atendendo a um compromisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu utilizei o meu direito de Relator por último, inclusive para manter, para manter...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Qual é o problema de eu poder perguntar? Então, eu pergunto a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Haverá reunião da Kroll no Anexo II, sala 165-b. É uma reunião secreta, restrita aos membros desta CPI, às 17 horas. É o comunicado da Presidência da Casa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o fato de eu estar inscrito e não estar presente, qual é a prática nesta Comissão? O Deputado, quando retorna, questiona os 3 minutos. Qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Exa. tem os 3 minutos.

O Presidente da CPI, Hugo Motta, em reuniões anteriores, tomou esse procedimento, porque exatamente essa...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas hoje mesmo o Deputado André não estava aqui na hora que questionou, voltou e teve direito de questionar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - V.Exa. tem os 3 minutos. Faça seu discurso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É simples, não é discurso nenhum.

Primeiro, eu quero saber quem é o escritório que está dando suporte ao Sr. Newton Carneiro da Cunha. Segundo, eu quero saber quem está pagando, se é ele pessoalmente, se é a Sete Brasil, se é o Sindicato. Quem é que está custeando o escritório? Porque eu estranhei muito. Todos os depoentes que vêm aqui trazem os seus advogados, que trazem uma procuração prévia. Essa procuração está feita



num papel avulso, à caneta. É a primeira assim, Sr. Presidente. Todas as anteriores vieram com papel timbrado do escritório, como normalmente são feitas as procurações. Causa-me espécie que um homem experiente como o Sr. Newton venha aqui, os seus advogados estão aqui sem um documento prévio de procuração, o que é normal. Foi feito aí manuscrito, em cima da hora. Isso sempre me parece suspeito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu acolho isso como uma questão de ordem, submeto ao Presidente que lhe responderá na próxima sessão da CPI.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Por favor, Sr. Presidente, o.k. Tá, mas eu posso perguntar ao depoente quem é que está pagando a conta, se é ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - E evidentemente retorno a ele para que o depoente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É o senhor que está pagando?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Excelência, não, não sou eu que estou pagando.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quem está pagando?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Quem está pagando é a Sete Brasil, porque eu estou aqui como ex-Presidente do Conselho de Administração da Sete Brasil. Na verdade, eu não havia assim... Eu pessoalmente não achava necessidade de ter... E vim aqui aberto para falar. Não tinha...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor não é acusado de nada.

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Tanto que não tinha procuração mesmo, foi feita hoje, de fato, porque não sabia como seria a oitiva anterior do João Carlos Ferraz. Foi só por isso, então. Mas não há necessidade nenhuma.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, o.k. Eu quero me dirigir ao senhor. Eu tenho me debruçado sobre as questões que envolvem a Operação Lava-Jato e a Sete Brasil, e o senhor não aparece, até o momento, nos episódios que envolvem os esquemas na Sete Brasil. Agora, vamos lá, ou o senhor é um inocente útil nesse processo... O senhor não sabe nada, não viu nada. E a Sete Brasil contratou auditorias não sei de onde, não encontrou nada. E eu quero dizer para o



senhor o que eu disse para o seu Presidente, que esteve aqui: a Sete Brasil começa como um grande esquema proposto por Gabrielli, Duque, Barusco e João Ferraz. O esquema é tão grande, Sr. Newton...

O senhor conhece a PETROBRAS. O sonho de um jovem, quando entra na PETROBRAS, é ficar lá a sua vida toda, para, no final, depois de trabalhar na maior companhia brasileira, ele poder ter todos os benefícios salariais e de assistência que a PETROBRAS, através da PETROS, oportuniza. É o sonho da vida de todo jovem: advogado, engenheiro, geólogo, geógrafo, engenheiro marinho, o que for. Isso é um sonho. Pois o cara que esteve aqui antes do senhor, que foi o Presidente da Sete Brasil, jogou tudo isso na lata do lixo. Jogou trinta e poucos anos na lata do lixo, porque ele pediu para sair da PETROBRAS a 2 anos da aposentadoria. Isso é inumano! Isso não é lógico!

Por que ele fez isso? Porque o esquema de ganho de corrupção era brutal. Ele podia viver mais 30 anos e ele nunca ia ganhar tanto dinheiro quanto ele imaginava ganhar, com as propinas que estão aqui, lá na conta Natiras, na conta Drenos, na conta Firasa, no Banco Cramer e em outros paraísos fiscais, que ele recebeu. O Sr. Barusco recebeu, o Sr. Renato Duque recebeu, o Sr. Eduardo Musa recebeu, ou seja, todo o alto comando recebeu.

E, o que é mais grave, o Sr. Pedro Barusco recebeu e devolveu aliviado... O senhor sabe por que ele resolveu aliviar? Por que ele era fiel depositário do dinheiro, o dinheiro não era dele. Ou era do Lula, ou do Dirceu. Era de alguém, mas não era do Barusco, não! Ele devolveu, aliviado, 97 milhões de dólares, Sr. Newton Carneiro da Cunha.

Então, eu quero lhe dizer que a Sete Brasil não era uma boa ideia, não; era uma boa ideia para roubar! E foi montada desde o início assim, para ganhar na construção das plataformas e para ganhar depois na operação.

Então, aqui a sua posição, ainda... O senhor não tem nada a ver com a história, e estou lhe respeitando, não estou lhe imputando nada, porque eu não tenho nenhuma informação contra o senhor. Agora, contra o Sr. Pedro Barusco, contra o seu Presidente e contra os demais Diretores, eu não só tenho documentos, nós temos!



E eu tenho a convicção de que foi montado um grande esquema, tanto que quem ganha a licitação original não é a Sete Brasil, e o senhor sabe disso. Quem ganha a original é uma outra empresa. E aí, surpreendentemente, a PETROBRAS, por Sérgio Gabrielli, pede novos envelopes fechados. A empresa que ganhou originalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu concluirei.

Ela envia o mesmo valor, e a Sete Brasil envia valores mais baixos, ganha a licitação.

E essa coisa de BRADESCO, BTG Pactual, são todos bancos agressivos. Tinha um baita de um negócio de 30 bilhões de dólares mantido e sustentado pelos fundos de pensão porque o Lula mandou fazer e deu aval para fazer: é óbvio que o BRADESCO e o BTG Pactual querem pegar um pedacinho da teta, é óbvio! Não precisa ser gênio para entender isso.

Então, eu só quero dizer uma coisa para o senhor. O senhor aqui veio, respondeu, falou. Eu o respeito por isso. Agora, o senhor estava no meio de um antro de bandidos e quadrilheiros, o senhor não estava numa empresa séria, trabalhando a favor do Brasil, desculpe! Ou o senhor é inocente útil, ou o senhor teve algum grau de conivência. O tempo vai nos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Onyx, peço a gentileza de concluir o seu discurso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Agora, que a Sete Brasil foi montada para saquear a PETROBRAS, a dúvida desta Comissão é zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Algum comentário?

O SR. NEWTON CARNEIRO DA CUNHA - Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Então, está encerrada a presente reunião.